

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VICTORIA PINHO E GODINHO



Montes Claros - MG  
Março de 2018

**VICTORIA PINHO E GODINHO**

**“A *VIDA ISPINICADA*”: O Processo de Deslocamento  
de Famílias Atingidas por Barragens**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

**Orientadora:** Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

**Co-orientadora:** Dra. Gildette Soares Fonseca

**Montes Claros - MG  
Março de 2018**

G585v Godinho, Victoria Pinho e.  
“*A vida ispinicada*” [manuscrito] : o processo de deslocamento de famílias atingidas por barragens / Victoria Pinho e Godinho. – Montes Claros, 2018.  
121 f. : il.

Bibliografia: f. 112-117.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.  
Coorientadora: Profa. Dra. Gildette Soares Fonseca.

1. Barragem de Irapé - Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek - 2. Norte de Minas Gerais e Jequitinhonha. 3. Deslocamento compulsório. 4. Resistência. 5. Migração. I. Paula, Andréa Maria Narciso Rocha de. II. Fonseca, Gildette Soares. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: O processo de deslocamento de famílias atingidas por barragens.

**VICTORIA PINHO E GODINHO**

**“A VIDA ISPINICADA”: O Processo de Deslocamento  
de Famílias Atingidas por Barragens**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

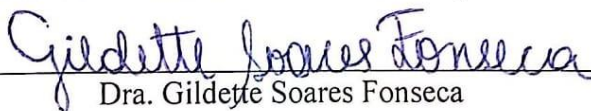
Orientadora: **Dra. ANDRÉA MARIA ARCISO ROCHA DE PAULA**

Co-orientadora: **DRA. GILDETTTE SOARES FONSECA**

**MEMBROS DA BANCA:**



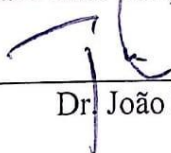
\_\_\_\_\_  
Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)



\_\_\_\_\_  
Dra. Gildette Soares Fonseca



\_\_\_\_\_  
Dra. Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES)



\_\_\_\_\_  
Dr. João Dal Poz Neto (UFJF)

**Montes Claros – MG  
Março de 2018**

*A todos aqueles que são atingidos por barragens hidrelétricas e em nome de um “desenvolvimento” tem suas vidas modificadas e precisam mudar para continuar.*

*A Francisca Ferreira da Silva, minha bisavó, que sempre deu valor ao conhecimento e que construiu uma história de luta, resistência, migração e amor. Que por pouco não se cruzou com as histórias da construção da Barragem de Irapé, mas de alguma forma me trouxe até aqui. Toda minha gratidão a minha eterna Vovó Kika.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é a parte mais importante, pois é a parte da pesquisa em que dedicamos um espaço para valorizar as pessoas que sempre estiveram ao nosso lado, sem elas, com toda certeza, não seria possível concluir essa travessia.

Primeiro agradeço a Deus, “pois tudo, absolutamente tudo, acima e abaixo, visível e invisível [...] tudo começa nele e nele encontra propósito” (Colossenses 1-16). Agradeço porque até aqui Deus tem me sustentado e cuidado de mim e acredito que tudo, exatamente tudo, coopera para que se cumpra os seus propósitos em minha vida.

Agradeço aos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé, todos aqueles com quem conversei, os que abriram as portas de suas casas para mim e os que entrevistei na beira da estrada, obrigada por dividirem comigo memórias que são tão difíceis de serem colocadas em palavras e lembradas, mas que de forma alguma podem ser esquecidas. Que esse trabalho reflita a minha gratidão a todos vocês!

Minha profunda gratidão a minha mãe, Francine, aos seus conselhos e orações. Aos meus irmãos Felipe e Carol, aos meus avós Rosália e Getúlio. A minha tia Cinthia, a minha princesa Giovana. Ao meu pai, Helder e a minha bisavó Francisa. Todos juntos, cada um com a sua maneira, fizeram com que eu chegasse até aqui, seja me incentivando a buscar conhecimento, ouvindo minhas angústias, sendo meu porto seguro nas horas difíceis. Só sou quem sou por causa do amor que recebo de cada um de vocês. Obrigada! Amo vocês!

Gratidão em especial ao meu avô Getúlio e ao meu irmão Felipe que me levaram até os reassentamentos e aos sujeitos que ouvi para realização dessa pesquisa. A Fiinho, que me guiou e me contou histórias pelas estradas da zona rural de Botumirim- MG. E a Carol e Giovana pelo apoio no campo, pelas fotografias e diálogos, pela companhia nas estradas, na neblina, enfim, nos bastidores dessa pesquisa. Sem vocês jamais seria possível!

Ao meu noivo, Lucas, agradeço por todo amor e companheirismo. Por acreditar em mim e sempre está ao meu lado me incentivando e apoiando. A toda calma e luz que traz para as minhas confusões. Por ser meu parceiro da vida. Amo você!

Agradeço muito a Andréa Narciso, minha orientadora, que me apresentou o mundo da migração e das travessias de Guimarães Rosa pelo qual me apaixonei, obrigada pela orientação cuidadosa, por todo amor e carinho, por sempre ter acreditado em mim mesmo nas vezes em que eu mesma duvidei. Obrigada pelas oportunidades que me deu para caminhar ao seu lado na organização de eventos, em projetos e grupos de pesquisa que contribuíram muito

para minha experiência e na construção desse trabalho. Estamos juntas e espero que continuemos sempre juntas no decorrer da travessia da vida! Muito obrigada, por tudo!

Gratidão a minha coorientadora, Gildette, por todas as vezes que cuidadosamente reviu minhas escritas, pelas nossas conversas, pelos apontamentos, pelos mapas e pelo incentivo e apoio de quem sempre acreditou nessa pesquisa e em mim.

Gratidão a minha banca de qualificação Ana Paula Glinfskoi Thé e Felisa Cançado Anaya, pelas contribuições, apontamentos, pelas bibliografias sugeridas e pelas partilhas nos projetos e nas disciplinas. Aprendi muito com vocês nessa jornada. Obrigada por tudo!

Gratidão ao professor João Dal Poz Neto por ter aceitado o convite em participar desta banca e pela partilha de diversos conhecimentos ao longo dessa caminhada. Muito obrigada!

Gratidão a minha amiga da vida, Mayra, que mesmo em caminhos diferentes seguimos sempre na torcida uma pela outra. Obrigada por todo apoio e compreensão! Gratidão por sempre está disposta a me ouvir e por sempre ter algo a dizer.

Gratidão aos amigos que ganhei nos anos do mestrado e que quero levar comigo por toda a vida. Mácia, Lilian, Adinei, Ana Flávia, Maria Cecília, Nadinne, Greice, Igor e Jones. Vocês dividiram comigo vários momentos, os bastidores das organizações de eventos, as viagens, os sonhos, ouviram minhas angústias, fizeram sugestões que somaram em muito o meu trabalho. Obrigada pela amizade de cada um, sempre estarei na torcida por vocês, sempre!

Fred e Braúlio, gratidão pelos diálogos sobre o Vale do Jequitinhonha e sobre a UHE de Irapé, por todo livro e pelos materiais que disponibilizaram ao longo dessa jornada, pelas dicas e conhecimentos partilhados. Muito obrigada pelas sempre generosas contribuições!

Gratidão ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e suas Interfaces – MUTUM, sem as discussões do grupo, as teorias e debates acerca delas esse trabalho não teria sido possível. Em especial, minha admiração ao professor Gustavo Tentoni Dias, que sempre trouxe novos olhares e contribuições que muito somaram a esta pesquisa. Estendo meu carinho também a todos aqueles que conheci no Mutum, estou na torcida por vocês!

Gratidão as equipes dos projetos... Os debates e discussões de cada reunião sempre me traziam luz acerca dos meus objetos de pesquisa, os trabalhos de campo, as confecções das oficinas e materiais, a construção dos roteiros de pesquisa. Gratidão também a todos os sujeitos que fizeram parte dessa travessia, todos os homens e mulheres que conheci e que me contaram sua história de vida, migração e resistência. Cada momento vivido nos projetos foi fundamental para este trabalho e também para o meu crescimento pessoal e profissional.

Meu muito obrigada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, aos professores por todos os ensinamentos e conhecimentos repassados. Em especial a coordenadora Maria da Luz Alves Ferreira por todo incentivo e carinho. Aos colegas pelas ricas discussões na sala de aula. A Vanessa e Suelen à frente da secretaria, que sempre estiveram dispostas a ajudar, tornando minha vida muito mais fácil. Gratidão também a Antônia pelo carinho de sempre!

Agradeço a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo fundamental apoio financeiro que permitiu com que eu me dedicasse ao mestrado e pudesse concluir essa pesquisa.

Enfim, agradeço a todos, que direta ou indiretamente contribuíram com essa pesquisa! Muito obrigada!



## RESUMO

A história da construção dos projetos hidrelétricos no Brasil é marcada pelo discurso desenvolvimentista, onde em prol do crescimento econômico, os sujeitos que residiam nas áreas inundadas têm seus modos de vida modificados. Neste contexto, tem-se os moradores de municípios de abrangência da Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek, também conhecida como Usina de Irapé, que abrange municípios das Mesorregiões Norte de Minas e Jequitinhonha. Assim, o presente trabalho tem por objetivo compreender como a implantação da barragem de Irapé, ao modificar os ciclos das águas, modifica também os ciclos de vida, provocando o compulsório e as transformações nas vidas das famílias atingidas. Para tanto, fizemos pesquisa bibliográfica e de campo, com ênfase na metodologia qualitativa. Ao longo desse estudo, conhecemos famílias que tiveram seus modos de vida transformados, resistiram e lutaram antes da construção da barragem hidrelétrica e ainda hoje continuam resistindo nos reassentamentos e também fora deles, através da migração. O deslocamento compulsório acarretado pela construção da Usina Hidrelétrica de Irapé deu início a um processo de mudança e de resignificação dos modos de vida, inspicou famílias e continua inspicando.

**Palavras-chave:** Barragem de Irapé. Deslocamento compulsório. Resistência. Migração. Minas Gerais.

## ABSTRACT

The history of the construction of hydroelectric projects in Brazil is marked by the developmental discourse, where on behalf of economic growth, the subjects who live in the flooded areas in their has modified their ways of life. The present work has the objective study of implanting the Irapé dam what modifying the water cycles, also modifying the life cycles, provoking the displacement compulsory and the transformations in the lives of the families. In this context, we have residents of municipalities within the Presidente Juscelino Kubitschek Hydroelectric Power Plant, also known as the Irapé Power Plant, which covers municipalities of the Northern and Minas Gerais Meso-Regions and Jequitinhonha. For this purpose, the bibliographical and field research was done, with emphasis on the qualitative methodology. Throughout this study, we have known families who have had their way of life transformed, who resisted and fought before the construction of the hydroelectric dam, and still continue to resist resettlement and also to through migration. The compulsory displacement caused by the construction of the Irapé Hydroelectric Power Plant started a process of change and re-signification of the ways of life, what "*ispinicou*" families and continues to "*ispinicar*".

**Key words:** Irapé dam. Compulsory displacement. Resistance. Migration. Minas Gerais.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Os benefícios e contradições do acesso à energia.....	32
<b>Figura 2</b> - Municípios de abrangência da Usina Hidrelétrica de Irapé.....	46
<b>Figura 3</b> - Barragem da Usina Hidrelétrica de Irapé .....	48
<b>Figura 4</b> – Municípios dos reassentamentos da Usina Irapé - CEMIG, 2005 .....	51
<b>Figura 5</b> - A luta continua As estradas de chão da zona rural de Botumirim – MG .....	65
<b>Figura 6</b> - As estradas de chão da zona rural de Botumirim – MG .....	70
<b>Figura 7</b> –Tudo que ficou para trás.....	77
<b>Figura 8</b> - Tudo destruído .....	78
<b>Figura 9</b> - Os reassentamentos.....	78
<b>Figura 10</b> - As casas brancas de portas e janelas azuis que vimos pelas estradas .....	88
<b>Figura 11</b> – A casa agora tem outras cores e outras flores .....	89
<b>Figura 12</b> - O “ispinicar” torna-se um ciclo .....	101
<b>Figura 13</b> – Locais citados nas entrevistas para onde ocorre as novas migrações .....	103
<b>Figura 14</b> - Parque Estadual de Grão Mogol .....	106
<b>Figura 15</b> - Atingidos do Vale das Cancelas .....	107

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Reassentamentos por município .....</b>	<b>51</b>
---	-----------

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1** – Distância dos Reassentamentos da UHE de Irapé ..... 932

**Tabela 2** - Ocorrência de migração nos reassentamentos pesquisados de atingidos pela UHE de Irapé, 2011.....100

## **LISTA DE SIGLAS**

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

CAMPO VALE - Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CMB - Comissão Mundial de Barragens

CNAE - Conselho de Águas e Energia

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPT – Comissão Pastoral de Terra

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ELETRORÁS - Centrais Elétricas Brasileiras

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

IEF – Instituto Estadual de Florestas

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

PEGM – Parque Estadual de Grão Mogol

PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

UHE – Usina Hidrelétrica

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
Método e Metodologia .....	18
Estrutura da Dissertação .....	22
<b>CAPÍTULO I: MUDAM-SE OS CICLOS DA ÁGUAS .....</b>	<b>24</b>
As barragens hidrelétricas como política de desenvolvimento no Brasil .....	25
Desenvolvimento como progresso: Notas sobre a insustentabilidade.....	38
Categorias teóricas .....	42
Muda-se os ciclos das águas do Rio Jequitinhonha: a Usina Hidrelétrica de Irapé .....	44
Caracterização da área de Estudo .....	50
<b>CAPITULO II: MUDAM-SE OS CICLOS DA VIDA .....</b>	<b>55</b>
Uma reflexão sobre o conceito de atingido .....	56
Os desafios frente aos conflitos no setor elétrico: Como participar? Como resistir?.....	60
As estratégias de resistência antes da implantação da UHE de Irapé.....	64
Uma reflexão sobre o movimento de Atingidos por Barragens – MAB .....	68
“ <i>Ispinicou tudo</i> ”: O processo de deslocamento compulsório acarretado pela construção da UHE de Irapé e suas consequências .....	70
<b>CAPITULO III: UMA NOVA VIDA EM NOVOS LUGARES .....</b>	<b>80</b>
E quando não se pode retornar?.....	81
“Não tinha um pé de planta não tinha um pé de fruta não tinha nada”: É preciso mudar para continuar sendo.....	85
A água e as transformações nos modos de vida .....	94
O Isnpinicar Continua: As novas migrações como estratégia de resistência e permanência ...	99
A expropriação continua.....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE I - ROTEIRO DE PESQUISA: “A VIDA ISPINICADA”:</b> O Processo de Deslocamento de Famílias Atingidas Pela Barragem de Irapé.....	<b>119</b>
<b>APÊNDICE II - TERMO DE CONCESSÃO DE INFORMAÇÕES.....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a construção dos projetos hidrelétricos se configura em modelos de desenvolvimento que, em geral, desconsideram a população, seu modo de vida, costumes e cultura das áreas inundadas, assim os sujeitos têm seus modos de vida modificados, além da destruição da fauna e flora. Os deslocamentos compulsórios acarretados pela construção de barragens de usinas hidrelétricas podem ser entendidos como migração definitiva, uma vez que não se tem para onde retornar, pois as terras antes habitadas são inundadas e ficam apenas na memória dos que lá habitaram. As casas, as árvores e os lugares dão lugar as águas, enquanto os atingidos são "obrigados" a reconstruírem seus modos de vida em outros locais.

Tais características são identificadas nos municípios onde foi construída a Usina Hidrelétrica (UHE) Presidente Juscelino Kubitschek (JK)<sup>1</sup>, ou simplesmente UHE de Irapé. A barragem foi construída no curso do Rio Jequitinhonha, município de Grão Mogol- Norte de Minas, tem potência instalada de 399MW e até então é a mais alta barragem do Brasil e a segunda maior da América Latina, com 208 metros. A empresa que tem a concessão é a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). O discurso para viabilização da obra foi a possibilidade de desenvolvimento regional, mesmo inundando área de sete municípios e acarretando o reassentamento de várias famílias (CEMIG, 2005).

Neste contexto, surgem as indagações desta pesquisa: Desenvolvimento e energia para quê e para quem? Como se deu o processo de deslocamento compulsório dos atingidos pela construção da Usina Irapé? Como ocorreu o processo de mudança e a ressignificação dos modos de vida da população atingida? Existem novas emigrações com o processo de mudança e ressignificação dos modos de vida?

Em busca de responder tais questionamentos, este estudo tem por objetivo geral compreender como a implantação da barragem de Irapé ao mudar os ciclos das águas, modifica também os ciclos de vida, assim como o processo de deslocamento compulsório e reconstrução de famílias atingidas por barragens hidrelétricas. Para tanto, estabelecemos como objetivos específicos entender como eram os modos de vida antes da construção da UHE de Irapé; apontar quais são as estratégias de reconstrução nas novas terras; identificar as novas emigrações e se ocorrem abandonos das terras nos reassentamentos.

---

<sup>1</sup> Conforme a CEMIG (2005), em setembro de 2002 a usina passou a se chamar oficialmente Presidente Juscelino Kubitschek, uma vez que esse foi um filho do Vale do Jequitinhonha e esse consagrou a visão desenvolvimentista no país. Conforme a empreendedora, UHE de Irapé recebesse seu nome, uma vez que foi construída segundo princípios que nortearam a vida pública de JK.



Conforme Goldenberg (2004), a escolha de um tema de pesquisa não surge espontaneamente, mas ao contrário é decorrente de uma determinada inserção do pesquisador na realidade. Nesse sentido, podemos pontuar que a opção por esse tema foi motivada pela experiência vivenciada durante a graduação e pós-graduação, cursando disciplinas que fomentavam essas discussões. Assim como, também buscamos compreender cada vez mais como projetos em nome do desenvolvimento econômico dilaceram inúmeras famílias e transformam os modos de vidas, a partir disso, esses sujeitos são obrigados a reconstruírem suas vidas em novas terras, longe de tradições, familiares e costumes.

Esta pesquisa vem de um desdobramento anterior obtido na monografia<sup>2</sup> no ano de 2015, onde buscamos compreender o papel do Serviço Social frente à escassez da água, dessa forma, as questões relacionadas a água já despertavam indagações. E com a entrada no mestrado no ano posterior, outras questões são suscitadas e é somente com o amadurecimento teórico que as questões dessa pesquisa vão se consolidando, fruto das disciplinas cursadas e da participação no IV Evento Internacional de Ciências Sociais e Barragens.

A inserção no OPARÁ- MUTUM: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades (Unimontes) também foi de fundamental importância. As discussões sobre migração, identidades, movimentos, espaço, lugar, ficar, sair e voltar são frutos das leituras e temáticas discutidas no Grupo.

Através dos projetos "**Do Sertão para outros Mundos: As redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais**"<sup>3</sup> e "**Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central**"<sup>4</sup> foi possível ter as primeiras experiências de campo, que mais tarde foram importantes para que adquiríssemos mais segurança para conhecer os lugares e sujeitos que participam desta pesquisa. Bem como, compreender categorias teóricas e metodologias que também utilizamos neste estudo.

Assumimos os desafios na realização desta pesquisa, uma vez que alguns dos lugares dos reassentamentos da UHE de Irapé fazem parte da história da minha família, minha bisavó,

---

<sup>2</sup> GODINHO, Victoria Pinho e. **DESENVOLVIMENTO E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS: A Escassez da Água e as Possibilidades de Intervenção do Assistente Social**. 2015. Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

<sup>3</sup> O projeto "Do Sertão para outros mundos: As Redes de Relações Sociais nos Processos Migratórios para o Trabalho do/no Norte de Minas Gerais, fomento Fapemig,CEPEX nº 034/2017 compõe o grupo de estudos e pesquisas do São Francisco – OPARÁ/Mutum reconhecido no CNPq e na Unimontes, CEPEX 96/2011. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa- UNIMONTES, parecer 158. 386. Coordenação Professora Andrea narciso

<sup>4</sup> Este Projeto é ligado ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão / PPGCSPA - UEMA, conta com seu Núcleo Avançado, na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/Unimontes, fomento Fundação Ford.

Francisca Ferreira da Silva nasceu em Itacambira, mas migrou e construiu sua história de luta e amor na área rural de Botumirim-MG. Durante o campo da pesquisa, às vezes me pegava olhando para o horizonte, lembrando dos seus ensinamentos. Cada estrada que passei, cada sujeito que conheci tinha um pouco dela, que nos deixou em fevereiro de 2017 e sei que se tivesse sido possível, teria me contado muitas histórias sobre os atingidos pela UHE de Irapé.

Começamos esta pesquisa buscando compreender as questões acerca da água e mergulhamos nas discussões de desenvolvimento e migração envolvidas na construção de uma barragem hidrelétrica durante esta jornada, e foi através da água, como um dos elementos de transformações dos modos de vida, que conseguimos relacionar essas temáticas, uma vez que a falta d'água nos reassentamentos tem sido um dos motivos pelos quais as pessoas novamente se deslocam.

## **Método e Metodologia**

A abordagem metodológica deste estudo consistiu em levantamento bibliográfico e trabalho de campo. A metodologia qualitativa tem grande importância na pesquisa, uma vez que subsidiou as técnicas etnográficas, observação participante, diário de campo, estudo de caso, entrevista em profundidade, história de vida e registro fotográfico.

Esta pesquisa é iminentemente qualitativa, pois visa compreender um processo complexo, em que seu contexto histórico, social, econômico e político devem ser analisados, assim como também não podem ser reproduzidos ou estabelecidos de maneira fechada e estática e “[...] se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto as técnicas de coletas de dados, incorporando aquelas mais adequadas a observação que está sendo feita (MARTINS, 2004, p.292).

Durante a pesquisa, fizemos revisão bibliográfica, com o objetivo de compreender algumas categorias como: desenvolvimento, migração, identidade, memória, território, desterritorialização, reterritorialização e lugar.

As técnicas do método etnográfico são utilizadas para operacionalização deste trabalho, porém, cabe salientar que pela quantidade de tempo disponível para realização desse, e com a compreensão de que “[...] uma etnográfica precisa ser tão rica que possa sustentar uma reanálise de dados iniciais” (PEIRANO, 1992, p. 14), assim, essa pesquisa não tem pretensão de ser uma etnografia.

Conforme Laplatine (2004), a escrita etnográfica é uma aventura que requer experimentação visual e linguística do que é diferente e utiliza das diversas formas de dizer, ler e escrever em uma variedade de versões, assim, não é uma forma fixa de um saber, mas tem como objetivo introduzir uma preocupação naquilo que é visto.

Para Magnani (2002, p.17):

O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica, pode-se usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa, ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento.

No que se refere ao trabalho de campo, foi extremamente importante, uma vez que conforme Brandão (2007), é necessária vivência e contato para que se tenha compreensão do que de fato é necessário conhecer. Assim sendo, realizamos em novembro de 2016 o primeiro trabalho de campo na área rural do município de Botumirim-MG. Foram visitadas algumas casas de famílias reassentadas, onde através de entrevistas abertas e observação participante foi possível melhor compreensão sobre o tema estudado.

Fizemos levantamento prévio dos reassentamentos, através de documentos da CEMIG, com o objetivo de identificar a quantidade de famílias atingidas e a localização dos reassentamentos, para estabelecer os locais onde seriam feitos os trabalhos de campo. A conversa com uma das representantes do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, e também a tese de Pereira (2012), que pesquisou como a vida dos atingidos por Irapé se refez e apontou o número de migrações nos reassentamentos, também foram importantes para identificar esses locais.

Foram realizados trabalhos de campo a partir dos projetos de pesquisa dos quais fizemos parte, no município de São Francisco, na Comunidade Quilombola Buriti do Meio e no município de Mirabela. Onde conhecemos sujeitos que vivenciam questões relacionadas as dificuldades de água, energia e defesa do território, assim como também foi possível compreender sobre os processos de migração sertaneja, contudo, com a diferença que o retorno está inserido nesse processo desde o seu início, ainda que ele não aconteça.

Em 2017 fizemos outros trabalhos de campo na área rural de Botumirim-MG, que foi escolhida pela proximidade com a UHE de Irapé. Assim como, outros sujeitos foram sendo escutados ao longo dessa jornada, alguns que residem em Montes Claros- MG e em Francisco Dumont-MG, esses sujeitos foram identificados e indicados no decorrer das entrevistas. Os

reassentamentos são distantes, as estradas ruins e as casas longes uma das outras, características que fizeram do trabalho de campo tarefa mais difícil, mas que também nos mostrou a importância e a resistência dos homens e mulheres do rural.

Outro fator que dificultou o trabalho de campo foi o medo, sempre presente na vida dos atingidos, fazendo com que algumas entrevistas não pudessem ser gravadas. Momentos como esse fizeram com que algumas vezes duvidássemos que seria possível concluir esta pesquisa, contudo, a nossa jornada foi nos levando para caminhos e sujeitos com quem construímos uma relação de confiabilidade e laços que foram fundamentais para construção deste trabalho.

Durante todo o trabalho de campo foi feito o uso do diário de campo e observação participante, uma vez que muitas coisas acontecem no decorrer do dia-a-dia, nas atitudes cotidianas, ou seja, requer sensibilidade do pesquisador em observar, tendo “[...] capacidade de sentir através das pessoas, não através da gente” (BRANDÃO, 2007, p.26).

A observação participante consiste em trabalho árduo e exigente, conforme Foote-White (2005), requer tempo e compreensão do pesquisador de que ele não dispõe do controle de todas as situações, sendo necessária que se construa uma relação entre observador e observado. O pesquisador deve ter a consciência do seu papel e de que em todo tempo ele será observado e que no fim espera-se uma devolução do resultado do seu trabalho.

As entrevistas em profundidade também se mostraram uma técnica importante para este processo, para entender o olhar dos atingidos e a forma que cada um se coloca na entrevista, pois de acordo Brandão (2007), a entrevista não pode ser algo mecânico, uma vez que o mais importante de uma entrevista nem sempre é aquilo que é perguntado e sim as respostas que fluem.

Os roteiros das entrevistas foram construídos com base no entendimento que temos sobre história de vida, como “[...] um relato do narrador sobre a sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (PEIREIRA DE QUEIROZ, s/d, pp.6-7), uma vez que buscamos compreender os modos de vida no período antes da construção da barragem, modos esses que só estão presentes na memória daqueles que viveram nas áreas agora inundadas.

Os depoimentos, frases e palavras consideradas importantes para o entendimento da pesquisa estão em *itálico*, como forma de situarmos o leitor nas narrativas dos sujeitos pesquisados.

O registro fotográfico também foi utilizado nesta pesquisa com objetivo de complementar a descrição dos dados e acontecimentos que foram vistos durante o decorrer

dos trabalhos de campo, as fotografias aqui utilizadas são tanto de acervo pessoal, frisando que houve uma dificuldade em fotografar os sujeitos que muitas vezes recorrem a invisibilidade como forma de resistência. Também utilizamos algumas fotografias que foram publicadas para contar a história do deslocamento ocasionado pela UHE de Irapé, como forma de retratar o tempo anterior a barragem que está presente na memória dos atingidos.

As fotos que abrem os capítulos são de autoria própria, fruto do campo deste trabalho, têm como objetivo demonstrar um pouco do que é tratado nas discussões ali contidas e essa forma de organização foi inspirada na dissertação de Araújo (2016) e na tese de Paula (2009).

Vale ressaltar que os atingidos pela de UHE de Irapé com quem conversamos, diferentes de outros tantos que lutam pelo território e tem a visibilidade como uma das suas armas, pediram para não serem identificados e/ou fotografados, uma vez que o medo permeia suas vidas, como já dito, essa foi uma das dificuldades encontradas durante o campo, alguns contaram histórias sem que fosse permitido gravar, outros não quiseram falar. Como vemos:

***Marta:** Falar com você sinceramente as pessoas não responde certas perguntas é porque eles têm MEDO do jeito que tá hoje você sabe que a gente precisa ter MEDO e tem muita gente as pessoas tudo maldosas porquê de cem você tira uma pessoa que é bom as pessoas chegam na sua casa a gente dá a porta pra não receber vocês (...)* (Marta.,34 anos, atingida pela UHE de Irapé.

***Maria:** Ai isso ai depois você passa pro papel?*

***Victoria:** É eu vou escutar de novo e passar por papel.*

***Maria:** É mais isso ai não é problema nenhum não né?*

***Victoria:** Não, se a senhora quiser que eu não coloque seu nome, eu nem coloco, não tem problema não*

***Maria:** Eu queria, melhor não colocar meu nome não tá? (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso.*

Desse modo, é importante sinalizar que para resguardar alguns dos sujeitos desta pesquisa que pediram para não serem identificados utilizamos nomes bíblicos para identificá-los e diferencia-los. As fotografias aqui utilizadas também são sensíveis a essa questão.

Cabe ressaltar que os sujeitos entrevistados não fazem parte diretamente do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, embora não tenha sido intencional.

O método de análise de dados da pesquisa é através da análise de conteúdo, que pode ser entendido como “[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens [...]que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.42).

É válido ressaltar que não há preocupação em comprovar hipóteses neste estudo, uma vez que “[...] a teoria do conhecimento nos oferece um caminho para compreender a realidade e não uma série de “verdades” a serem comprovadas” (CARDOSO, 1986, p.103).

### **Estrutura da Dissertação**

Nosso trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “*Muda-se os Ciclos das Águas*” tem como objetivo compreender o processo de construção de barragens hidrelétricas, quem são os agentes envolvidos, as legislações, os marcos históricos no Brasil, partindo do entendimento que as barragens hidrelétricas fazem parte das políticas de desenvolvimento, e que essas são repletas de contradições.

Nesse capítulo, também apresentamos as categorias teóricas importantes para tais discussões, pois entendemos que é importante sinalizar as nossas escolhas para uma melhor compreensão. Trataremos de categorias como: atingidos, lugar, identidade, movimentos sociais, memória, deslocamentos compulsórios, territorialidade, reterritorialização e migração.

No segundo capítulo, intitulado “*Mudam-se os Ciclos da Vida*”, dedicamos a compreensão das mudanças dos ciclos da vida, uma vez que várias famílias tiveram suas casas e terras inundadas, processo de deslocamento compulsório que culminou em mobilização e resistência, em que o objetivo econômico prevaleceu a todos os agravos socioambientais. A UHE de Irapé inundou sonhos, memórias e deslocou inúmeras famílias para novas terras e novos lugares.

No terceiro capítulo, intitulado “*Uma nova vida em novos lugares?*”, buscamos compreender as estratégias de resistência, reconstrução e ressignificação dos modos de vida, posterior ao deslocamento compulsório, que passam a serem processos contínuos, assim as famílias atingidas precisam modificar compulsoriamente seus modos de vida, pois mesmo as famílias que permanecem vivendo próximo a UHE de Irapé, passam a ter restrições quanto ao uso da água.

A terra e os lugares onde viviam as famílias atingidas ultrapassam valores mercantilistas, as novas casas, as águas e as terras são parte dos desafios enfrentados pelas famílias atingidas, diversas são as estratégias de resistência, uma delas é a migração para as cidades próximas em busca de melhoria na qualidade de vida e saúde.

Assim sendo, este trabalho visa compreender o processo de desterritorialização imposto aos sujeitos através do processo de mudança dos ciclos das águas e dos ciclos da

vida, que provoca o deslocamento para novos lugares e na busca de uma reterritorialização, porém se restabelecer nos novos lugares nem sempre é possível, assim as famílias saem novamente e mais uma vez ocorre uma desterritorialização, onde os sujeitos migram e precisam buscar uma nova reterritorialização. Esse, então, é o novo ciclo, um ciclo contínuo de deslocamento, no qual as vidas são “*ispinicadas*” pela UHE de Irapé.



---

**CAPÍTULO I: MUDAM-SE OS CICLOS DA ÁGUAS**

---



Neste capítulo, temos o objetivo de apresentar reflexões sobre as contradições da instalação de usinas hidrelétricas, uma vez que, em “nome do progresso”, famílias são deslocadas, vidas modificadas e laços desfeitos e ainda assim a geração de energia por meio de barragens hidrelétricas é priorizada.

Assim, mergulhamos pelas águas do rio Jequitinhonha, que teve seus ciclos modificados, para entender como se deu a implantação da UHE de Irapé, afim de compreender as legislações que permeiam esse processo, as justificativas, a área a ser estudada, as resistências e as categorias importantes para essas discussões.

### **As barragens hidrelétricas como política de desenvolvimento no Brasil**

Entendemos que, conforme o atlas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL Brasil (2008), a energia hidrelétrica é gerada pelo aproveitamento do fluxo das águas. “Para produzir a energia hidrelétrica é necessário integrar a vazão do rio, a quantidade de água disponível em determinado período de tempo e os desníveis do relevo, sejam eles naturais, como as quedas d’água, ou criados artificialmente” (BRASIL, 2008 p.50).

Partindo do entendimento de que se propaga, quanto maior o nível de desenvolvimento de um país, maior o acesso da sua população aos serviços de infraestrutura como: saneamento básico, transportes, telecomunicações e energia. O que implica dizer que buscar esse desenvolvimento foi por muito tempo almejar um padrão imposto pelos países ditos “desenvolvidos” incentivando a melhoria do acesso a esses serviços.

Assim, reconhecemos que o governo brasileiro, dentro dessa ideologia desenvolvimentista, por décadas, objetivava a construção de usinas hidrelétricas, essas eram construídas sem preocupações com a destruição ambiental e as implicações sociais que elas acarretariam, inclusive entendia-se que o ambiente e o social eram entraves para o desenvolvimento capitalista que deveria ser alcançado a qualquer custo.

Para compreensão das barragens hidrelétricas como política de desenvolvimento no Brasil e todas as suas implicações, faz-se necessário retrospectiva histórica, com objetivo de contextualizar a questão no cenário brasileiro, é importante colocar que,

A primeira hidrelétrica do mundo foi construída no final do século XIX – quando o carvão era o principal combustível e as pesquisas sobre petróleo ainda engatinhavam – junto às quedas d’água das Cataratas do Niágara. Até então, a energia hidráulica da região tinha sido utilizada apenas para a produção de energia mecânica. Na mesma época, e ainda no reinado de D. Pedro II, o Brasil construiu a primeira hidrelétrica, no município de Diamantina, utilizando as águas do Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, com 0,5 MW (megawatt) de potência e linha de transmissão de dois quilômetros (BRASIL, 2008, p.53).

A primeira barragem hidrelétrica do Brasil foi construída na época do império, porém foi no século XX, quando se iniciou a corrida desenvolvimentista, que foi dado maior incentivo a construção de outras barragens em prol da política capitalista.

Na Era Vargas, nos anos de 1930 a 1940, os acontecimentos históricos foram importantes para o processo de industrialização brasileira, ou seja, para transformação de uma economia de base agrário-exportadora para um sistema baseado na produção industrial destinado ao mercado interno, acarretando acumulação de lucros pela burguesia industrial que assim podia investir na ampliação das fábricas, tornando a industrialização um processo irreversível.

A promulgação da Constituição de 1934 foi outro marco histórico importante da Era Vargas. Trouxe inovações como: voto secreto e feminino; legislação trabalhista; autonomia dos sindicatos; entre outros<sup>5</sup>. No tocante a energia, a constituição conferia a União competência para legislar sobre a energia elétrica e no mesmo ano foi criado o “Código das Águas” que permitia ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas, de modo especial, o aproveitamento de energia elétrica (ROCHA, 2012, p.384).

Conforme Rocha (2012), em 1939 foi criado o Conselho de Águas e Energia – CNAE, órgão de consulta, orientação e controle quanto a utilização dos recursos hidráulicos e de energia elétrica, que podia atuar em todo território nacional, sendo subordinado a presidência da república. E, em 1940, foi inaugurada a primeira empresa federal de energia, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF.

Cabe ressaltar, que na gestão de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), a população do Brasil viveu o auge do desenvolvimento e industrialização, o governo tinha como objetivo o crescimento de cinquenta anos em cinco. O plano de metas apresentava trinta metas agrupadas em cinco setores: energia, transporte, indústrias, educação e alimentos. A criação das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, também foi outro marco histórico, que teve como finalidade promover estudos e a construção e operação de usinas hidrelétricas (ROCHA, 2012).

---

<sup>5</sup> Conferir em Rocha (2012)

Rothman (2008, pp.20-21), ressalta que,

Dentro da de uma visão da ideologia desenvolvimentista, o modelo econômico adotado pelo governo militar brasileiro após o golpe de 1964 e até meados da década de 1970 visava acelerar o crescimento econômico, por meio da modernização e expansão industrial, da territorialização das grandes indústrias dentro da política de integração do norte do País e da construção de grandes obras, como a rodovia transamazônica e as gigantes hidrelétricas Itaipu, Sobradinho e Tucuruí. Durante as décadas de 1960 e 1970, barragens e outros projetos de grande escala tiveram impactos adversos sobre recursos naturais, ecossistemas, meios de subsistência e estilos de vida de pessoas nas comunidades rurais no Brasil.

Concordamos com autor, uma vez que nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil, várias empresas tiveram facilidades para explorar e expropriar. Foram inúmeros os projetos desenvolvimentistas que tinham como finalidade o crescimento econômico do país, considerando os sujeitos e a natureza como empecilho ao “desenvolvimento” que deveria ser alcançado.

Em 1974, no governo de Geisel, conforme assevera Rocha (2012), houve a formulação do II Plano Nacional e Desenvolvimento, que estabelecia metas de crescimento econômico e oferta de energia elétrica, para tanto, o país teve que fazer empréstimos internacionais em uma conjuntura desfavorável.

Em 1984, as duas maiores usinas hidrelétricas do país iniciaram suas operações, as UHE de Tucuruí e Itaipu<sup>6</sup>. Em 1985, o governo criou o Programa Nacional de Conservação de Energia – Procel, com o objetivo de evitar o desperdício de energia elétrica no país, orientando o consumidor e concedendo selos aos equipamentos que apresentam melhores índices de eficiência energética dentro da sua categoria.

Com a Constituição de 1988, a prestação de serviços de fornecimento de energia foi passada para a forma privada, contudo, a fiscalização foi mantida nas mãos do Estado. O neoliberalismo<sup>7</sup> expandiu-se rapidamente ao longo da década de 1980, e no governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos de 1995 a 1999, que a privatização se concretizou de maneira mais ampla.

Em paralelo a esse período de privatização de empresas e fortalecimento da ideologia neoliberal, ocorreram também a efervescência das crescentes pressões internacionais e nacionais em relação ao meio ambiente e o auge de movimentos sociais que detalharemos

---

<sup>6</sup> Localizada no Rio Tocantins ao sul de Belém, no Estado do Pará, a UHE de Tucuruí é a maior do país, a construção teve início em 1974 sendo inaugurada dez anos depois em novembro de 1984. A UHE de Itaipu está localizada no rio Paraná, na fronteira entre Brasil e Paraguai, foi construída pelos dois países, tem nome de origem indígena, significa “pedra na qual a água faz barulho” (ROTHMAN, 2008)

<sup>7</sup> O neoliberalismo é marcado por estado regulador e assistencialista que deveria controlar parcialmente o funcionamento do estado (ROCHA, 2012)

mais adiante. Portanto, nesse período se estabelece o entendimento que, mesmo que a expansão de energia seja vista como melhoria na qualidade de vida, ela também apresenta aspectos contraditórios. Dessa forma, é preciso maior cuidado com a fiscalização dos serviços de fornecimento de energia.

Entendemos que existe um “divisor de águas” na legislação brasileira, no primeiro momento, buscava-se o desenvolvimento sem preocupação mínima com aspectos socioambientais, uma vez que a prioridade governamental era o crescimento econômico, posteriormente, as demais questões seriam sanadas. No entanto, o esgotamento de alguns recursos naturais e problemas de ordem socioambiental, acentuaram outra postura governamental e da sociedade. Desse modo, conferências internacionais foram realizadas, a partir delas foram elaborados documentos, conseqüentemente ocorreu pressão internacional e da população brasileira para que os governantes implementassem mudanças na legislação, assim:

Em resposta a estudos e protestos em nível mundial, em 1987 o Banco Mundial criou um departamento de Meio Ambiente e adotou exigências e critérios para a elaboração de estudos de impactos ambientais como condição para o financiamento de projetos, influenciando a criação de departamentos ou unidades técnicas de meio ambiente da Eletrobrás e, em Minas Gerais, do governo estadual e das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG). A legislação ambiental ainda foi regulamentada mediante a Resolução 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), a qual exigiu que empresas proponentes de projetos de barragens elaborassem estudos de impacto ambiental (EIAs) e relatórios de impacto ambiental (RIMAs) - (ROTHMAN, 2008, pp. 22-23).

Para Gomes (2008), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), se configuram em documentos técnicos que tem como finalidade relatar os possíveis impactos ambientais e propor medidas que mitigam as questões ambientais e sociais. Todavia, não tem como função dizer se o empreendimento pode ou não ser construído, além do que a consultoria é contratada pelas empresas, o que faz com que haja vínculo entre elas, assim, não há uma neutralidade interpretativa.

Assim, os EIA/Rimas acabam por fortalecer a construção de barragens, pois “[...] não dão conta da temporalidade e da espacialidade dos processos sociais, culturais, econômicos e políticos, criando um verdadeiro fosso entre o relatado e o que está em curso de transformação” (SANTOS, 2002, p.41).

Para Zhouri; Oliveira (2005), os processos de licenciamento tendem a perpetuar a situação de injustiça ambiental, mesmo com os avanços na legislação, a obra apresenta-se de forma inquestionável e inflexível. De tal modo, a “necessidade” e a viabilidade

socioambiental do empreendimento são colocados em pauta, fazendo com que as exigências legais sejam vistas apenas como impasses burocráticos.

As autoras pontuam que os problemas sociais ocasionados pela implantação de uma barragem hidrelétrica são vistos com descontentamento para algumas pessoas, contudo, esses descontentamentos não podem ameaçar o interesse propagado como interesse público.

No Brasil, as construções dos projetos hidrelétricos, em geral, desconsideram a população, os costumes e a cultura dos grupos que residiam nas áreas inundadas, dessa maneira os sujeitos têm seus modos de vida modificados, além da descaracterização da fauna e flora. Tendo como justificativa o crescimento econômico para modificar os modos de vida dos sujeitos atingidos, o ambiente, para inundar territórios e reassentar famílias, tudo em nome do chamado “desenvolvimento”.

Zhoury; Laschefski (2010), enfatizam que a remoção destas pessoas não significa somente a perda da terra, mas também uma desterritorialização, uma vez que tudo é diferente, as condições físicas fazem com que os modos de vida dos locais de origem não possam ser retomados, assim como a memória e a identidade também são afetadas, pois as pessoas se sustentam nos/dos lugares.

A sobrevivência do planeta se tornou a mais recente justificativa para a imposição do Estado sobre os cidadãos, o Estado assume a tarefa de ditar as normas e leis para dirigir o comportamento dos homens em relação a natureza. A “Natureza, quando ela se torna objeto de política e planejamento, transforma-se em “meio ambiente [...] Aplicar o rótulo “meio ambiente” ao mundo natural faz todas as qualidades concretas desvanecerem; mais ainda, faz a natureza parecer passiva e sem vida, simplesmente esperando sofrer ação externa” (SACHS, 2000, p.127).

De acordo com Brasil (2008, p.22):

O Brasil é um país com quase 184 milhões de habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e se destaca como a quinta nação mais populosa do mundo. Em 2008, cerca de 95% da população tinha acesso à rede elétrica. Segundo dados divulgados no mês de setembro pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o país conta com mais de 61,5 milhões de unidades consumidoras em 99% dos municípios brasileiros. Destas, a grande maioria, cerca de 85%, é residencial.

Dessa forma, as usinas hidrelétricas ainda são construídas em prol do “desenvolvimento”, uma vez que o crescimento econômico é priorizado e a hegemonia capitalista sobrepõe os debates socioambientais. Também é válido destacar que a legislação vigente nem sempre é aplicada no intuito de garantir os direitos de cada cidadão.

Nesse sentido, é interessante analisar que o sistema capitalista liderado por poucos, não respeita e nem vislumbra atender as necessidades humanas da maioria, além de que em muitos casos a preocupação é mínima com a sobrevivência do planeta. Tamanha contradição provoca descrenças nas estratégias apresentadas como efetivas para o enfrentamento dos problemas correlacionados as questões socioambientais. Assim, “[...] o desenvolvimento tornou-se um conceito semelhante a uma ameiba, sem forma, mais inextricável. Seu contorno está tão pouco nítido que não delimita mais nenhum conteúdo – e ainda assim ele se espalha, pois é sempre associado com as melhores intenções” (SACHS, 2000, p.15).

Logo, é impossível conciliar a busca pelo lucro com a finitude dos recursos naturais e a resolução de todas as problemáticas e conflitos socioambientais, além do que o crescimento econômico ainda é priorizado.

Conforme o MAB (s/d, p.82.): “[...] o modelo de energia elétrica no Brasil está a serviço dos banqueiros e das grandes empresas multinacionais”. Assim, o setor elétrico é dividido em dois tipos de consumidores: os grandes consumidores, as transnacionais, como exemplo, as empresas de alumínio, que são os consumidores livres e pagam valor reduzido pela energia consumida; e os consumidores cativos, que são os pequenos e médios consumidores residenciais, grupo que paga elevado valor pela energia consumida (MAB, s/d).

De acordo com Brasil (2008), existe para alguns domicílios a “tarifa social”, política pública voltada para a população que não ultrapassem o limite regional máximo definido pela ANEEL, sendo que os descontos na conta de energia variam de 10% a 65%. Em “[...] todo o mundo, o Brasil é o país com maior potencial hidrelétrico: um total de 260 mil MW, segundo o Plano 2015 da Eletrobrás” (BRASIL, 2008, p. 57).

Entretanto, em função da diversidade dos biomas brasileiros e do relevo, existem entraves para a construção de hidrelétrica em todo o território nacional, além das questões sociais que emergem. Como vemos,

Os maiores entraves à expansão hidrelétrica do país são de natureza ambiental e judicial [...] opositores argumentam que as construções, principalmente na região da Amazônia, provocam impacto na vida da população, na flora e fauna locais, por interferirem no traçado natural e no volume de água dos rios. Entretanto, é necessário construir novas usinas -com impacto socioambiental mínimo - para produzir a energia suficiente para o crescimento econômico e ampliação da oferta de emprego (BRASIL, 2008, p.61)

Cada vez mais aumenta a frequência de alertas da mídia de que faltará energia elétrica nos próximos anos no Brasil, o que é uma falácia, visto que grande parte da energia produzida

abastece grandes indústrias, assim como o ar condicionado da minoria (MAB, s/d). Portanto, questionamos: Para quem faz-se necessário mais energia?

E mesmo com todas as contradições intrínsecas ao modelo energético hidráulico, é o modelo predominante no Brasil: “Estima-se que, nos próximos anos, pelo menos 50% da necessidade de expansão da capacidade de geração seja de origem hídrica” (BRASIL, 2008, p.17).

Diante do exposto, cabem alguns posicionamentos: o discurso em prol da economia, propagado de que é necessária ainda mais energia para sustentar o modelo “cheio de promessas” é insustentável ambientalmente e socialmente. As populações atingidas têm suas vidas modificadas, o ambiente é devastado em função do crescimento econômico e do progresso que apresenta promessas, essas não são cumpridas e se tornam cada vez mais vazias e irrelevantes.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que populações migram compulsoriamente, pois foram atingidas “em nome de projetos” que prometem a elas desenvolvimento, emprego e acesso à energia, todavia com “custo” social e ambiental muito alto. Portanto, devemos nos questionar: O desenvolvimento chega? Será que vale a pena?

Para compreender as contradições da implantação da barragem hidrelétrica como política de desenvolvimento, acreditamos ser necessário apresentar seus benefícios, porque como pontua Rosa (2006, p. 307) “[...] eu careço de que o bom seja bom e o ruim ruim [...] ao que, este mundo é muito misturado [...]”.

Na busca pelo “desenvolvimento” e como política de produção de energia elétrica, as barragens hidrelétricas são propagadas como solução e possibilidade de progresso. Como afirmamos anteriormente, entendemos que,

Consumo de energia é um dos principais indicadores do desenvolvimento econômico e do nível de qualidade de vida de qualquer sociedade. Ele reflete tanto o ritmo de atividade dos setores industrial, comercial e de serviços, quanto a capacidade da população para adquirir bens e serviços tecnologicamente mais avançados, como automóveis (que demandam combustíveis), eletrodomésticos e eletroeletrônicos (que exigem acesso à rede elétrica e pressionam o consumo de energia elétrica). (BRASIL, 2008, p. 36).

Dessa forma, concordamos que vivemos em um mundo em constante mudança, os nossos aparelhos celulares, os eletrodomésticos, os eletroeletrônicos e os computadores facilitam as nossas vidas, diminuem as distâncias e o tempo, e diversas são nossas experiências frente a tudo isso. Assim,

A essa altura da exposição, volte para o satélite e olhe para o globo. Desta vez, no entanto, imagine não apenas todo o movimento físico, ou toda a comunicação invisível, mas também - e especialmente - todas as relações sociais, todas as ligações entre as pessoas. Preencha essa visão com todas aquelas experiências da compressão de tempo-espaço, pois o que está acontecendo é que a geografia das relações sociais está mudando. Em muitos casos, essas relações estendem-se cada vez mais pelo espaço. As relações econômicas, políticas e socioculturais, cada qual cheia de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, estendem-se pelo planeta em todos os diferentes níveis, da família à área local e até a internacional” (MASSEY, 2000, p.184).

A autora demonstra que estamos em momento de aceleração do tempo-espaço e que isso implica inúmeras questões, novas relações econômicas, políticas e socioculturais, novas formas de pensar o espaço, novas formas de dominação e subordinação. Contudo, o que queremos frisar ao apontar essas questões é que os avanços tecnológicos modificaram a nossa relação com o mundo e com as pessoas, nos tornando dependentes da energia elétrica (Figura 1). Andamos com os nossos carregadores nas bolsas e quando a energia elétrica falta por instantes nas nossas casas, não sabemos mais como lidar, uma vez que praticamente tudo que fazemos está de alguma forma ligada ao acesso que temos a energia.

**Figura 1-** Os benefícios e contradições do acesso à energia



Autora: Org.: GODINHO, Victoria Pinho e, 2017

No que se refere às formas de produção de energia elétrica, de acordo com Brasil (2008), são várias as renováveis: como hidráulica, biomassa, eólica, solar, biogás, geotérmica e marítima e as não renováveis: derivadas de petróleo, gás natural, energia nuclear e carvão mineral.



A energia hidráulica, é uma das formas “sustentáveis” de produção de energia, uma vez que a água é uma das poucas fontes de energia que não contribui para o aquecimento global, “[...] e, ainda, é renovável: pelos efeitos da energia solar e da força da gravidade, de líquido transforma-se em vapor que se condensa em nuvens, que retornam à superfície terrestre sob a forma de chuva” (BRASIL, 2008, p.51).

Nesse sentido, a energia hidráulica é vista como uma energia limpa e uma das formas mais eficazes de produção de energia. Bermann (2007), destaca que no território brasileiro o aproveitamento da água para a geração de energia elétrica encontrou importante campo para concretização da engenharia nacional.

Conforme Brasil (2008), somente na Ásia, especificamente na China, e na América Latina tem ocorrido a expansão da produção de energia hidráulica nos últimos trinta anos, nos outros países tem-se reduzido, devido ao esgotamento de reservas. Assim,

O principal argumento contrário à construção das hidrelétricas é o impacto provocado sobre o modo de vida da população, flora e fauna locais, pela formação de grandes lagos ou reservatórios, aumento do nível dos rios ou alterações em seu curso após o represamento (BRASIL, 2008, p.52).

O argumento contrário a construção de hidrelétricas, pontuado em Brasil (2008), é meramente o empecilho para o crescimento econômico. No entanto, como já mencionado, o que devemos questionar de fato é se essa produção de energia é tão necessária assim, para quem e para quê? Quais contradições são inerentes a essa forma de geração de energia? Tais questionamentos se justificam ao identificar no Brasil, residências que em pleno século XXI não tem energia elétrica e como o modo de vida da população é alterado.

Em um dos trabalhos de campo pelo Projeto Brasil Central, visitamos a comunidade Quilombola Buriti do Meio, localizada na área rural do município de São Francisco-MG, que, em 2004, foi certificada pela Fundação Palmares. Economicamente o artesanato de argila é a principal fonte de renda de algumas famílias, feito principalmente por mulheres que se dividem em três núcleos distintos, elas fabricam pratos, gamelas, panelas, vasos ornamentais, esculturas, jarros, entre outros. Durante anos, a população do quilombo vem sofrendo processos de encurralamento por fazendeiros, em paralelo a isso a comunidade tem buscado não só reavivar as festas e as folias, que com o tempo foram ficando enfraquecidas, como também fortalecer a luta pelos seus direitos

Ao ouvirmos os sujeitos nas entrevistas, para construção da nova cartografia social da comunidade, uma das falas de um dos entrevistados exemplifica o que mudou quando a energia chegou à comunidade:

**Victoria:** *Depois que a energia chegou mudou muito? Ficaram diferentes as coisas?*

**Rodrigo:** *Mudou muito ficou diferente eu mesmo passei mais de uma semana sem dormi quase não conseguia dormir deixava uma lâmpada acesa dentro de casa lá no canto né aí ficava aquele claro assim eu não entendia não depois mãe falou assim apagando a lâmpada deixava tudo escuro que a candeia deixava até a hora de deitar e apagava porque o óleo é pouco aí a lâmpada achava fácil de deixar uma ficava bonito e nem eu não entendia não sentia nada assim diferente não sentia mal nem anda mas não dormia e passa olhando aquele trem e passando passando aí eu referência mudou demais até aquele negócio que a gente tinha muito medo de defunto aqui a gente fala defunto né o povo via coisa demais imagino porque era escuro a luzinha de candeia é aquela luzinha meio sem graça só aquele pouquinho (...)A energia também depois que chegou até para fazer algum evento assim a noite fazer alguma festinha ficou bom demais passou a comprar uma geladeira alguma pessoa uma televisão(SIC).*

**Victoria:** *Se hoje não tivesse energia como você acha que ia ser?*

**Rodrigo:** *Ih.. Acho que ia ser muito diferente muito diferente né igual tudo que a gente meche mesmo aqui na roça depende de energia igual mesmo carpinteiro já usa muita ferramenta ligada a força é um celular para tá carregando é dentro de casa geladeira um liquidificador é um ferro essas coisas apesar que a gente ainda tem lá em casa ainda tem um ferro de passar com brasa que a gente passava na brasa era e quando não tinha energia ainda negócio de televisão a gente fazia era conversava demais depois que jantava mais cedo sentava na fora aí o povo ia contar caso (SIC). (Rodrigo Gonçalves Oliveira, 27 anos, Quilombo Buriti do Meio”)<sup>8</sup>*

De forma direta, Rodrigo demonstrou que as diferenças sentidas a partir da chegada da energia elétrica são diversas, desde o tempo que ele levou para acostumar com a lâmpada acesa durante a noite, quanto a maior facilidade em fazer festas e folias, o uso de ferramentas, celular, geladeira e televisão. Ele nos conta que a energia diminuiu a quantidade de “defuntos” que eles costumavam vê, assim como também diminuiu o tempo que passavam conversando após o jantar, pois agora assistem televisão.

De fato, são inquestionáveis os avanços trazidos pelo acesso à energia elétrica no Quilombo Buriti do Meio, apesar de que alguns moradores ainda não têm energia elétrica em casa, uma vez que a CEMIG exige documentos individuais das casas e eles não possuem, pois fazem parte de uma comunidade quilombola, em que as terras são coletivas, essa, então, se configura uma das lutas da comunidade.

Deste modo, mesmo que existam benefícios, as contradições implícitas no modo de geração de energia elétrica hidráulica têm ficado gradativamente mais nítidas. No Brasil, os

---

<sup>8</sup> A entrevista foi realizada dia 13 de novembro de 2017 por Ana Flávia Araújo, Maria Cecília Cordeiro Pires e Victoria Pinho e Godinho e faz parte do acervo do projeto “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central”

noticiários frequentemente anunciam a necessidade de racionamento de energia, várias manchetes apresentam problemas envolvendo as construções de hidrelétricas, assim como elucidam a fragilidade da política desenvolvimentista, que, em geral, não dá conta dos problemas socioambientais, a saber, os inúmeros desafios que surgiram na construção da barragem de Belo Monte, no Estado do Pará.

Muitos são os problemas ambientais resultantes da implantação de uma UHE, Bermann (2007), pontua alguns deles, como: o comprometimento das atividades a jusante do reservatório; o comprometimento da qualidade das águas, uma vez que dificulta a decomposição dos rejeitos e efluentes; o assoreamento dos reservatórios; a emissão de gases de efeito estufa, especialmente o metano; os problemas de saúde pública pela proliferação de vetores transmissores de doenças; e dificuldades aos usos múltiplos das águas, a irrigação, o lazer, a piscicultura, entre outros, em razão da priorização da energia elétrica.

Nessa perspectiva, precisamos entender que a produção de energia faz parte da lógica capitalista, da qual a energia torna-se mercadoria e visa lucro:

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma, em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em um fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência. Transforma as atividades autônomas e pessoais, que incorporam desejos, habilidades, esperanças e interação social ou com a natureza em necessidades, cuja satisfação exige a mediação do mercado (ESTEVA, 2000, p.74).

Assim, os resultados do modo de produção capitalista incidem sobre todos os âmbitos: social, ambiental, cultural e político, de forma que a “[...] problemática ambiental tem origem na forma histórica com que o sistema do capital exerce o domínio sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e submetendo-a às necessidades de sua reprodução” (SILVA, 2010, p. 78)

O modo de produção capitalista exerce domínio sobre a natureza, transformando-a em passiva e em objeto de controle e domínio, para que o esgotamento dos recursos naturais não sejam empecilhos para a reprodução do sistema capitalista, do chamado “desenvolvimento”.

Haja vista, é importante salientar que a água é um recurso natural, que após apropriação do capital é visto apenas como recurso e tem sido propagado cada vez mais como escasso, por esse motivo a geração de energia hidráulica tornou-se inviável em determinados países, como já mencionado, uma vez que já exploraram todo o seu potencial, mas em outros países, como o Brasil, essa forma de geração de energia se apresenta como solução. Assim,

Segundo informa o Plano Nacional de Energia 2030 com base em dados de 2004, a China é o país que mais investe em energia hidrelétrica. Além de Três Gargantas, naquele ano mantinha em construção um total de 50 mil MW de potência, para dobrar a capacidade instalada no país. [...]a China tem, também, um dos maiores potenciais tecnicamente aproveitáveis de energia hidráulica no mundo. Outras regiões com grandes potenciais são América do Norte, antiga União Soviética, Índia e Brasil. Ainda de acordo com o estudo, na Índia também há grande expansão das hidrelétricas: em 2004 estavam em construção 10 mil MW, com 28 mil MW planejados para o médio prazo (BRASIL, 2008, p. 56)

Conforme o MAB (s/d), deve se partir do entendimento que “Água e Energia não são mercadorias”, pois, a tendência é que esse recurso se torne cada vez mais escasso, conseqüentemente mais caro e de desigual acesso. Nas palavras de Rosa (2006): “A água de boa qualidade é como saúde ou a liberdade: só tem valor quando acaba”.

Os noticiários e as propagandas anunciam a crise hídrica, as escolas ensinam as crianças a fecharem as torneiras ao escovarem os dentes, ou os chuveiros na hora de se ensaboar, enquanto isso empresas estão na corrida pela privatização da água, os agronegócios e suas grandes irrigações, as mineradoras, as hidrelétricas, enfim, continua-se a culpar os pequenos, enquanto os grandes fazem enormes estragos e propõem soluções que apenas mitigam essas questões afim de não prejudicarem o crescimento econômico.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015), faz-se necessário nova postura frente ao uso racional da água, pois, apesar de várias ações adotadas pela sociedade não existe sinais de mudanças estruturais, pelo contrário, a água, por ser um dos bens mais preciosos à vida, torna-se também uma das mercadorias mais cobiçadas.

Assim sendo, as contradições implícitas nas barragens hidrelétricas como política de desenvolvimento são inúmeras, dentre elas a geração de energia e de empregos prometidos, nesse sentido, concordamos com que Vainer (1997, p.12) afirma:

A história da implantação de grandes barragens parece ser a mesma em toda a parte. Em todo o mundo a grande barragem serve ao mesmo modelo de desenvolvimento. Nos mais diversos países, o grande projeto hídrico busca impor um mesmo padrão de apropriação e uso dos recursos naturais. Nas mais variadas latitudes a coalizão de interesses políticos e econômicos que promove grandes hidrelétricas tem mais ou menos a mesma composição [...]. Similares são, aqui e ali, os beneficiários da energia gerada pelas hidrelétricas [...].

Destarte, mesmo com tantas promessas, os moradores das áreas inundadas ou que vivem nas cidades próximas a barragem hidrelétrica não são beneficiados, pelo contrário, conforme o MAB (s/d), além do deslocamento compulsório, a população paga tarifas de

energia com aumento gradativo, ano após ano, além dos impostos acrescido pelos governos nas contas de energia.

Outro aspecto importante a pontuar, é que os recursos arrecadados nas contas de luz nem sempre são aplicados em benefícios para a população, além do que muitas concessionárias que eram públicas, foram privatizadas por grupos de empresários internacionais. Os empregos gerados pelas barragens hidrelétricas também são restritos, no processo de construção da barragem a mão de obra deve ser qualificada, pois o maquinário requer especializações específicas e, após a implantação da usina hidrelétrica, o número de funcionários para manutenção das máquinas, dependendo da produção, não passa de oito (MAB, s/d).

Em suma, pontuamos que outra contradição inerente a implantação de barragens hidrelétricas são as questões sociais geradas pela implantação do empreendimento. As autoras Zhouri; Oliveira (2005), frisam que as barragens já desalojaram mais de 200 mil famílias no Brasil, o equivalente a um milhão de pessoas, inundaram 3,4 milhões de hectares de terras férteis e florestas e atingem os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileiras. Assim, para elas as barragens hidrelétricas são causadoras de injustiça ambiental.

Bermann (2007), pontua que a construção de uma usina hidrelétrica representa para essas populações a destruição de projetos de vida, impondo sua expulsão e as compensações não asseguram uma manutenção de seus modos de vida da mesma forma que se verificava antes da implantação do empreendimento.

O autor afirma que outra contradição ocasionada pela implantação de uma barragem hidrelétrica é a dificuldade de participação dos interessados no processo de tomada de decisão sobre a instalação, ou não, da obra, para o autor as informações apenas chegam para ser acatadas, assim sendo, o envolvimento da sociedade no tocante a instalação hidrelétrica é limitado, quando não inexistente.

Nesse sentido, a construção de uma barragem hidrelétrica, configura-se então em conflito ambiental territorial, uma vez que:

Tais conflitos revelam, em geral modos diferenciados de existência que colocam em questão o próprio conceito de desenvolvimento, assim como expressam a luta pela autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade urbano-industrial e às instituições reguladoras do Estado moderno (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 26).

Podemos então, apontar que a implantação de barragem para usina hidrelétrica em qualquer parte do mundo serve ao mesmo modelo de desenvolvimento, interesses econômicos

e políticos, que sobrepõem os modos de vida da população, ocorre a apropriação da natureza e as estratégias no âmbito social e o ambiental são apenas para mitigar consequências e silenciar as resistências.

No entender de Acselrad (2009), é preciso lutar por outro modelo de desenvolvimento, partindo da produção do conhecimento próprio e de pressões advindas de lutas para a aplicação universal das leis, para o aperfeiçoamento da legislação, para proteção ambiental e para dar voz a outras racionalidades.

Destarte, entender o desenvolvimento como progresso, que está nos bastidores da implantação de barragens hidrelétricas, faz-se necessário, para que possamos compreender a insustentabilidade que serviu a várias políticas desenvolvimentistas.

### **Desenvolvimento como progresso: notas sobre a insustentabilidade**

A primeira Revolução Industrial, século XVIII, como afirma Polany (2001) trouxe muitas consequências, representou o início de transformações extremas no contexto socioambiental, pois alterou os processos naturais e as relações interpessoais. Além do que foi apresentada a população, a perspectiva de que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com uma dada quantidade de bens materiais, assim “[...]a motivação do lucro, passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANY, 2005, p.60).

Assim sendo, durante muito tempo, reduziu-se o termo desenvolvimento às lógicas do crescimento econômico, até porque as nações ricas são também os países desenvolvidos economicamente, como é o caso dos Estados Unidos, referência do capitalismo. No entanto, crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento social.

Mesmo que saibamos que o crescimento econômico seja elemento essencial para o desenvolvimento, o tratamento dos dois termos como sendo sinônimos vem sendo desconstruído, por entender que o avanço econômico não traz consigo, necessariamente, melhores condições de vida e de oportunidades sociais de forma homogênea em diferentes países do mundo. Após a Segunda Guerra, movidos pelas disputas imperialistas<sup>9</sup> e pela

---

<sup>9</sup> O Imperialismo, conforme Harvey (2005), é a política de expansão e o domínio territorial, cultural ou econômico de uma nação sobre a outra e acarreta o desenvolvimento desigual do capitalismo no mundo e em detrimento um desenvolvimento desigual da luta de classes. Inúmeras são as razões, geralmente ligadas às lógicas de acumulação de capital pelos meios mais fáceis e onde a resistência for mais fraca.

vontade ocidental em retomar a economia, generalizou a associação dos termos desenvolvimento e crescimento econômico.

Wallerstein (1985), apresenta o progresso como a ideia central do mundo moderno, a propagação da crença em que o capitalismo representa avanços em relação aos sistemas anteriores. Essa é uma forma unilateral de analisar o progresso, que trouxe avanços, contudo, não aumentou a qualidade de vida de todos, uma vez que acentuou o esgotamento de alguns recursos minerais, ampliou a insegurança, a poluição, o crescimento da disparidade socioeconômica, entre outros.

Para Harvey (2005), quando ocorre a penetração capitalista em novos países e/ou espaços, tem-se a criação do subdesenvolvimento e um processo de dependência, visto que a tendência do capitalismo é definir um conjunto universal de valores e necessidades sem levar em consideração a situação natural e cultural de diversos países, ou seja, países diferentes, com diversas culturas, distintos modos de vestir, características particulares em sua arquitetura, linguagem, costumes, sonhos e desejos, assim, as pessoas devem se isentar de suas peculiaridades a fim de se tornarem tão “desenvolvidos” quanto o capital estadunidense.

As crises também fazem parte do processo de acumulação capitalista, visto que “[...] o capitalismo tente, ativamente, a produzir algumas barreiras para o seu próprio desenvolvimento” (HARVEY 2005, p.45). Algumas décadas são marcadas pelas crises capitalistas, a saber, a década de 1980, conhecida como a década perdida, foi bastante expressiva e significativa porque evidenciou a ocorrência de consideráveis perdas econômicas, além da ocorrência de turbulentas crises e problemas político-culturais em todo o mundo.

Assemelhar o conceito de desenvolvimento ao de progresso trouxe inúmeras consequências, uma delas foi apropriação da natureza e o estabelecimento de valores aos recursos naturais, tornando-os apenas recursos materiais e a consciência da finitude desses recursos, ao longo dos anos foi trazendo para o debate reflexões e avanços para superação dessa ambiguidade conceitual.

Sachs (2000), afirma que, especificamente na década de 1960, a poluição do ar e os derramamentos de petróleo fizeram com que houvesse uma tomada de consciência por parte da população no tocante as questões ambientais, a primeira conferência temática a esse respeito foi o ponto de partida para outros grandes encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas – ONU.

Em 1972, foi realizada pela ONU, na Suécia, a Conferência de Estocolmo com o intuito de discutir e, de certa forma, estimular a conscientização da sociedade para com as

questões ambientais, como a chuva ácida e os níveis de metais encontrados em aves e peixes. Essa Conferência é apontada como sendo a primeira iniciativa mundial a esse respeito, pois, fomentou a discussão dos problemas evidenciados, visando o não agravamento e comprometimento das condições de vida das futuras gerações.

Em 1974, conforme Esteva (2002), na Declaração de Cocoyoc<sup>10</sup>, provocou-se uma densa discussão sobre a existência e a necessidade da definição de um desenvolvimento que tivesse como centro o ser humano. Em 1978, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -UNESCO, apresentou o termo e conceito de desenvolvimento endógeno, que excluía a busca por um ideal desenvolvimentista específico. Desde então, intensas reflexões foram promovidas por diferentes instituições e organismos internacionais.

Para Sachs (2000), as preocupações correlacionadas ao elevado crescimento demográfico e a finitude dos recursos naturais, dentre eles o alimento, motivaram a elaboração do Relatório de Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Esse relacionou as lógicas vigentes do desenvolvimento ao Meio Ambiente, apontando a pobreza como uma das principais causas dos problemas ambientais do Mundo e a tecnologia e ciência foram apontadas como possíveis respostas à crise ambiental.

Anaya; Paula (2015), afirmam que a proposta do Relatório Brundtland, implica a existência de um sujeito coletivo, “a humanidade”, dotado de reflexão e vontade, que possui atividades impactantes à natureza. E, nesse sentido, a “pobreza” seria um mal em si mesmo, assim como o desenvolvimento seria um bem em si.

Como se percebe, os processos sócios históricos incitaram inúmeras reflexões e provocaram distintas, mas expressivas transformações sociais. Na atualidade, consegue-se vislumbrar, a partir de distintas áreas e dimensões, a diferença e as possibilidades de associação entre o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Uma dessas alternativas é fruto do desencantamento e perda de confiança no futuro, consoante a Bursztyn (2001), esse vazio de desencantos culminou na ideia de desenvolvimento sustentável. A ideologia do desenvolvimento sustentável está sustentada na ideia de que é possível “crescer sem destruir”.

---

<sup>10</sup> A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1974, desencadeou a elaboração da Declaração de Cocoyoc, que na visão de muitos autores foi fundamental para a construção de nova concepção sobre a relação entre a sociedade e o meio ambiente, acrescentando à discussão a ideia de que há limites ambientais e sociais para o desenvolvimento e que esses deveriam ser respeitados ( ESTEVA, 2000)



Consoante a Veiga (2005), procura-se, com isso, unir o crescimento econômico e o meio ambiente, a partir de um modelo desenvolvimentista que visa o equilíbrio entre o lucro e os conceitos de cidadania, equidade, justiça social, respeito ao meio ambiente e qualidade de vida.

Para Anaya; Paula (2015), o termo “desenvolvimento sustentável” serviu como divisor de águas da política ambiental, baseando-se numa racionalidade econômica e não ecológica. Portanto, a categoria de desenvolvimento sustentável é disputada politicamente por distintos atores sociais, e a visão hegemônica dessa categoria privilegia a ideologia de base capitalista.

Esse desafio parece-nos, então, insustentável no sistema capitalista vigente, pois o que se percebe é que a sociedade atual é permeada por desigualdades que explicitam as dificuldades e/ou privações do acesso aos recursos naturais, principalmente no que toca ao trabalho, às questões de saúde, de habitação, de educação, de informação e de participação política. Assim sendo, para Veiga (2005), o desenvolvimento sustentável é uma ilusão, pois:

Tal equilíbrio seria incompatível, baseado na busca ilimitada do lucro por empresas econômicas dedicadas, por definição, a esse objetivo, e competindo, umas com as outras num mercado livre global. [...] do ponto de vista ambiental, o futuro da humanidade com certeza não será capitalista. (VEIGA, 2005, p. 207)

No entanto, a sustentabilidade, desatrelada às lógicas do desenvolvimento vinculado às questões econômicas, certamente, tem sido apresentada como uma estratégia interessante para o despertar de novas questões e debates.

Não se sabe se o sistema capitalista terá seu fim, se as próximas crises serão devastadoras, se o homem criará soluções tecnológicas ou se a ciência produzirá respostas para que os recursos naturais tenham seu fim adiado, não se sabe o tamanho das próximas guerras e tampouco a causa delas. Desse modo, o modelo de desenvolvimento, que expropria e explora em nome do crescimento econômico vem se tornando insustentável.

Sachs (2000), pontua que o chamado “desenvolvimento”, embora ainda esteja no centro de debates, documentos oficiais e mesmo que as políticas desenvolvimentistas ainda permaneçam, está chegando ao seu fim, pois “[...] a ruína ainda está de pé e ainda domina a paisagem como um marco divisório” (SACHS, 2000, p.11).

Concordamos com autor, porque, embora a falácia desenvolvimentista ainda seja pregada como resolução de problemas sociais e ambientais, as promessas vão se mostrando vazias, as desigualdades, as vulnerabilidades, as questões e os conflitos ambientais que vão ficando a margem desta corrida vão mostrando que o caminho precisa urgentemente ser outro.

Assim sendo, Anaya; Paula (2015), pontuam que, juntamente com esses processos de apropriação da natureza pela ótica do capital, observa-se a incidência de movimentos sociais, na busca da reapropriação e revalorização de seus patrimônios ecológicos e culturais de produção. Outras racionalidades, que apontam outras formas de se organizar e conviver com a natureza, contribuindo para se pensar formas alternativas de desenvolvimento.

Nesse contexto, é possível inferir que a política desenvolvimentista que orientou grandes projetos, como a implantação de barragens hidrelétricas, está sendo descortinada. De acordo com o MAB (s/d), os atingidos por barragens são vítimas dessa política de desenvolvimento, as pessoas são deslocadas compulsoriamente de suas terras produtivas e férteis, têm suas atividades modificadas, suas culturas dilaceradas e o ambiente totalmente degradado.

Ascerald (2009), assegura que precisamos lutar por novo modelo de desenvolvimento, mas que essa transição deve acontecer de maneira gradual e como estratégias: a produção de conhecimento próprio; a pressão para aplicação universal das leis e não uma proteção ambiental desigual; o aperfeiçoamento da legislação ambiental e a efetivação das mesmas; a busca por novas racionalidades; os procedimentos de avaliação da equidade ambiental; a ação direta como as ocupações do MAB e a difusão espacial do movimento.

Consequente, partindo do entendimento do fracasso do chamado desenvolvimento vigente e meramente econômico, precisamos pensar em outras formas de geração de energia, que não priorizem unicamente o econômico. Enfim, construir modelos de desenvolvimento a partir de outras racionalidades, oriundas de movimentos, lutas e da organização e relação que povos e comunidades tradicionais tem com a natureza, ou seja, alternativas de se organizar e conviver com a natureza em busca de equilíbrio socioambiental.

### **Categorias teóricas**

Neste estudo, algumas categorias teóricas vão se mostrando importantes para discussões e compreensões acerca do processo de construção e implementação de uma barragem hidrelétrica, assim como o entendimento do processo de deslocamento compulsório, das resistências e do recomeço, de modo que seja possível compreender todas as suas implicações. Assim, trataremos de cada uma delas, nos próximos capítulos, contudo, achamos importante sinalizar as nossas escolhas neste capítulo.

O conceito de **atingido** é uma dessas categorias, uma vez que “[...] a noção de atingido remete ao conjunto de processos econômicos e sociais deflagrados pelo empreendimento que possam vir a ter efeitos perversos sobre os meios e modos de vida da população” (VAINER, 2008, p. 50). Concordamos com Vainer (2008), que entende que o conceito de atingido engloba a discussão de reconhecimento e legitimação de direitos, portanto, é uma categoria social em disputa que pode variar conforme o tempo, o espaço, aos contextos políticos e culturais.

Cabe ressaltar que, optamos por utilizar o termo atingido para identificar os sujeitos dessa pesquisa, mesmo que durante o decorrer da história muitos tenham sido as utilizações desse termo, algumas vezes até de forma passiva. Contudo, através dos movimentos, foi sendo construída ressignificação, assim quando colocamos atingidos estamos nos referindo a grupos sociais, famílias e indivíduos que vivenciaram sofrimento acarretado desde o anúncio da construção da UHE de Irapé e que continuam sofrendo transformações nos modos de vida.

Os movimentos de resistência dos atingidos anterior a construção da barragem, vão mostrar a necessidade de entender o lugar que foi submergido com lugar de produção de modos de vida, de identidade. No entendimento de Massey (2000), a categoria **lugar** propõe um novo sentido para pensar lugar, um lugar global. Dessa forma, que optamos por pensar o lugar, onde ele não é estático, não tem fronteiras ou linhas demarcatórias, não tem identidades únicas e singulares, muitas vezes são permeados por conflitos internos. Assim, ressaltamos que entendemos lugar a partir das mobilidades e através das relações sociais que vão se formando e se transformando.

Como ponto de partida para as reflexões, entendemos as **identidades** como a fonte de significado e experiência de um povo, conforme Castells (1999), dessa forma elas produzem enfrentamento, distinção, conflitos, classificações, oposições e representações. Não é possível pensar o processo de resistência, sem pensar as identidades, pois a identidade só é convocada quando contestada.

Entendemos os **movimentos sociais** de resistência como afirma Gohn (2010), como as formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em relações coletivas em prol de um interesse. Sua importância está no papel que assume no processo de organização popular.

Para resgatarmos o tempo antes da construção da barragem hidrelétrica de Irapé, os processos de resistência, a **memória coletiva** também se configura importante, uma vez os lugares que foram inundadas não voltam mais, e só estão presentes nas memórias das pessoas que ali viveram. Assim, acredita-se que “[...] as chaves do futuro e de utopia estão escondidas,

quem sabe, na memória das lutas, nas histórias do simples, na lembrança dos velhos” (BOSI, 1987, p.34).

Ao analisar os processos de deslocamentos, optamos por tratar como **deslocamentos compulsórios**, uma vez que os sujeitos são retirados de suas terras e casas de maneira obrigatória, acarretando **sofrimento social** a partir de uma **mecânica de violência**. Embora tenha ocorrido preocupação com as resistências antes da construção da UHE de Irapé, também entendemos que é necessário refletir sobre o refazer da vida, uma vez que para Bosi (1987), não se busca mais o que já se perdeu, as raízes são arrancadas, então é necessário renascer nessa terra de erosão.

Nessa perspectiva, as resistências se transformam, assim pensamos a **territorialidade** a partir de Little (1994), como a atribuição dada ao território, as paisagens, na criação de lugares sagrados, junto a noção de pertencimento, e a **reterritorialização** como forma do povo que fora deslocado encontrar outra forma de realocação no espaço, ou seja, não há como pensar e o deslocamento compulsório sem pensar a reterritorialização, a reconstrução.

Um das formas de resistência nesses novos territórios é a **migração**, estratégia camponesa muitas vezes de permanência na terra, assim, “[...] entendemos a migração com um processo social e em rede, que uma vez iniciado, torna-se cumulativo, mantido através de idas e vindas dos migrantes entre os territórios de origem e destino” (SAQUET; MONDARDO, 2008, p.127). Nessa pesquisa mostra-se como uma forma dos sujeitos atingidos reescreverem sua história. Assim, as escolhas destas categorias teóricas mostram que existe necessidade de repensar as situações de expropriação e exploração vigente.

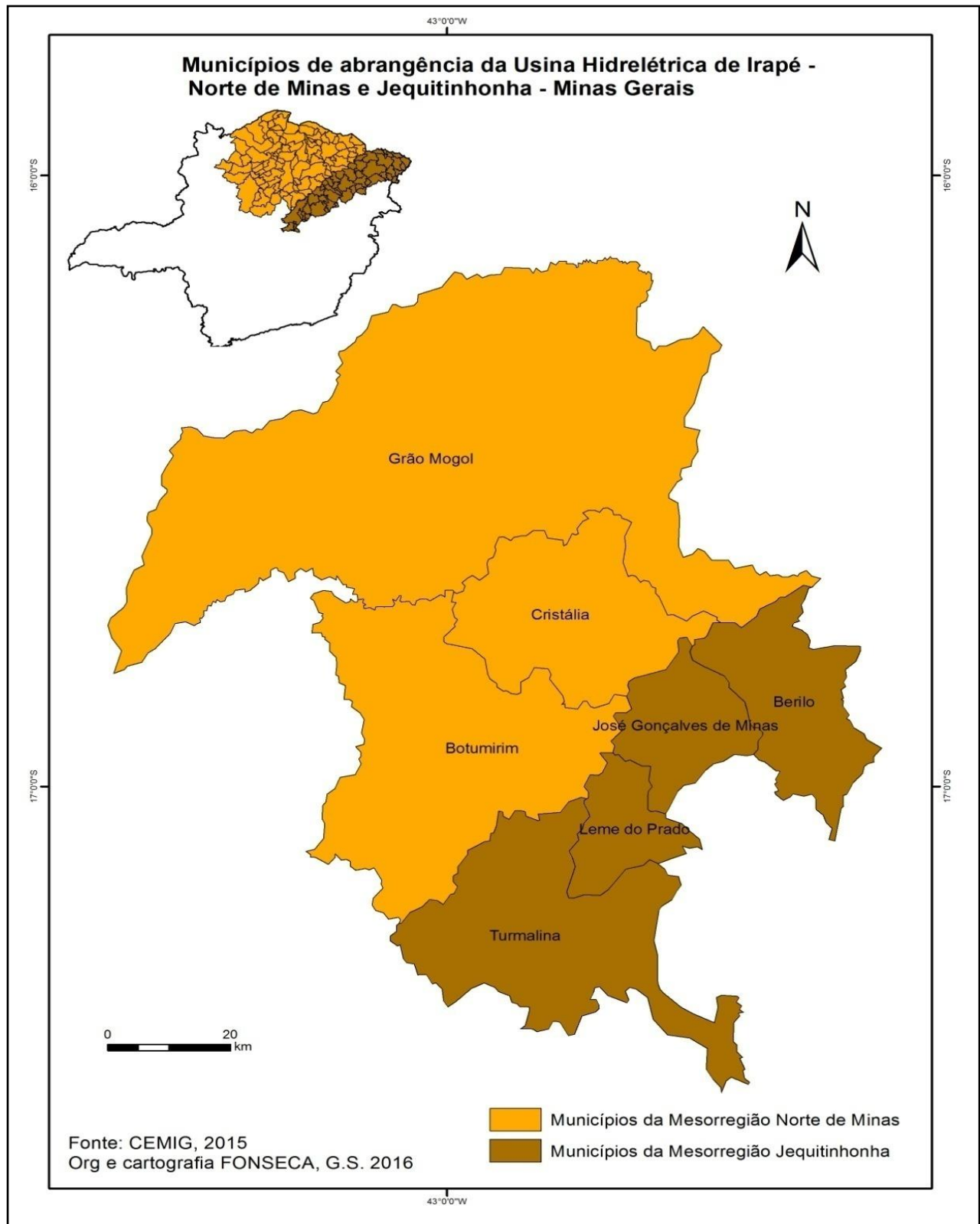
### **Muda-se os ciclos das águas do Rio Jequitinhonha: a Usina Hidrelétrica de Irapé**

*"As águas não eram estas, há um ano, há um mês, há um dia. Nem as crianças, nem as flores, nem o rosto dos amores...Onde estão águas e festas anteriores?"(Trecho do poema Domingo na Praça – Cecília Meireles)*

A localização da UHE de Irapé integra o território de Minas Gerais, que conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1990), foi regionalizada em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. Dentre as mesorregiões, têm-se as Mesorregiões Norte de Minas e Jequitinhonha. O Norte de Minas abrange 89 municípios distribuídos em sete microrregiões: Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Salinas e Pirapora e a Mesorregião Jequitinhonha compreende 51 municípios que integram cinco microrregiões: Pedra Azul, Diamantina, Araçuaí, Almenara e Capelinha.

Cumprе ressaltar que, a UHE de Irapé foi inaugurada em 2006, construída no curso do Rio Jequitinhonha, nos municípios de Leme do Prado, Turmalina, Berilo e José Gonçalves de Minas, todos da Microrregião de Capelinha, Mesorregião Jequitinhonha; além dos municípios de Botumirim, Cristália e Grão Mogol, da Microrregião de Grão Mogol, Mesorregião Norte de Minas (Figura 2).

**Figura 2 - Municípios de abrangência da Usina Hidrelétrica de Irapé - Norte de Minas e Jequitinhonha - Minas Gerais**



Fonte: CEMIG, 2015. Org e Cartografia FONSECA, G.S. 2016

O rio Jequitinhonha percorre 1.086 km, dos quais 198 km são em municípios do estado da Bahia e 888 km em municípios de Minas Gerais. O curso do rio é dividido em

baixo, médio e alto Jequitinhonha, assim surge a configuração de Vale Jequitinhonha, onde vários municípios apresentam altas taxas de analfabetismo e carência em serviços básicos, como água, esgoto e saneamento básico. Também existe a concentração da população na área rural, onde a economia é prioritariamente desenvolvida (SERVILHA, 2008).

Nesse sentido, Servilha (2008), afirma que o processo de urbanização e industrialização que se intensificava no Brasil refletiu também em investimentos no Vale Jequitinhonha. No fim da década de 1960 e início de 1970, chegam os órgãos governamentais que já estavam em outros municípios do Estado buscando essa modernização, assim como CEMIG, o Banco do Brasil e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA. Concordamos com o autor que frisa que a chegada desses órgãos trouxe melhoria na qualidade de vida, mas reproduziu o modelo de modernização que interessava mais aos grupos políticos externos do que a população de fato.

Esse modelo também favoreceu a implantação de projetos desenvolvimentistas, dentre eles a monocultura de eucalipto e mais recentemente a UHE de Irapé. Projetos esses que contribuíram para expulsão de muitos camponeses, modificaram e modificam modos de vidas, e trabalho, aumentaram as desigualdades e favoreceram a concentração de terras e poder.

Zhouiri; Oliveira (2005) pontuam que a disseminação de projetos de barragens hidrelétricas, dentre elas, a UHE de Irapé, foram justificadas pela legitimação das representações da miséria e da estagnação construídas para o Vale do Jequitinhonha, as propostas ainda são revertidas de uma ideia de salvação.

Em concordância com as autoras, Zucarelli (2006) pontua que, quando falamos em Vale Jequitinhonha comumente pensamos em um local atrasado, castigado pela seca e pela miséria, onde o povo vive a espera da modernidade. Isso decorre, pelo fato de que a ideia de sertão como vazio sempre permeou o imaginário brasileiro e não foi diferente nessa região, razão pela qual serviu e serve para que a modernidade seja almejada e incentivada.

Os municípios que englobam a UHE de Irapé são marcados pela ideia que, por muito tempo, assolou o sertão do país, a imagem de terra de ninguém, de atraso e que, portanto, é carente da modernidade. Paula (2009), afirma que ser do sertão caracteriza pessoas e grupos sociais que se auto identificam ou são qualificados como “sertanejos”, “pessoas do sertão”, “habitantes do sertão” e “povos do cerrado”. E as diferenças dos sertões mostram que os sertanejos, ribeirinhos, agricultores, camponeses continuam a conviver entre a modernidade e a tradição, hora vivendo a pobreza extrema e a seca, hora vivendo a abundância dos grandes rios, sendo essa última situação cada vez mais escassa.

Nesse sentido, buscamos compreender o processo de implantação da UHE de Irapé, como projeto desenvolvimentista que visou modernizar os municípios do Norte de Minas e do Jequitinhonha, tendo o objetivo de expandir o sistema de geração e distribuição de energia elétrica, sendo a CEMIG como concessionária responsável consoante (VIEIRA, 2008).

De acordo com a CEMIG (2016), a UHE de Irapé apresenta potência instalada de 399MW, tem a barragem mais alta do Brasil e a segunda maior da América Latina, com 208 metros (Figura 3), contudo cabe salientar que isso não significa dizer que ela está entre as usinas hidrelétricas que tem maior potencial de produção de energia no país.

**Figura 3-** Barragem da Usina Hidrelétrica de Irapé



Fonte: CEMIG, 2000. Disponível em < <http://www.cemig.com.br/pt-br> > Acesso em 2016.

A UHE de Irapé recebeu investimentos na ordem de R\$ 1 bilhão, com aporte de cerca de R\$ 120 milhões pelo governo de Minas Gerais (CEMIG, 2016). Um custo muito elevado para os cofres públicos, tal fato gerou muita discussão da viabilidade, pois a energia produzida atende população de uma cidade de um milhão de habitantes.

A engenharia aplicada na obra também foi justificativa para o elevado investimento:



A Usina Irapé representou uma das mais difíceis obras de engenharia realizadas no País. Tecnicamente, o projeto era complexo e arrojado por combinar características físicas e geológicas adversas com prazo de execução curto, inicialmente, de 40 meses. O consórcio construtor, liderado pela Andrade Gutierrez, com participação da Odebrecht e Voit Siemens, ergueu a mais alta barragem do Brasil, com 208 metros de altura, o equivalente a três prédios de 70 andares. A obra foi desafiadora, pois o rio, no local do empreendimento, possui um cânion profundo e sem acesso, o que complicou toda a logística da construção. Nessas condições, foi feito um grande movimento de escavações e aterro de solo e rocha, da ordem de 9 milhões de m<sup>3</sup> de escavações e 10 milhões de m<sup>3</sup> de aterro, além de perfurações de cerca de 9 km de túneis. Os técnicos também se empenharam na construção de um vertedouro incomum, em vez de calha a céu aberto, ele foi construído dentro de três túneis escavados na rocha, cada um com mais de 600 metros de extensão. (CEMIG, 2016, p.4).

O custo foi justificado pelos empreendedores, em função do longo processo de planejamento e execução, pois teve início em 1963, onde foram realizados estudos do potencial do rio Jequitinhonha; no ano de 1984, foi realizada uma revisão dos dados; em 1998 foi efetuada licitação e concessão, sendo que a CEMIG foi a vencedora, mas o contrato foi assinado apenas em 2000; em 2002 iniciou as obras; em 2003 aconteceu o desvio do rio Jequitinhonha (período que foram construídos dois túneis, com mais de 1,2 km de extensão); também em 2003 iniciou a construção da barragem (que fica entre os municípios de Berilo e Grão Mogol); em 2005 começou o enchimento do reservatório, sendo que em 2006 foi inaugurada (CEMIG, 2016).

O sonho demorou um pouco, mas começou a se concretizar em 1998, quando a Cemig venceu a tornando-se responsável pela construção e exploração da hidrelétrica, que possui a barragem mais alta do Brasil e a segunda. Pela magnitude do empreendimento, foi necessário e a comunidade pudessem seguir em uma só direção. Após cumprir as exigências legais e ambientais, a Cemig iniciou as obras civis em 2002. Em abril de 2003, quando se fez o desvio do Rio Jequitinhonha para dois túneis com mais de 1,2 km de extensão, foi vencida outra etapa importante da construção. Dessa forma, foram criadas as condições para o avanço das obras civis e da barragem propriamente dita, cujo reservatório abrange sete municípios (CEMIG, 2016, pp.1-2).

Conforme Pereira (2012), a construção da UHE de Irapé, foi justificada, pois promoveria a economia regional, geraria empregos e atrairia investimentos rurais e industriais para as Mesorregiões Norte de Minas e Jequitinhonha. A elaboração do projeto UHE de Irapé, aconteceu em um período, com grande efervescência de debates e reflexões acerca de questões ambientais com a preservação e conservação da flora e fauna, como já dito anteriormente, tanto no âmbito nacional quanto mundial.

Os impactos ambientais ocasionados na construção da Usina de Irapé, conforme Vieira (2000), foram numerosos, dentre eles a retenção de sedimentos gerados pela atividade mineradora, a perda da qualidade da água, a supressão de 90% da mata atlântica e 64% do cerrado, a destruição de habitats, causando desequilíbrio ecológico e extinção de aves raras.

De acordo com a CEMIG (2005), a energia gerada pela UHE Irapé seria fundamental para o crescimento regional, pois proporcionaria energia mais que suficiente para um desenvolvimento seguro, uma vez que se difundia a ideia de que em locais onde há disponibilidade de energia, as chances de experimentar crescimento econômico são maiores do que em locais onde não há disponibilidade de energia.

Vale ressaltar que, no Brasil existe o Sistema Interligado Nacional, assim a energia produzida em determinada usina não terá que abastecer obrigatoriamente a região onde se localiza.

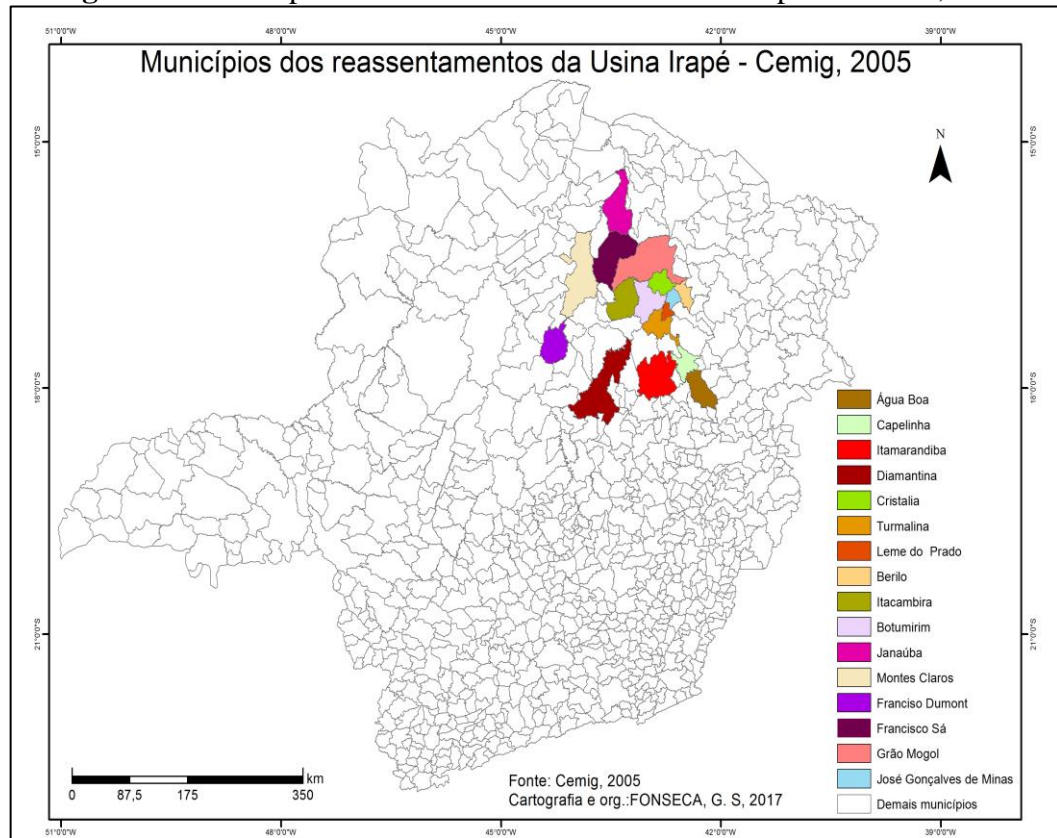
Como os períodos de estiagem de uma região podem corresponder ao período chuvoso de outra, a integração permite que a localidade em que os reservatórios estão mais cheios envie energia elétrica para a outra, em que os lagos estão mais vazios – permitindo, com isso, a preservação do “estoque de energia elétrica” represado sob a forma de água (BRASIL, 2008, p.30).

Sob tal perspectiva, compreendemos que energia produzida na UHE de Irapé tanto pode ser utilizada pela população regional ou não. É fato que o consumo de energia “[...] é um dos principais indicadores do desenvolvimento econômico e do nível de qualidade de vida de qualquer sociedade (BRASIL, 2008, p. 39). No entanto, nas mesorregiões onde a UHE de Irapé foi construída muitas pessoas ainda vivem sem acesso a saneamento básico e energia elétrica, em uma das entrevistas ficou claro que elas se sentem “*esquecidas*”.

### **Caracterização da área de Estudo**

A priori buscamos compreender as áreas de reassentamento para então pensar onde seriam feitos os estudos desta pesquisa. Para tanto, utilizamos como base o boletim informativo da CEMIG (2005), que aponta os municípios de reassentamento: Leme do Prado, Turmalina, Angelândia, Capelinha, Itamarandiba, Jose Gonçalves de Minas, Berilo, Diamantina (todos da Mesorregião Jequitinhonha); Janaúba, Francisco Sá, Cristália, Botumirim, Grão Mogol, Itacambira, Montes Claros e Francisco Dumont, municípios do Norte de Minas e Água Boa, município do Vale do Rio Doce (Figura 4). Além dos núcleos de reassentamentos, muitas pessoas foram para outras áreas rurais próximas a usina.

**Figura 4 - Municípios dos reassentamentos da Usina Irapé - CEMIG, 2005**



Fonte: CEMIG, 2005. Cartografia e org FONSECA, G, S, 2007.

Podemos observar (Figura 4) que as famílias foram reassentadas em vários municípios distantes uns dos outros. Os reassentamentos foram estabelecidos nas terras compradas pela CEMIG, nas áreas rurais dos municípios citados, era apresentado para cada morador três opções diferentes de escolha das terras e eles tinham que optar por uma delas, esse processo foi evidenciado nas entrevistas realizadas com famílias atingidas. No Quadro 1, buscamos apontar quais são os reassentamentos em cada município.

**Quadro 1 - Reassentamentos por município**

<b>Municípios</b>	<b>Reassentamentos</b>	<b>Mesorregião</b>
Montes Claros	Curral do Meio	Norte de Minas
Francisco Sá	Araras	
Capelinha	Fartura	
Francisco Dumont	Fazenda Rio Preto	
Itacambira	Nova Esperança Itacambira	
Janaúba	Nova Esperança Terra Nova	
Botumirim	José Antônio Renascer Nova Bela Vista	
Cristália	Nova vida de Irapé Nova vida Sussuarana Serrana Boa Esperança União Nova Vida	
Água Boa	Novo Horizonte	Vale do Rio Doce
Diamantina	Recanto Feliz	Jequitinhonha
Angelândia	Boa Esperança	
Turmalina	Peixe Cru	
Itamarandiba	Amigos para sempre União do Povo	
José Gonçalves de Minas	União de Todos Coração de Maria	
Leme do Prado	Coração de Jesus Conjunto Mandassainha Quilombo Boa Sorte Fazenda Boa Esperança	

Fonte: CEMIG, 2005. Org e adapt.: GODINHO, 2018.

Durante as entrevistas, nos foi relatado que algumas famílias foram para o município de Janaúba, outras para o município de Montes Claros e para Botumirim. Famílias que antes viviam próximas, que mantinham relações de vizinhança, amizade, confiança e reciprocidade foram espalhadas para vários municípios, como vemos no depoimento abaixo que dá título à esta dissertação:

*A barragem ispinicou gente para tudo que é canto...tem muita gente que nunca mais vi. (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso)*

Logo, pensar o deslocamento compulsório é procurar pensar como o processo foi sendo construído, assim como as relações foram sendo desfeitas, ao mesmo tempo em que

outras tantas eram feitas, ou seja, não é possível abordar o deslocamento no universo tão grande de reassentamentos e famílias de maneira estanque, delimitada e demarcada.

Pontuamos que entender os reassentamentos e os deslocamentos não é tarefa simples, uma vez que a quantidade de famílias atingidas é grande, assim como a quantidade de reassentamentos e mobilidades que vão se transformando no processo, com a migração das pessoas e o abandono das terras. Em várias casas que passamos pela estrada rural de Botumirim, o nosso informante<sup>11</sup> ia nos apontando e dizendo: *“aquela casa fica fechada a maior parte do ano, pois os moradores estão em São Paulo trabalhando”*, em umas das entrevistas, os filhos dos moradores também estavam trabalhando *“fora”*.

Dentro desses apontamentos e a partir do trabalho de Pereira (2012), podemos colocar que a migração faz parte da realidade para os reassentados, e assim, pensar em um lugar específico apenas ou somente em uma área previamente delimitada faria com que corremos o risco do que Augé (1994), denominou de semi-ilusão do etnólogo, ou seja, poderíamos ter somente uma das visões sobre o processo de deslocamento compulsório e do reterritorialização, ignorando a história, a mobilidade e a flutuação das fronteiras.

Como consequência, o nosso local de estudo não é um reassentamento apenas, mas famílias e sujeitos que foram deslocados compulsoriamente e que partem para novas migrações. Para Pereira (2012), a migração camponesa acontece em alguns dos reassentamentos, embora com causas diferenciadas, demonstrando assim, como a vida se refaz, a autora coloca a migração como uma das formas de resistência camponesa.

Partindo do trabalho de campo realizado por Pereira (2012), de entrevista realizada com uma representante do MAB, do contato que tivemos com famílias atingidas e de conversas com técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER<sup>12</sup> que trabalharam com as famílias antes e posteriormente a construção da barragem, ficou evidente que as migrações temporárias acontecem, assim como as definitivas.

Assim sendo, o campo de estudo desse trabalho foi sendo traçado no decorrer dos trabalhos de campo. Dessa forma, de início, buscamos conhecer as famílias que viviam nas áreas mais próximas da barragem, na zona rural do município de Botumirim-MG, depois conversamos com alguns atingidos que viviam em Montes Claros e Francisco Dumont, que vivenciavam a migração.

---

<sup>11</sup> Morador da zona rural do município de Botumirim-MG, que nos guiou pelas estradas e reassentamentos.

<sup>12</sup> Os Técnicos da EMATER que ouvimos para realização desse trabalho solicitaram que seus nomes fossem preservados.

Compreendemos que a construção da UHE de Irapé mudou os ciclos das águas do rio Jequitinhonha, transformando a vida de todos aqueles que viviam nas áreas que foram inundadas pela barragem hidrelétrica e nas proximidades, que dependiam das águas e das terras para manutenção da vida. Dedicaremos o próximo capítulo a entender como ocorreram essas mudanças, o processo de deslocamento e as resistências que se estabeleceram.



---

**CAPITULO II: MUDAM-SE OS CICLOS DA VIDA**

---

Ao mudar os ciclos das águas do Rio Jequitinhonha, muda-se também os ciclos da vida daqueles que viviam nas áreas inundadas e nas proximidades de onde foi construída a UHE de Irapé. *Ispinicou-se* vidas, atingindo e deslocando compulsoriamente famílias. Neste capítulo, almejamos entender os conceitos de atingido e deslocamento, buscando compreender o processo de resistência anterior a construção da UHE de Irapé e como foi o processo de deslocamento compulsório.

Mudam-se os ciclos da vida, muda o que se plantava, muda a relação com a terra, com a água, com os vizinhos e com os familiares. E o como foi e o que era está agora presente somente na memória daqueles que ali viveram, as lágrimas nos olhos daqueles com quem conversamos só refletem quão complexo foi o processo de *ispinicar*. Ao longo deste capítulo, buscamos através das falas dos sujeitos e de fotografias fazer com que de alguma forma esse processo de mudança dos ciclos da vida não seja esquecido.

### **Uma reflexão sobre o conceito de atingido**

*Uai atingido é assim, porque o lugar lá que nós morávamos a água tomou conta né, a água tomou conta (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

As identidades não são estáticas, ou pautadas somente na emoção e sentimento, são frutos de enfrentamento, distinção, conflito, classificação, oposição e representação. Portanto, depende de uma criticidade para pensá-la e exige uma contextualização, partindo desse entendimento, buscaremos fazer uma reflexão sobre o conceito de atingido.

Castells (1999), pontua que a identidade é fonte de significado e experiência de um povo, ela difere papéis, determina funções e organiza significados. A construção social das identidades ocorre em um contexto de relações de poder e pode se dá de três maneiras distintas: a identidade legitimadora, que é vinda dos dominantes e visa expandir e racionalizar sua dominação frente aos atores sociais; de resistência, que é criada por atores contrários a dominação atual, criando resistências com princípios diferentes ou opostos a sociedade; de projeto, que é quando os atores constroem uma nova identidade para redefinir sua situação na sociedade.

Assim, para o autor, as identidades de resistência muitas vezes culminam em um projeto, porém, vale frisar que:



As comunidades locais, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva constituem fontes específicas de identidades. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos (CASTELLS, 1999, p.84).

Dessa forma, a categoria atingido atribui significado e identidade a um povo, fruto de uma história de resistência, contudo, usando das palavras de Castells (1999), não pode ser vista como um paraíso e sim um abrigo.

Partimos assim da compreensão de Vainer (2008), que entende a categoria como uma discussão de reconhecimento e legitimação de direitos, portanto, como uma categoria social em disputa que pode variar conforme o tempo, o espaço, os contextos políticos e os culturais.

O autor então sinaliza algumas definições que já foram dadas para esse conceito, anteriormente, quando não se reconhecia impactos sociais ou ambientais na instalação de hidrelétricas, o único problema era o relacionado ao patrimônio fundiário, então, considerava-se como atingidos somente aqueles que possuíam terras, dessa forma, deveriam ser indenizados, para Vainer (2008), essa concepção é a territorial-patrimonialista.

Outra concepção, conforme Vainer (2008), é aquela que correlaciona o atingido como inundado, é a concepção hídrica, que mesmo reconhecendo os que são proprietários de terra, como os ocupantes, os posseiros, meeiros, entre outros, essa concepção faz com que só se considere espacialmente a área a ser inundada. Em contrapartida, atualmente, entendemos que muitos municípios que ficam nas proximidades da barragem hidrelétrica, mesmo que não tenham tido a área inundada, sofrem as consequências da implantação da hidrelétrica, desde o processo de construção, com a chegada de trabalhadores, que modificam o comércio local, ou após a construção, com os reassentamentos e as migrações.

Desse modo, o autor conclui que essas duas concepções, a hídrica e a territorial-patrimonialista, não dão conta do todo, fazendo com que haja uma não responsabilidade social e ambiental do empreendedor. Dessa forma:

As ciências sociais há muito tempo têm se consagrado ao estudo de processos de mudança social, e a própria noção de impacto é muito limitada para entender a dimensão e complexidade dos processos sociais e históricos em questão. No caso dos empreendimentos hidrelétricos, soma-se o fato de que a mudança social é resultante a decisão e ação de atores políticos, econômicos e institucionais externos à região de implantação. (VAINER, 2008, p.45)

Conforme Vainer (2008), o conceito de atingido para as agências multilaterais ultrapassa as concepções hídricas e patrimoniais. O autor cita o relatório da International Financial Corporation (2001)<sup>13</sup>, que afirma que as políticas de deslocamento compulsório devem assegurar que as pessoas economicamente ou fisicamente deslocadas não fiquem em uma situação pior, mas melhor do que a estavam antes.

O autor coloca que o IFC (2001) traz para o cerne do debate a noção de pessoas economicamente deslocadas, onde entende-se que quando se elimina o acesso das pessoas aos recursos produtivos, como pastagens, plantas medicinais, combustível, peixes entre outros, ou seja, é o deslocamento que interrompe as atividades econômicas sem necessariamente terem tido suas terras inundadas. O IFC (2001) pontua outros problemas, como a apropriação de recursos hídricos que pode ao desviar o curso do rio, prejudicar fazendeiros, como exemplo.

Vainer (2008) enfatiza que outra crítica a concepção patrimonialista, é que as pessoas nem sempre possuem documentos que caracterizem posse da terra. Alguns dos sujeitos atingidos pela UHE de Irapé ainda esperam pelos documentos da terra, justamente, porque antes do processo de deslocamento esses não possuíam os documentos do terreno, assim, a espera e as lutas judiciais acabam por gerarem insegurança nos atingidos que ainda não tem os documentos em mãos.

Além dos aspectos afetivos e sociais que os deslocamentos acarretam, uma vez que tendem a distanciar as pessoas. As famílias com quem conversamos relatam esses aspectos afetivos e sociais, as casas próximas de familiares agora são distantes, é preciso andar bastante para visitar quem antes morava no mesmo quintal, fora aqueles de quem nunca mais se teve notícias, trataremos melhor dessas transformações ocorridas no próximo capítulo.

De acordo Vainer (2008), as comunidades anfitriãs – que recebem os atingidos – também devem ser consideradas atingidas e precisam ser assistidas quanto ao acesso à saúde, à educação e aos empregos. Muda-se tudo, um dos técnicos da EMATER com quem conversamos, que atuou posterior a construção de UHE de Irapé junto as famílias, coloca que a cultura<sup>14</sup> de Cristália era bem diferente da de Botumirim o que justifica porque o nosso informante trata os reassentados como pessoas de difícil interação, relatando sempre a

---

<sup>13</sup> O relatório da International Financial Corporation - IFC (2001), encontra-se disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/794981468135580412/Main-report>. Acesso em março de 2017.

<sup>14</sup> CUNHA (2009 p.237), pontua que “A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce as outras, enquanto se torna uma cultura de contraste. A cultura de contraste é quando “a cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a a um número menor de traços que se tornam diacríticos.”

dificuldade de conversar e estabelecer relações com eles. Dessa forma, o preconceito em relação as diferenças e ao novo esteve e está presente nesse processo, assim, a identidade parte da representação que o outro tem de você, na escola, na vizinhança e na família as diferenças se contrastam e é possível afirmar quem você é quando se sabe o que não é.

Conforme uma representante do MAB: “*os atingidos pela UHE de Irapé são todos aqueles que vivem no Vale do Jequitinhonha*”, contudo, vale pontuar que a noção de atingido perpassa as discussões acadêmicas e os movimentos sociais, mas nem sempre os atingidos entendem ou tem total clareza de seu significado, eles simplesmente se intitulam atingidos, pois disseram para eles em algum momento que eles eram atingidos pela barragem. Como podemos verificar nas falas abaixo:

**Victoria:** *A senhora se considera uma atingida por barragem?*

**Maria:** *Considera, nós é mesmo.*

**Victoria:** *E o que você entende por atingido?*

**Maria:** *Uai atingido é assim, porque o lugar lá que nós morávamos a água tomou conta né, a água tomou conta. (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

**Victoria:** *Você se considera uma atingida por barragem?*

**Ester.:** *Ah eu me considero porque a gente lá a gente era bem mais feliz naquela época eu considero que a gente era bem mais feliz (Ester., 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Enquanto outra entrevistada não soube disser se ela era ou não uma atingida por barragem:

**Victoria:** *Você se considera um atingido?*

**Marta:** *Ah eu não sei não. (Marta, 34 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Nesse sentido, concordamos com Zhouri, Oliveira (2005), que afirmam que por muitas vezes a noção de atingido condiciona uma posição passiva e reificada da perspectiva de uma cidadania ativa, contudo, as autoras enfatizam que o MAB e as lutas vêm construindo uma ressignificação ao termo atingido.

Sinalizamos que o termo atingido teve e tem diversos usos ao longo dos anos, no entanto, ainda assim não se pode perder a importância social, histórica e política que essa categoria somou as lutas, a garantia e a legitimação de direitos.

Em suma, compreendemos como atingidos “os grupos sociais, famílias ou indivíduos que sofrem os efeitos do empreendimento desde o anúncio da obra, há outros que os sofrem sobretudo durante as obras e outros, enfim, que serão afetados com o enchimento e a operação do reservatório (VAINER, 2008)” e é a partir desse entendimento que optamos por utilizar o termo atingido para identificar os sujeitos que fazem parte desse trabalho.

## Os desafios frente aos conflitos no setor elétrico: Como participar? Como resistir?

*“Não chores, meu filho;  
Não chores, que a vida  
É luta renhida:  
Viver é lutar.  
A vida é combate...”*

*(Trecho do Poema Canção do Tamoio - Gonçalves Dias)*

Para falar de resistência, temos antes que elencar os desafios frente aos conflitos no setor elétrico, dentre eles a participação e a negociação. Conflitos esses que surgem, mesmo que de maneiras diferenciadas, acarretados pela construção de uma barragem hidrelétrica é o que Zhouri; Laschefski (2010), nomeiam como conflitos ambientais territoriais, uma vez que existe uma diferença na relação dos grupos envolvidos nesse conflito com a terra, eles apresentam modos distintos de produção dos seus territórios. Assim,

Os conflitos ambientais territoriais surgem, então, quando esse sistema de apropriação do espaço, com suas consequências sociais e ambientais, choca-se com os territórios gerados por grupos cuja formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado. Com frequência, tais formas de uso são vinculadas a uma socialização do grupo em princípios de reciprocidade e coletividade mais do que competitividade. O território é entendido com patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p.25).

Dessa forma, compreendemos que os conflitos ambientais territoriais se relacionam aos modos distintos de usos de um determinado território, surgindo um embate, de maneira que as identidades assim são acionadas e os grupos se organizam, reivindicam e tentam resistir. Para Ascerald (2004, p.18): “os conflitos ambientais podem ser entendidos como expressões de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento”, e como já dito, as barragens hidrelétricas fazem parte dessa política desenvolvimentista.

Concordamos assim com Vieira (2000), que afirma que o conflito social se dá pela vontade política do empreendedor, que se mobiliza para implantação de um projeto que lhe trará benefícios econômicos e a vontade política dos atingidos, uma vez que o empreendimento provoca expropriação de espaço e conseqüentemente mudanças culturais, produtivas e políticas.

Essas mudanças culturais, produtivas e políticas são grandes e Scott (2009) nomeia esse processo como um descaso planejado, para a autora esse termo reconhece que os projetos desenvolvimentistas tendem a prejudicar quem reside próximo aos locais onde são

implementados, ou seja, acarreta prejuízos aos que são o lado mais fraco do conflito, por mais bem apoiados e organizados que estejam.

A autora sustenta que tudo é extremamente planejado, desde as primeiras operações, ideias, até a concretização do empreendimento e, no final, as populações acabam por terem que ceder, por mais condicionantes que consigam impor. E como consequência desse descaso planejado, ocorre o que a autora chama de violência administrada, que é traduzida nos longos anos de espera até o reassentamento, na morosidade burocrática, criando expectativas e frustrações na população atingida.

Scott (2009), coloca que, como consequência desse processo, existe uma sensação de insegurança, uma vez que é possível compreender que a forma de atuação do Estado acarreta processos de adoecimento e sofrimento na população atingida. A autora enumera três formas distintas de insegurança: estrutural, administrada e coletiva local.

A insegurança estrutural, está relacionada ao modelo de desenvolvimento vigente, que exclui, aumenta a vulnerabilidade e é marcado por um distinto contraste entre as classes sociais, em que aqueles que detém o poder estabelecem políticas e planos que tendem a ditar a maneira como as outras camadas devem viver, causando fragilidade e vulnerabilidade, assim, “ter a sua voz, ou a voz do seu grupo, ouvida, e ainda mais, atendida, é uma expectativa reduzida neste tipo de insegurança” (SCOTT, 2009, p. 188)

A insegurança administrada é gerada quando uma ação específica ou uma política de Estado afeta diretamente na população que vive no local, assim:

O surgimento, ou intensificação, de uma capacidade organizacional extraordinária (no sentido de fora do ordinário para o local em questão) entre alguns grupos faz parte de um jogo, no qual os potenciais danos do projeto anunciado, ou já em operação, expõem um espaço de vulnerabilidade que vem exigindo uma nova articulação de poder. As vulnerabilidades expostas requerem ações concretas, e **a insegurança administrada se torna uma ferramenta para a criação de uma resistência** ou de uma colaboração intensiva, dependendo da leitura das implicações do projeto. Com a passagem do tempo criam-se novas perspectivas das quais se possa avaliar a operação do redimensionamento dos domínios de poder que cada projeto, programa ou política específico possibilitou. (SCOTT, 2009, p. 189)

A insegurança administrada, então, é ocasionada pela implantação de projetos desenvolvimentistas, como a implantação de uma barragem hidrelétrica e exige uma ação planejada, organizada e resiliente para que seja possível negociar, participar e, de alguma forma, fazer frente a um projeto que foi previamente pensado e planejado.

A insegurança coletiva local, como coloca a autora, não está relacionada ao Estado, diferente das demais, está ligada as formas que os indivíduos se colocam em uma identidade

coletiva no cenário local e regional. “O jogo de semelhanças e diferenças entre agentes sociais locais promove adesões e afastamentos de pessoas que passaram por experiências históricas locais variadas” (SCOTT, 2009, p 190). Assim, a identidade, como vimos, quando discorremos a respeito do conceito de atingidos, é por si só geradora de conflito, portanto, de insegurança coletiva local, como pontua Scott (2009, p. 191): “É uma dinâmica tensa que ocorre num cotidiano, onde todos detêm algum grau de previsibilidade por causa das suas trajetórias específicas, mas que mantêm a fresta aberta para transformações.”

Diante dessa exposição sobre a insegurança, é possível observar que ela faz parte da história da humanidade e que dependendo da história de vida dos sujeitos ela vai sendo transformada, mais adiante falaremos do medo e da insegurança como uma das formas de estratégia no refazer da vida dos atingidos.

Enfim, entendemos que os processos de deslocamentos compulsórios acarretado pela construção de uma barragem são complexos, são conflitos gerados por descaso planejado e que acarretam uma violência administrativa e uma insegurança nos sujeitos.

Zhouri; Oliveira; Laschefski (2012) pontuam que a luta das populações atingidas é primeiramente pelo direito de construir o próprio caminho e de realizarem seu próprio modo de produção do espaço, que ao longo da jornada de resistência vão se moldando e se transformando.

Um dos desafios postos colocados frente aos conflitos do setor elétrico é o desafio da participação efetiva. Uma vez que o interesse do empreendedor é que a participação seja mínima, afim de que ela possa ditar as regras, e paradoxalmente, sabe-se que quanto maior o nível de participação, maior as garantias dos sujeitos atingidos.

Frota (2001), corrobora que a participação é algo complexo, visto que a empreendedora por meio de instrumentos de comunicação, como a publicidade e a propaganda acaba por difundir a ideia de que o empreendimento é a solução de diversas questões sociais da região. Zhouri; Oliveira (2005) também colocam que, no caso de da UHE de Irapé, as elites políticas usavam dos meios de comunicação para propagar a ideia de que a barragem hidrelétrica seria uma forma de salvação para a população do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

Concluimos assim, que a participação de fato é um campo conflituoso, pois na sociedade em que vivemos a população que não faz parte do conflito e muitas vezes também a população envolvida acaba sendo alienada pelos meios de comunicação, que afirmam que o empreendimento trará benefícios, além de ser totalmente necessário, urgente e uma solução.

Zhour; Valencio (2013) asseguram que a questão dos direitos dessas populações aparece encoberta pelo entendimento que as barragens hidrelétricas geram “impactos” sociais e ambientais também são acompanhados de termos como “mitigação”, redução”, “negociação”. Então, existe uma falácia desenvolvimentista que justifica o que o empreendedor chama de “impactos”, dados quantitativos são colocados para elucidar a pobreza e os benefícios que serão acrescidos com a implantação de uma barragem hidrelétrica, buscando justificar os danos aos sujeitos envolvidos e ao meio ambiente e buscase apenas mitiga-los.

Drummond (2001), ao analisar os conceitos básicos para análise de um conflito em torno dos recursos naturais, pontua alguns paradoxos da ação coletiva, para ele existem dificuldades em organizar interessados em proporção a amplitude dos objetivos, para o autor pequenos grupos com interesses mais focalizados costumam ser mais eficazes; também há uma participação minoritária daqueles que serão beneficiados; assim como indivíduos que não mobilizaram ou reivindicaram que acabam por usufruir dos bens gerados pelas ações de poucos.

Nesse sentido, organizar-se para participar/negociar também é uma outra questão posta, uma vez que diversas são as questões levantadas, os objetivos e as diferenças existentes entre os sujeitos. Faz-se necessário, que existam lideranças, mesmo que essas sejam fortalecidas com e no movimento.

Contraditoriamente, existe um discurso de planejamento participativo no processo de construção da barragem hidrelétrica, contudo, vale questionar dentro desse discurso de planejamento participativo qual a condição efetiva dessa participação? Livre, justa, igualitária? Assim,

Em que nível e em condições deverá ocorrer a participação?; Quem deverá participar nos processos efetivos de decisão, aqueles onde se estabelece projetos a serem implantados, as necessidades energéticas a serem atendidas, os custos sociais e ambientais a serem ressarcidos?; A participação dos atingidos ficará confinada aos esforços para mitigar os impactos negativos das obras ou ocorrerá no momento em que se opta por um padrão de produção e distribuição de eletricidade, no qual é possível conceber modelos alternativos ao atualmente vigente? (SANTOS, 2002, p. 44)

A participação, portanto, é um dos maiores desafios frente aos conflitos relacionados ao setor elétrico, de um lado está a empresa, que tem a concessão da obra, apoio dos meios de comunicação e políticos regionais. Esses em geral têm o objetivo de mitigar as questões socioambientais acarretadas pela construção da obra. Do outro lado a população, que deveria

ter o direito de não ser atingida, entretanto, mesmo que inicialmente lute, no final busca apenas estratégias mesmo que minimamente reduza os danos e garanta alguns direitos.

Nesse sentido, as lutas pela não construção da barragem acabam dando lugar a busca por indenização monetária, reassentamentos, acesso à escola, a água, a energia elétrica e aos diversos serviços que vão surgindo. Assim, Zhouri; Valencio (2013), afirmam que a ótica dominante percebe o conflito como desequilíbrio que precisa ser corrigido, portanto, a resolução, a prevenção e a mediação de conflitos vêm ganhando validade nos dias atuais. E a compensação econômica pode ser considerada como instrumento de diminuição das possibilidades de evidenciar o confronto entre diferentes modelos de desenvolvimento.

Em suma, como argumenta as autoras, o conflito é que vai construindo o sujeito, é através da resistência e da opressão que a força da resistência é testada, mesmo quando a resistência não “triumfa” sobre a opressão, ela modifica vida, histórias e constrói novo sujeito. Sem resistência, somos apenas vítimas das situações.

E é no e através dos desafios que os atingidos vão percebendo como participar e como resistir, a partir do poema de Gonçalves Dias entendemos que “viver é lutar”, além do mais somente com e na luta é possível construir e transformar os destinos.

### **As estratégias de resistência antes da implantação da UHE de Irapé**

*“A gente vai contra a corrente  
Até não poder resistir  
Na volta do barco é que sente  
O quanto deixou de cumprir  
Faz tempo que a gente cultiva  
A mais linda roseira que há  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega a roseira pra lá”  
(Roda Viva – Chico Buarque)*

Zhouri; Zucarelli (2008), pontuam que a construção da UHE de Irapé foi um projeto demorado, mais de quinze anos de especulações, causando grande desgaste a população diretamente afetada, como podemos observar na fala de dona Maria:

*Uai nos momentos que eles andou lá, eles falou que ia fazer barragem lá no Jequitinhonha né, mas só que o povo pensava que nunca ia sair não. Eles andou lá, ficou piquete aqui e acolá, falou com a gente que ia sair a barragem lá, só que o povo não acreditava que ia sair barragem lá, a pegou e fincou e sumiu, sumiu, sumiu... (Maria, 60 anos, Atingida pela UHE de Irapé).*



Os anos de espera pelos reassentamentos, misto a sensação de impotência, demonstram a ideia de violência administrada colocada por Scott (2009), as famílias atingidas ficaram desgastadas nos quinze anos de especulações, tiveram que mudar suas atividades rotineiras, costumeiras, as plantações e tiveram que buscar organização e planejamento para que fosse possível resistir.

Zucarelli (2006), frisa que, no ano de 1988, a CEMIG iniciou suas análises e diagnósticos necessários para elaboração do EIA/RIMA, o depoimento confirma: *“finco piquete aqui e acolá”* (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé). Foi nesse mesmo ano que conversas e reuniões deram início a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé, que é consequência das preocupações dos trabalhadores e sindicalistas rurais dos municípios atingidos. As experiências das resistências contra outras barragens da região também contribuíram para esse processo de formação da Comissão.

Pereira (2012), afirma que representantes das comunidades, dos sindicatos rurais com apoio do Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha - CAMPO-VALE e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - FETAEMG formaram a comissão dos Atingidos pela UHE de Irapé e negociaram com a CEMIG as indenizações e os reassentamentos da população atingida. Consoante a autora, a luta pela mobilização de direitos foi se fortalecendo durante o processo.

A autora coloca que o Termo de Ajuste de Conduta – TAC foi mediado pelo Ministério Público e assinado em julho de 2002. Em dezembro de 2005, a CEMIG obteve a licença da operação e começou o enchimento do reservatório. A UHE de Irapé foi inaugurada oficialmente em junho de 2006 e em outubro do mesmo ano a Justiça Federal considerou cumpridas todas as condicionantes.

Zucarelli (2006), pontua que a assinatura do TAC trouxe rompimento dos laços sociais, perdas de plantações, dúvidas quanto à sustentabilidade das comunidades nas novas áreas de reassentamento, além do deslocamento da primeira comunidade quilombola de Minas Gerais, comunidade de Porto Corís. Conforme Zucarelli (2006), Porto Corís foi a primeira comunidade quilombola de Minas Gerais que recebeu certificado de remanescentes de quilombo e a titulação de suas terras, contudo, ainda assim a comunidade foi reassentada no processo de construção da UHE de Irapé.

De acordo com a CEMIG (2004), a comunidade de Porto Corís, em Leme do Prado, composta por 25 famílias, foi transferida de local assim como Peixe Cru. A comunidade é

remanescente de quilombo e foi remanejada para a fazenda Mandassaia, localizada no mesmo município.

Havia também a instabilidade quanto as plantações foi observada em um dos depoimentos, uma vez que não se sabia quando seria a mudança de fato, se seria possível fazer a colheita, conforme uma das entrevistadas, foram avisados que o plantio deveria ser de espécie com curto período de reprodução, evitando perdas.

***Maria:** Eles falavam vocês plantam uma planta que vocês tira aqui quatro meses porque a barragem ia sair e se plantasse uma planta que durasse mais ai ia ficar ia ficar perdido, mas quando eles já começou a mexer mesmo na barragem, ia andando aquele tanto gente indo nas casas, falava assim vocês planta uma planta só de quatro meses.*

***Victoria:** Ai a senhora não tava plantando nada?*

***Maria:** Plantar, plantava, mas a planta a gente fez uma rocinha, o milho a gente secava quebrava, o feijão quando tava maduro a gente rancava. Eles avisou que planta que plantar você colhia com mais de quatro mês, não podia plantar mais... Mas o povo lá, eles falava, mas a gente não acreditava que ia sair a barragem não, porque demorou muito eles andou e depois sumiu demorou muito tempo para voltar de novo. (Maria.,60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

A incerteza era algo que invadia o dia-a-dia dos atingidos, os anos de espera foram muitos, ao mesmo tempo em que se observa a construção da barragem, o que ficou nítido nos depoimentos é que muitos dos atingidos preferiam não acreditar que teriam que sair das suas casas, enquanto alguns se envolveram em movimentos e se tornaram lideranças da região, outros não entendiam direito o que estava acontecendo ou continuavam a vida, mesmo cheios de dúvidas, desejando que a UHE de Irapé não saísse. Como vemos no depoimento abaixo:

***Victoria:** Quanto tempo eles ficaram sumidos?*

***Maria.:** Ah... Foi muito é tempo, porque foi falado que ia fazer a barragem, saiu uns pessoal andando quebrava onde tinha aquelas montanha de pedra nas estrada, eles quebravam um pedaço da pedra carregava, pegava agua do Jequitinhonha carregava, uma garrafa d'agua eles pegava e levava e ai foi indo assim. E ai falou com uns povo que ia sair uma barragem lá, só que os povo não acreditava não. Foi ficando ficando, ficando, muitos anos, demorou muitos anos para depois sair essa barragem. (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Os depoimentos demonstram os anos de espera dos atingidos, as incertezas e consequências até a instalação da barragem. Identificamos em quase todas as entrevistas as palavras repetidas: “sumiu, sumiu, sumiu...” e “ficando ficando, ficando...” como forma de demonstrar os quinze anos de especulações até a construção da UHE de Irapé pontuados por Zhouri; Zucarelli (2008).

Os atingidos com quem conversamos não acreditavam na instalação da barragem e não queriam mudar de suas terras. Somente com o avanço da construção da barragem, é que perceberam que não existia outra maneira, e só assim eles passaram a discutir com a CEMIG o processo de reassentamento. A sensação de que nada podia ser feito esteve presente na fala dos sujeitos entrevistados nessa pesquisa, confirmando a importância da obra em detrimento das famílias atingidas.

Ainda nos dias atuais, existe necessidade de resistir, as lutas e movimentos tomaram outros moldes, uma vez que o objetivo central não é mais não sair das terras onde viviam ou lutar para que os direitos fossem garantidos durante o processo de deslocamento compulsório. Atualmente, as cobranças são pautadas em questões como garantia de acesso à água, aos documentos das terras e entre outras questões.

Em 2017, em desdobramento da Jornada de Lutas de 14 de março, dia internacional de lutas pelas águas, pelos rios e pela vida, do MAB, atingidos pela UHE de Irapé se reuniram com representantes da CEMIG em Almenara.

A Figura 5 ilustra a marcha até às margens do Rio Jequitinhonha, na qual foi possível mostrar o quanto o percurso d'água está assoreado. Desde a inauguração da barragem, em 2006, as famílias vêm sofrendo, a população não recebe água tratada e, contraditoriamente, não possuem rede de energia em casa, dentre as reivindicações os atingidos exigem a renovação do convênio com a EMATER.

**Figura 5-** A luta continua



Fonte: MAB (s/d). Disponível em << <http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-mg-atingidos-pela-barragem-irap-se-re-nem-com-cemig>>>>. Acesso em janeiro de 2018

As resistências de outrora se modificaram, começamos esse tópico com um trecho da música de Chico Buarque – Roda Viva, como maneira de enfatizar, através da canção, os anos de resistência, em que os atingidos pela UHE de Irapé lutaram durante quinze anos contra a corrente até não mais poderem resistir, eles primeiramente buscavam o direito de não serem atingidos, até que chegou a roda-viva, então tiveram que lutar por condições melhores de reassentamento e para que seus direitos fossem garantidos, e ainda hoje, lutam pela garantia ao acesso da água, do saneamento básico e pelos documentos das terras.

Os atingidos continuam resistindo das mais diversas formas, como veremos no terceiro capítulo, diversas são as estratégias e novas formas de resistência nos reassentamentos, uma vez que não é mais possível retornar ou ser quem era antes da chegada da barragem hidrelétrica, o “*ispinicar*” continua, assim como a resistência também.

### **Uma reflexão sobre o movimento de Atingidos por Barragens – MAB**

O MAB iniciou suas atividades no contexto em que o governo brasileiro buscava o chamado desenvolvimento e, em paradoxo, crescia os debates e discussões acerca do esgotamento dos recursos naturais, dos prejuízos e dos danos que esses projetos em nome do progresso acarretavam, como já pontuamos no capítulo anterior.

Concordamos com Gohn (2010), que assegura que os movimentos sociais se expressam em reações coletivas em prol de um interesse em comum e sua importância está relacionada no papel que desempenham nos processos de organização popular e são desencadeados a partir da materialização das contradições sociais, colocando objetivos e estratégias para o enfrentamento.

Como consequente, o MAB é um movimento social movido pelas questões colocadas pelos atingidos pelas barragens hidrelétricas e busca enfrentamento que seja mais justo, uma vez que a luta entre os atingidos e as empresas que têm o consórcio das usinas hidrelétricas se inscreve em confronto de classes e faz necessário uma articulação dos interesses dos atingidos frente a essas empresas. As ideias e lutas do movimento estão estabelecidas da seguinte forma:

1. Água e energia não são mercadorias. Água e energia são patrimônios do povo e devem estar sob o controle popular.
2. É necessário construir um modelo energético alternativo, com a utilização dos recursos naturais, que sirva aos interesses da classe trabalhadora, hoje e no futuro.
3. A luta é contra toda privatização da água e da energia (e reaver o já privatizado) e que se estende à luta contra as barragens e pelos direitos dos atingidos
4. Lutamos também para combater a exportação de produtos de alta densidade energética (eletrointensivos) utilizados para fins da acumulação capitalista.
5. O MAB é um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução.
6. Nossa principal forma de luta é a pressão popular.
7. Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade.
8. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo.
9. Construiremos alianças com movimentos e com a sociedade no nível nacional e internacional.
10. A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida. Água e energia não são mercadorias! Nossa terra, nosso rio, não se vende; nossa terra, nosso rio, se defende! Terra Sim, Barragens não! Águas para a vida e não para a morte (MAB, 2008, p.27).

Em 1989, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores e Atingidos por Barragens, conforme Rothman (2008), foi quando os movimentos regionais já existentes percebem as similaridades nas suas lutas e se unem formando o MAB, um movimento nacional. O objetivo do MAB é a construção de política energética baseada em fontes alternativas e de acesso a todos, controlada pelo Estado a serviço do povo; a luta pelo respeito e garantia dos Direitos dos atingidos; a luta contra a privatização da água e o modelo capitalista neoliberal (MAB, s/d).

Conforme Scherer-Warren; Reis (2008), o MAB, ao se tornar movimento nacional, ampliou suas articulações políticas, suas pautas e lutas, conseqüentemente fortaleceu-se e tornou-se mais abrangente. Com mais de vinte anos de existência, suas demandas foram em “[...] respeito ao meio ambiente, pelo reconhecimento das diversidades culturais, pela transformação do modelo energético, de acordo com um projeto popular de nação e pela efetiva participação” (SCHERER-WARREN; REIS, 2008, p.80).

Participam do MAB famílias atingidas ou ameaçadas direta ou indiretamente por barragens, conforme o MAB (s/d), sua organização é pautada em grupos de base em cada região, e além desses grupos, existe uma coordenação a nível local, estadual e nacional.

Escobar (2004), assevera que não dispomos de modelos adequados para descrever e/ou compreender como os movimentos sociais se organizam, assim sendo, não é fácil caracterizá-los, fazendo com que as ligações e os tipos de fluxos que têm importância fiquem claros, mas entendemos que as implicações das práticas e ações dos movimentos resultam em alternativas que podem orientar um conhecimento e projetos de emancipação e transformação social.

A organização da luta e direito dos atingidos construída pelo MAB é fundamental para repensarmos o modelo de energia prioritário, ou seja, descortinando todas as questões socioambientais que ficam encobertas em prol do crescimento econômico, propondo estratégias e dando voz aos atingidos.

**“Ispinicou tudo”: O processo de deslocamento compulsório acarretado pela construção da UHE de Irapé e suas consequências**

*“Tem dias que a gente se sente  
como quem partiu ou morreu  
A gente estancou de repente  
ou foi o mundo então que cresceu”  
(Roda Viva, Chico Buarque de Holanda)*

Ao buscarmos a compreensão de como foi o processo de deslocamento compulsório da UHE de Irapé, mergulhamos sobre teorias e memórias que quando reacendidas traziam lágrimas aos olhos dos sujeitos com quem conversamos durante a pesquisa. A saudade dos pés de fruta, do rio, dos vizinhos e dos parentes, assim como os momentos difíceis durante a travessia para os novos lugares, as despedidas, o deixar para trás e a chegada nos novos lugares. Buscamos aqui tratar do “[...] elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal, a topofilia” (TUAN, 1983, p.5)

Quando se determina onde vai ser construída e instalada uma barragem hidrelétrica, também se decide o destino de famílias e indivíduos que viviam na região a ser inundada, nas proximidades da barragem e nos municípios para as quais essas pessoas se mudam, ou seja, muda-se os ciclos da vida.

Conforme o relatório da Comissão Mundial de Barragens (CMB), cerca de 40 a 80 milhões de pessoas foram deslocadas pelas grandes barragens nos últimos anos (WORD COMMISSION ON DAMS, 2000). No Brasil, o MAB (s/d), estima que essas obras de engenharia já prejudicaram um milhão de pessoas e inundaram 3,4 milhões de hectares de terras produtivas.

A Comissão Mundial de Barragens, consoante a Vainer (2008), apresenta a definição ampla para deslocamento:

Deslocamento é definido aqui englobando tanto o ‘deslocamento físico’ quanto o ‘deslocamento dos modos de vida’. Em um sentido estrito, deslocamento resulta do deslocamento físico de pessoas que vivem na área do reservatório ou do projeto. Isso ocorre não apenas pelo enchimento do reservatório, mas também pela instalação de outras obras de infra-estrutura do projeto. Contudo, o alagamento de terras e a alteração do ecossistema dos rios – seja a jusante ou a montante da barragem – também afeta os recursos disponíveis nessas áreas – assim como atividades produtivas. No caso de comunidades dependentes da terra e de recursos naturais, isso freqüentemente resulta na perda de acesso aos meios tradicionais de vida, incluindo a agricultura, a pesca, a pecuária, extração vegetal, para falar de alguns. Isso provoca não apenas rupturas na economia local como efetivamente desloca as populações – em um sentido mais amplo – do acesso a recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Essa forma de deslocamento priva as pessoas de seus meios de produção e as desloca de seus modos de vida. Assim, o termo atingido, refere-se às populações que enfrentam um ou outro tipo de deslocamento (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000, p. 102 – ênfase nossa). (VAINER, 2008, pp.50-51)

A saída parece algo muito distante de início, resistem até onde é possível, se unem, participam de reuniões e de lutas pela garantia dos seus direitos, como vimos no tópico anterior. Mas, por fim é chegada a hora de partir, e como vemos nos depoimentos abaixo a saída, o deixa para trás é sempre um momento doloroso e complicado:

**Victoria:** *Como foi o dia em que vocês saíram de onde moravam?*

**Maria:** *Foi caminhão, ai levou coisa de casa eles levou num caminhão baú, só que eu mesmo meus trem não quebrou nada não teve gente que reclamou que morreu galinha deles, quebrou trem. Agora minhas coisas não quebrou nada eles carregava ne baú ajudou gente, eles colocava aqueles ajudante ajudava a gente colocar os trem de dentro de casa e colocar nos carro (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

**Victoria:** *Como foi o dia que você saiu lá de onde morava? Você lembra?*

**Ester:** *Lembro quando eu sai eu alguns pessoas já haviam saído eu se não me engano fui uma das últimas ai eu via aquela **tristeza** eu tinha colegas que era como irmã elas vivam na minha casa e eu vivia na casa delas então eu vi elas saindo primeiro se eu tivesse saído primeiro acho que não teria doido tanto ao meu ver e ela morava pra lá de Francisco Dumont (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Pereira (2012) afirma que a mudança dos atingidos pela UHE de Irapé para os reassentamentos começou em 2005 e eles podiam escolher as terras a partir de três áreas propostas pelo empreendedor, eram apresentadas aos sujeitos três opções de escolha.

Em uma das entrevistas, foi possível compreender que a escolha das terras foi um processo demorado, para uma das atingidas, entrevistada, todos queriam ir pra Cristália, mas não havia terra suficiente, então as famílias ficaram “*ispinicas*”. As famílias tinham três opções de terras, nas fazendas adquiridas pela CEMIG.

O processo de escolha da terra também foi relatado da seguinte forma, quando eles iam escolher a terra e não gostavam os fiscais da CEMIG pediam para que eles não dissessem para os outros que a terra não era boa. Como vemos:

**Victoria:** *Eles que definiam para que lado que ia?*

**Maria:** *É aí eles iam na casa gente e eles falavam assim tal dia assim assim é pra vocês ir mais nós em tal lugar em tal fazenda para vocês olhar as terra, se for boa vocês ficam, se não for vocês falam assim eu não quero ficar aqui que a gente leva vocês para outro lugar*

**Victoria:** *E como foi que a senhora decidiu vim para cá?*

**Maria:** *Ai o homem da CEMIG eles trazia pão, quando a gente vinha mais eles, eles traziam coisa de comer tá entendendo, eles trazia pão, dava os povos ai nós vinha olhar as terra né, ai meu marido veio aqui mais eles, olhou a terra, ai eles veio olhou as terras, ai cada um pegou seu lugar. **Ai eles falava com você assim se a terra não prestar, se a gente for lá e a terra não prestar vocês não põem defeito na terra vocês fala com a gente assim vocês num quer ai levava a gente para outro lugar. Não podia falar** (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso)*

Os entrevistados relataram também que muita gente não sabia e não soube escolher, o reassentamento de Bela Vista que fica na zona rural de Botumirim-MG, por exemplo, só tem cascalho (Figura 6), conforme a entrevistada “*lá o povo passa muita necessidade*”.

**Figura 6-** As estradas de chão da zona rural de Botumirim – MG



Autora: Org.: GODINHO, Victoria Pinho e, 2017

Conforme relatos obtidos, as terras foram negociadas da seguinte forma: quem tinha terra e casa, recebeu como indenização casa e 50 hectares de terra; quem só trabalhava nas terras e não tinha casa recebeu somente os 50 hectares, não recebeu a casa; quem tinha filho solteiro em idade de casar recebeu 10 hectares, próximo as terras dos pais. Mais adiante nos



dedicaremos a compreensão das diferenças entre as “*terras de lá*” e as “*terras de cá*” (José, 50 anos, atingido pela UHE de Irapé).

O processo de escolha das terras e as negociações foi relatado como injustos, a entrevistada abaixo afirma que foi uma das últimas pessoas a escolher as terras, assim como apesar de ter direito a uma casa não recebeu.

**Victoria:** *Como foi o processo de escolha das terras do reassentamento?*

**Marta:** *Eu não tenho muita lembrança não porque quando nós olhamos as terras aqui nós praticamente fomos as últimas pessoas. Eles mostraram a gente foi só umas duas fazendinhas pra lá pra cá e eu mesmo tinha direito até de uma casa e eles não me deu casa.*

**Victoria:** *Quem tinha direito a casa?*

**Marta:** *Quem tinha por exemplo a pessoa podia tá morando no terreno por exemplo eu por exemplo morava no terreno da minha mãe minha mãe tinha casinha lá eu morava eles tinham de me dá uma casa (Marta, 34 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Durante o trabalho de campo, em conversa com um dos nossos informantes que nos guiou pelas estradas, foi possível compreender que a compra das terras se deu de maneira faturada, muitos fazendeiros lucraram nesse processo, muitos venderam as terras para CEMIG e compraram mais com o valor adquirido.

Em decorrência da comercialização de terras, muitos trabalhadores (vaqueiros, caseiros, entre outros), perderam seus empregos e foram obrigados a encontrarem outra forma de se sustentarem, elucidando que os atingidos não são somente aqueles que tem as terras inundadas.

O nosso informante, inclusive foi um desses, antes trabalhava como caseiro de uma fazenda que foi vendida pela CEMIG, ou seja, a construção da barragem interfere tanto com os lugares e modos de vida da população que vivia na área inundada, quanto para aqueles que viviam nas proximidades. Nesse contexto, a representante do MAB é enfática ao afirmar que “*os atingidos pela barragem de Irapé são todos aqueles que vivem no Vale do Jequitinhonha*”.

Pensar o deslocamento compulsório é almejar compreender os significados e usos do *território* por determinado grupo específico e que as consequências que essas desterritorialização acarretam, uma vez que entendemos que esse território é fruto da identidade de um grupo, da memória e do pertencimento.

Para Little (2002), o Brasil tem uma diversidade sociocultural e fundiária, a problemática, no entanto, está nos processos de ocupação e afirmação territorial, o que faz com que seja imprescindível encontrar semelhanças importantes dentro desse contexto amplo

e diverso, permeado por conflitos. A construção de barragens hidrelétricas, também se inscreve com um desses conflitos socioambientais, por um lado tem-se a população atingida e do outro lado empresas cheias de promessas, como emprego, desenvolvimento e energia.

Assim, entendemos que algumas categorias se mostram importantes para a compreensão do deslocamento compulsório acarretado pelas barragens hidrelétricas no Brasil, para entender o significado do território para aqueles que antes da construção da barragem viviam nas terras e mantinham formas distintas de se relacionarem com ela, construindo uma territorialização.

Cabe pontuar, que entendemos o território, a partir de Little (2002), como uma área demarcada onde um indivíduo ou uma coletividade exerce seu poder. Assim, qualquer território é resultado de processos políticos e sociais. Nesse sentido, o processo de construção de uma barragem hidrelétrica não leva em consideração os modos de vida da população e a identidade que estabelecem com o lugar onde vivem.

Nas discussões de Little (2002) e Almeida (2004), é possível compreender que o processo de territorialização é um esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e de identificação com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, a territorialidade é, portanto, resultado da identificação da defesa e força, avigorando os laços de solidariedade e regras estabelecidas dentro de um grupo.

Desse modo, entendemos que a territorialização é o processo que tem a ver com a necessidade do ser humano de estabelecer relação com o lugar onde vive, com o ambiente, com as pessoas, ou seja, é o processo de identificação e de construção de identidade. Porém, compreendemos que essas identidades, como já afirmamos, são acionadas em momentos de conflitos, quando são contrapostas, o que remete dizer que a identidade está relacionada a representação, a classificação, mas também a oposição, a distinção e o enfrentamento.

Assim, o que acontece “[...] é a construção de identidades específicas junto com a construção de territórios específicos [...] as terras vão sendo incorporadas segundo uma ideia de rede de relações sociais cada vez mais fortalecida pela autodefinição sucessivas ou pela afirmação étnica” (ALMEIDA, 2004, p.29).

Então, junto com o processo de territorialização, há um processo de construção de identidade, em que os grupos se identificam com o território, com o ambiente e outro ponto que Little (2002) coloca como elemento fundamental, se inscreve no âmbito do lugar e na memória coletiva que é onde a territorialidade se mantém viva, uma vez que entendemos que:

Os grupos humanos têm uma necessidade profunda de criar raízes em lugares específicos. As formas desse enraizamento são múltiplas e tem sofrido transformações radicais ao longo da história. A memória coletiva é sem dúvida, uma das maneiras mais importantes pelas quais os povos se localizam num espaço geográfico (LITTLE, 1994, p.6).

Assim, a memória é um fator fundamental nesse processo, uma vez que os lugares que foram inundados não voltam mais e só estão presentes nas memórias das pessoas que ali viveram. Bosi (1987), afirma que é através da memória das lutas, na lembrança dos velhos e nas histórias dos simples que estão escondidas as respostas do futuro.

Analisar esses lugares é então, pensá-los a partir de Augé (1994), como lugares preenchidos por significados para o grupo que o vivencia e elabora sua visão de mundo a partir de sua relação com o ambiente, é entender que ele é identitário, uma vez que corresponde e confere identidade a seus usuários; relacional, pois define sua relação e distinção com os elementos do lugar e histórico, porque é um lugar vivido em um determinado espaço/tempo que somente encontra seu sentido formando sistema de códigos que sustenta a medida que é posto em prática no cotidiano.

Little (2002), assevera que as ondas ou processos de territorialização surgem em contextos de conflito, ou seja, quando as identidades são acionadas e em defesa do território. O autor frisa também que, muitas vezes, a invisibilidade foi uma dessas estratégias de defesa, ainda usadas pelos atingidos como uma estratégia de resistência, como vimos nas falas dos entrevistados.

Como vimos anteriormente, quando ocorrem os processos de deslocamento compulsório acarretados por uma barragem hidrelétrica, eles tendem a serem complexos e permeados por conflitos e resistência, contudo, Little (2002) também sinaliza que, mesmo que várias sejam as formas de resistência, também muitos são os grupos que respondem de outra forma aos conflitos, com processo de acomodação e consentimento.

Uma das nossas entrevistas demonstra isso quando afirma *“eu achei bom, eu gostei de mudar, começar uma vida nova, num lugar novo, lá era muito difícil.”* (Ruth, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé).

Assim vale pontuar, que por razões diversas, alguns dos atingidos por barragens hidrelétricas respondem a esse processo a partir da acomodação e do consentimento, uma vez que entendem que nada pode ser feito e tendem a ver os lados positivos da mudança.

Para Little (1994), desde as origens mais remotas as pessoas se movimentam, assim a desterritorialização, mesmo acompanhada de traumas e sofrimento faz parte da condição humana. Muitas são as razões pelas quais as pessoas mudam de lugar, conforme o autor, as

vítimas de deslocamentos diretos ou forçados é uma delas. Como a desterritorialização vem fazendo parte da história humana, assim também tem sido a reterritorialização, uma vez que “cada povo deslocado procura de uma ou outra forma sua relocalização no espaço” (LITTLE, 1994, p.11).

Partimos do entendimento que o processo de desterritorialização incide também em um processo de reterritorialização, uma vez que é imposto “[...] uma nova territorialização forçada, que impõe uma mudança social profunda envolvendo também a transformação das relações dos grupos com seu novo “meio ambiente” (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010, p. 25).

Podemos compreender que o deslocamento compulsório acarretado pela construção de barragens hidrelétricas não leva em consideração a identidade que os atingidos estabeleciam com seus territórios, a sua territorialidade, eles sentem saudade das árvores, das águas e das terras de antes. Como observamos nos depoimentos abaixo:

**Victoria:** *Do que mais sente saudade?*

**Ester:** *Ah muita coisa o tempo inteiro que eu tô falando com você eu tô lembrando tinha um pé de goiaba mesmo que a gente vivia brincando em baixo coisa de criança de casinha o rio os pés de manga que tinha enorme a gente vivia no mato brincando igual bicho do mato era muito bom. Depois que a gente mudou para outra terra acabou a gente foi pro um lugar que não conhecia ninguém eu era uma estranha ali no meio de tanta gente (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

**Victoria:** *O que foi mais difícil de deixar para trás?*

**Maria:** *Uai as terras, a casa. Só que assim, eles pagou a cerca e mandava a gente roçar e trazer pra fazer as coisas na nova terra e aí falou que pagava as coisas que dava a casa, só que a CEMIG falou assim que dá outra casa, mas quem dá as casas, vocês pode derrubar pegar os trem só que vocês não podem colocar na outra casa nova lá, a casa nova não deixava por não, mas a gente fazia curral as madeiras, as telhas, as galinhas, fazia chiqueiro. (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

A construção de barragens hidrelétricas, portanto, é um conflito ambiental territorial em que modos distintos de usos de um determinado território se embatem, de maneira que as identidades assim são acionadas e os grupos se organizam, reivindicam e tentam resistir, mas ainda assim a ideologia capitalista tem prevalecido.

Escolhemos algumas imagens para retratar o tempo de anterior a construção da UHE de Irapé, elas fazem parte do livro intitulado “Paisagem Submersa”, dos fotógrafos João Castilho, Pedro David e Pedro Motta, elaborado durante seis anos (entre 2002 e 2007). Os fotógrafos fizeram visitas a área que viria a ser inundadas e registraram mudanças extremas que ocorreram nesse período. As imagens mostram as relações dos moradores com a água, com a terra e com lugar que vivia onde mantinham relações de afeto e pertencimento.

Conforme Sontag (2003), a fotografia pode causar distanciamento da realidade, portanto, deve haver cuidado no sentido de atribuir significado a essas imagens, a obra “Diante da dor dos outros” não apresenta respostas fechadas sobre como devemos agir ou pensar diante das imagens de guerra, e “[...] em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais numerosas” (VAINER, 1996)

Dessa forma, conforme Sotang (2003), não dá espaço para essas imagens não faz com que não estejamos mudando a realidade, é no silêncio dessas fotografias, nas imagens de sofrimento que podemos refletir sobre as vidas inundadas e modificadas.

As imagens (Figuras 7 e 8) demonstram o deixar para trás, as plantações, as paisagens, a casa, tudo que durante esse processo ficou e logo após foi submergido por águas. As imagens das casas vazias ou das casas destruídas com fotografias no chão demonstram o difícil processo retratado até aqui na fala dos sujeitos com quem conversamos nessa pesquisa. A dor de quem tem que partir sabendo que não mais se pode retornar.

**Figura 7**–Tudo que ficou para trás



Autores: João Castilho Pedro David e Pedro Motta 2005 In: Paisagem Submersa, 2002-2007

**Figura 8 - Tudo destruído**



Autor: Pedro Motta, In: “Paisagem Submersa”, 2002-2007

A última fotografia (Figura 9) do livro representa um dos novos lugares para onde os atingidos foram morar, onde tiveram que refazer suas vidas, os espaços vazios demonstram o que Tuan (1983) afirma, que um espaço se transforma em lugar somente quando nos apropriamos dele e damos um significado.

**Figura 9- Os reassentamentos**



Autor: Pedro David, In: “Paisagem Submersa”, 2002-2007

Encerramos o capítulo pontuando que, após quinze anos de especulações e resistências, mudam-se os ciclos da vida com a construção da UHE de Irapé, fazendo com que sujeitos tornem-se atingidos e *ispinicando* vidas a partir de um processo de deslocamento compulsório, que é sempre lembrado como doloroso e difícil. Sujeitos são obrigados a

deixarem tudo para trás e partirem para os novos lugares, os reassentamentos, onde precisam mudar, criar estratégias para poderem permanecer, é o que tratamos no próximo capítulo.



---

**CAPITULO III: UMA NOVA VIDA EM NOVOS LUGARES?**

---



## E quando não se pode retornar?

Antes de ingressar no mestrado, a migração era uma categoria que passava despercebida pelos meus olhos, hoje, atenta aos meios de comunicação e aos debates acadêmicos, vejo como esse é um fenômeno atual que se modifica em função do tempo e/ou espaço que está inserido e em decorrência das necessidades de cada migrante, refugiado ou daqueles que são atingidos pelos empreendimentos em nome do chamado “desenvolvimento”.

Durante a minha jornada na pós-graduação, participei da equipe envolvida em projetos de pesquisa tendo a migração como eixo central, que fizeram que eu tivesse a oportunidade de conhecer sujeitos que vivem o processo da migração como estratégia de resistência e permanência. Estar em campo foi fundamental para ter um novo olhar acerca das teorias, para pensar o campo desta pesquisa e despertar inquietações que talvez não fossem levantadas neste trabalho.

Os sujeitos migrantes com quem conversamos têm o retorno intrínseco ao processo, antes mesmo da partida. Em uma das falas de uma entrevistada pelo projeto “Do sertão para outros mundos: As redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais”, o processo de migração é evidenciado da seguinte forma:

*Me perguntava assim Carminha por que você só fica pra Belo Horizonte entendeu, vem embora. Só ficava assim comigo, **chegou o ponto que eu vim embora mesmo** [...] Você vê que a maioria, a maioria das pessoa aqui sumiu, saíram pra fora. Muito mais aí a questão que eu to falando pra vocês. É sobre a minoria que não tem aqui. Assim sobre serviço que não tem né, assim o que é aqui é serviço. O que o povo vai caçar lá fora é serviço né, é isso que o povo vai caçar. Num é dizer assim ah vai lá passear, vai divertir, vai ficar lá não. Você vê é serviço, é o estudo igual você vê [...] então isso tudo não tem aqui, tem que sair pra fora. E mais é serviço porque tem pai de família coitado que num tá tendo nem pra[...] Aí como eu comecei a mexer com a casa aí eu fiquei pensando gente eu vou consertar minha casa, vou arrumar minha casa e vou voltar pra Belo Horizonte. Aí se eu colocar uma pessoa dentro da minha casa aí quando eu chegar a casa tá toda derrubada. Aí eu pensei também no motivo da minha idade porque eu falei assim gente porque lá serviço lá é faxineira é faxineira. Cê pega serviço é barra pesada mesmo né coisinha que você faz na simplicidade assim coisinha simples não, tendeu. **Então eu vou ficar por aqui mesmo. Vou arrumar minha casa e vou ficar por aqui entendeu.** (Carminha, município de São Francisco, grifo nosso)<sup>15</sup>.*

A migração na vida de Carminha representou buscar melhores condições de vida e trabalho, ela vê a necessidade de migrar quando fica viúva e como já tinha filhos morando em outras cidades, também resolve partir, para ela as pessoas migram em busca de estudo e

---

<sup>15</sup>Acervo do projeto “Do sertão para outros mundos: As redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais”. Entrevista concedida a Ana Flávia Araújo, Maria Cecília Cordeiro Pires, Adinei Almeida e Victoria Pinho e Godinho.

trabalho. Enfatiza que a vida na capital não é fácil, e que com o “avançar da idade” e após ter construído sua casa no município de origem, ela resolve retornar. Quando perguntamos se existe a possibilidade de migrar novamente, ela não descarta. A construção da casa no município de origem demonstra como desculpa o desejo de retornar é intrínseco ao processo da migração, assim como, o fato da existência da possibilidade que ela migre novamente, evidencia o fato de que a migração é um processo que uma vez iniciado se torna cumulativo e transforma a vida do sujeito.

O retorno, portanto, faz parte da migração, mesmo que demore mais do que o esperado no início ou mesmo que não aconteça. A migração é um processo que transforma e modifica aqueles que partem e os que ficam, a ausência é sentida por ambos, assim diversas estratégias são adotadas para amenizá-la, o auxílio financeiro e a construção de casas que na maior parte do tempo ficam vazias nos lugares de origem.

O retorno quase sempre demora e quando se vê a “[...] travessia durou só um instantezinho enorme” (ROSA, 1994, p. 558). A migração transforma aqueles que partiram e os que ficaram, pois durante a travessia, essas pessoas vão criando estratégias, saberes e redes de relações sociais fundamentais para a manutenção do processo.

Paula (2009), afirma que alguns retornam, outros não, outros vem e voltam. Um separar, juntar e misturar que fazem o sertão do tamanho do mundo. Viver entre lugares, idas e voltas, dramas, saindo do sertão, mas simbolicamente e efetivamente continuando a viver nele. Construindo um sertão em movimento.

Martins (2002), apresenta o migrante como o ausente, o que se foi e que vai voltar, contudo, o migrante que volta é outro. Paula (2009, p. 284), concorda com o autor ao afirmar que,

Quem retorna volta ao lugar de onde partiu com o desejo e a sensação de que irá encontrar tudo como deixou. Mas sabemos que nem ele, nem as outras pessoas, nem os lugares são e estão do mesmo jeito. Na verdade, podemos voltar a um lugar de origem ou de partida, um dia. Mas nunca podemos voltar a um tempo. E muitas vezes aquele que retorna a um lugar social e simbólico de onde partiu um dia, deseja na verdade voltar ao mesmo tempo anterior no mesmo lugar. Deseja encontrar “as coisas” e as pessoas, sobretudo as pessoas do círculo mais íntimo, como que paradas no tempo.

Nesse sentido, mesmo que esse seja o desejo de quem retorna, sabemos que os tempos mudam, assim como transformam as pessoas, os espaços e os lugares. Contudo, diferente dos

migrantes com quem conversamos, os atingidos pela UHE de Irapé não tem a possibilidade de retornarem, uma vez que os lugares que viviam agora estão inundados. Assim,

O retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível só lhes resta então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra (SAYAD, 2000, p.11)

Para os atingidos pela UHE de Irapé, o retorno para residirem novamente nas terras em que foram nascidos e criados não é uma opção, restam as lembranças e as memórias, entretanto, ainda assim esse é um sonho e desejo que ficam nítidos quando perguntamos se eles já retornaram alguma vez as proximidades da barragem, as respostas que tivemos mostram que o retorno, mesmo que não mais para moradia, despertam sentimentos guardados, saudades e lembranças que ora são alternados pela desconfiança e pelo medo.

Todos os atingidos com quem conversamos já voltaram a área próxima à barragem, e retornar demonstra como aquelas terras mesmo que embaixo das águas fazem parte da sua história, como vemos:

**Victoria:** *Você já voltou alguma vez na região próximo a barragem? No lugar onde vivia?*

**Ester:** *Já olha eu não descí lá embaixo, mas olha olhando de cima eu lembro de tempo eu acho que quem não lembra é minha irmã porque ela saiu ela tinha dois anos mais ou menos ela não lembra, mas se eu descer lá eu lembro de tudo onde era minha casa a casa dos meus colegas casa dos parentes. (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

**Maria:** *Eu já atravessei lá várias vezes para vê uma tia minha que mora lá do outro lado da barragem eu ficava com medo que a gente atravessava em canoa, aqueles barquinho levinho, teve uma vez que eu fui lá vê minha tia que ela estava doente quando nós veio de lá para cá que aqueles barco é leve né a água estava numa maleta, a água estava dando aquelas marretada, quando chegou no meio do rio eu fiquei com medo viu, quando cheguei do lado de cá minha roupa estava molhada... Perigoso demais menina*

**Victoria:** *E a senhora consegue lembrar onde ficava sua casa?*

**Maria:** *Lembro, ficou uma cabeceira da manga, ficou uma cabeceira do capim lá eu já passei lá e eu vejo.*

**Victoria:** *E o que a senhora sente a hora que vê sua casa lá?*

**Maria:** *Ah, a gente alembra que era o lugar que a gente morava, aqui ó o lugar onde a gente morava, a gente alembra do lugar. (Maria., 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

**Victoria:** *Você já voltou alguma vez na região próximo a barragem? No lugar onde vivia?*

**Marta:** *É difícil, mas eu voltei uma vez, a gente fica meio confundido né porque é tomou tudo d'agua como é que a gente vai saber. (Marta, 34 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

**Victoria:** *Você já voltou nas proximidades da Barragem? Como foi?*

**Ruth:** *Sim, uma vez só. Não dava para saber onde que era. Foi muito triste saber onde você passou a infância nunca mais vai voltar a ser como antes. (Ruth, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Nas entrevistas realizadas, os atingidos demonstram como o lugar onde viviam, agora ocupado pela represa, ainda é fundamental em suas vidas, um deles nos relatou que ao retornar ao lugar de moto é possível saber exatamente onde morava. Na época em que precisou sair da sua casa, o fiscal da CEMIG o informou que a água ficaria vinte e cinco metros acima dela. Outro atingido também contou que sempre vai aos locais próximos de onde morava, mesmo sendo inundado por águas, ele sabe exatamente onde ficava sua casa, pois, as “mangas” ficaram descobertas.

Frequentemente, uma das atingidas nos coloca que vai às proximidades da barragem, atravessa de barco pela manhã, pois “*a travessia só pode ser feita até as nove horas por conta da velocidade da água*” (Maria 60 anos, atingida pela UHE de Irapé), para ir até Cristália visitar alguns parentes que vivem por lá.

O retorno as áreas próximas a UHE de Irapé é descrito por todos que entrevistamos. Mesmo que não voltem mais para moradia, ou que não consegue saber onde moravam, deixam evidente que o retorno é doloroso, mas as terras agora inundadas reacendem memórias e de alguma forma faz lembrar quem eles são.

No IV Evento Internacional de Ciências Sociais e Barragens, tivemos a oportunidade de escutar alguns atingidos por barragens no Sul do país, um deles no chamou atenção, ele havia construído uma maquete das áreas agora cobertas por águas, na maquete estava o campo de futebol, a igreja, os lugares que costumavam se reunirem. Ele passava de barco quase toda semana em cima dos lugares inundados, às vezes levava os filhos, os netos para sempre lembrar e não deixar que as memórias se apagassem. Dessa maneira, podemos sinalizar que retornar as áreas próximas as barragens inundadas é uma algo que passa a fazer parte da vida de alguns dos atingidos.

Os atingidos saem das suas casas, deixando muitas coisas para trás, o rio é uma das melhores lembranças e a maior saudade daqueles que escutamos neste estudo. E uma vez que a possibilidade do retorno não faz parte desse processo, nas suas falas eles mostram que é necessário mudar para continuar, mudar os modos de vida, mudar as estratégias de resistência. Mudar para resistir, pois não é possível voltar ao tempo da partida ou tornar-se aquele que era.

**Não tinha um pé de planta não tinha um pé de fruta não tinha nada”: É preciso mudar para continuar sendo**

Quando pensamos sobre a nossa vida, vez ou outra refletimos sobre o que poderia ter sido diferente, nas pessoas com quem poderíamos ou não ter nos relacionado ou deixarmos de nos relacionar, em geral quase sempre nos questionamos sobre as nossas escolhas e sobre os rumos que a vida tomaria se essas tivessem sido outras. No entanto, a barragem não foi uma escolha, sair não foi uma opção, foi imposto, como vimos no capítulo anterior e como enfatizado no depoimento abaixo:

*Victoria: Tinha gente que não queria sair?*

*Ester: Tinha, o primo do meu pai mesmo bateu o pé teve que negociar muito com ele. (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

A partir dos deslocamentos forçados, vem outras memórias, as lembranças da travessia, do que se deixou para trás, das coisas sendo colocadas no caminhão e da chegada nas novas terras, nos novos lugares, onde foi preciso recomeçar, buscar um novo enraizamento. Dessa forma entendemos que:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (BOSI, 1987, p. 411).

Concordamos com Bosi (1987), que afirma ser mais justo pensar a cultura de um povo migrante, aqui dos atingidos pela UHE de Irapé, em termos de desenraizamento, onde não busca o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão.

Martins (2002), também compreende a migração como um processo de “desenraizamento”, uma vez que a recuperação é incompleta e a tornasse uma constante busca. Como vemos na fala de uma das entrevistadas que também dá título a esse tópico:

*[...] não tinha um pé de planta não tinha um pé de fruta não tinha nada tudo que tem lá foi meu pai quem plantou (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé).*

As palavras de Ester demonstram como os atingidos pela UHE de Irapé tiveram que renascer nessa terra de erosão, nos reassentamentos, eles tiveram que mudar, plantar, buscar

novas estratégias para continuar sendo. Nesse contexto, concordamos que “a atividade da “memória coletiva”, criada e recriada continuamente ao longo da história, se intensifica e ganha relevo, reinventando o passado no presente.” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 60).

Por conseguinte, diversas vão sendo as formas e estratégias que as famílias atingidas pela UHE de Irapé utilizam para reinventarem seus modos de vida. Augé (1994), afirma que é uma necessidade para coletividade pensar a identidade e as relações e assim desenhar seu lugar comum. Um lugar preenchido de sentidos e significados para o grupo que vivencia e elabora sua visão de mundo, a partir de sua relação com o ambiente, portanto, inicia-se um processo de tornar aquele não-lugar em lugar.

Conversando sobre a vida anterior a barragem, um dos entrevistados, o senhor José, atingido pela UHE de Irapé, nos afirmou que para chegar nas “*terras de lá*”, nas terras que foram inundadas com o enchimento da barragem hidrelétrica, era muito difícil, devido o desnível do terreno e os morros, o acesso era complicado, mas eles nasceram ali e durante a vida foram se acostumando. Para ele, “*as terras de lá nem se comparam com as de terras de cá*, e quando se refere as “*terras de cá*” ele fala das terras dos reassentamentos. Antes as águas eram de fácil acesso, as terras eram férteis, o riacho Mandacaru passava bem em frente à sua casa e ele sente muita saudade, se não fosse por uma de suas filhas já tinha saído dessas terras e ido tentar a vida em outro lugar.

Outra fala elucida as diferenças das terras, como vemos:

*Maria: A terra lá era boa, era terra de ajica e arrueira, era assim tinha chuva e era a terra escorrida, mas era boa chovendo minha filha dava muito mantimento lá também (...) Até que a terra é boa também eu não reclamo não, a gente planta aqui e dá as coisas, um trem aqui que faltou para é a água (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Nesse sentido, para recomeçarem, inúmeros foram os desafios enfrentados e as diferenças entre as *terras de lá* e as *terras de cá* como foi colocado pelo entrevistado. A primeira diferença sentida e pontuada nas falas dos sujeitos com quem conversamos é a casa, uma vez que é o primeiro lugar onde se chega após a travessia.

*A casa estava bem vazia, nada no lugar, dava vontade de voltar para trás. (C, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

De acordo com as ideias de Bachelard (1993), a casa é nosso canto do mundo, é o nosso primeiro universo. Assim,

[...] a casa não vive somente o dia-a-dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam as lembranças das antigas moradas, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos revivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as lembranças deixando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca terão a mesma tonalidade das lembranças da casa (BACHELARD, 1993, p.201).

Pensar a casa de antes da UHE de Irapé e após é, portanto, um fio condutor para acender memórias. Durante a conversa com os atingidos, identificamos as comparações entre as casas e, ao considerar também as ideias de Bachelard (1993), quando pontua a importância em guardar os tesouros dos dias antigos, fica mais claro o porquê das casas anteriores, mesmo mais simples ou não, são sempre lembradas pelos atingidos como lugar de saúde, proteção e felicidade, “[...] a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem” (BACHELARD, p.201).

Desse modo, quando perguntávamos sobre as diferenças das casas anteriores para as casas construídas nos reassentamentos, as respostas sempre traziam a nostalgia da casa de antes e sempre demonstravam a preferência dela ao invés das casas construídas pela CEMIG, como vemos nos depoimentos abaixo:

*Victoria: E é muito diferente a casa da senhora antes e casa da senhora aqui?*

*Maria: É porque foi mais pequeno um pouquinho, aqui foi mais pequena a casa, que a casa que nós tínhamos lá era de onze cômodos, eles falou com nós assim vocês é pouca família, sua família é pouca vocês não precisa fazer uma casa daquele tamanho lá mais e aí eles fez mais menor para nós. (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Nesse sentido, pensar o reassentamento através das novas casas impostas a essas pessoas é entender como a construção não foi pensada para os sujeitos e sim de cima para baixo. Pereira (2012), frisa que nos reassentamentos a casa é padronizada, pintada de branco, com janelas e portas azuis (Figura 10), teto forrado, caixas d’aguas colocadas em estruturas altas de cimento, avistáveis de longe.

**Figura 10** - As casas brancas de portas e janelas azuis que vimos pelas estradas



Autora: Org.: GODINHO, V., 2017

O que percebemos durante os nossos trabalhos de campo é que algumas das casas foram pintadas de outras cores (Figura 11), e os jardins e flores enfeitam e demonstram a tentativa de estabelecerem uma relação com as novas casas, uma forma dos atingidos se sentirem pertencentes, de se colocarem nas novas casas e se sentirem como parte desse novo lugar.

A casa, para torna-se lar, perpassa as significações e principalmente a memória do vivido no lugar que pertenciam, agora nesse novo lugar é e necessário construir não somente uma casa, mas um lar, portanto, a padronização das casas dificulta essa possibilidade de pensar a realidade enquanto modo de vida.



**Figura 2** – A casa agora tem outras cores e outras flores



Autora: Org.: GODINHO, V., 2017

De acordo com CEMIG (2005), para a construção das casas, foram apresentados dois projetos, um projeto com dois quartos, área total de 52,55m<sup>2</sup> e outro com três quartos com 69,38m<sup>2</sup> de área construída. O espaço da casa foi dessa forma determinado seguindo padrão de habitação rural, sem considerar a casa anterior, que é sempre lembrada como maior e mais espaçosa que a casa dos reassentamentos, como vemos:

*Victoria: E a casa era muito diferente da sua casa?*

*Ester: Muito diferente por mais que seja uma casa simples a casa da CEMIG que era uma casa **melhor**, mas para mim eu preferia a outra que era uma casa **espaçosa** a gente tinha onde correr a gente tinha onde brincar a CEMIG colocou uma casa minúscula lá para que eu era acostumada (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso)*

Outra questão levantada é no tocante a qualidade das casas construídas, como vemos no depoimento abaixo:

*A casa da minha mãe era de adobe deixa eu falar com cê não tinha nenhum rachado na casa do jeito da casa nova que a CEMIG fez tá lá uns quatro cinco rachado dentro de casa deixa eu falar com cê que tem casa que a CEMIG fez que eles teve que retocar ela porque ela rachou toda. (Marta., 34, atingida pela UHE de Irapé)*

Entre os problemas encontrados nas casas dos reassentamentos estão: rachaduras nas paredes internas, nos pisos internos e externos, reboco soltos, entre outros problemas

estruturais. Assim, o medo já tão presente na vida das famílias atingidas também é visto na fala dos entrevistados quanto a qualidade das casas, que no decorrer dos anos tiveram que passar por manutenções, reformas e ainda continuam apresentando problemas estruturais que trazem incertezas e instabilidade.

A espera pelos documentos dos terrenos também é outra questão, conforme relato de um técnico da EMATER que em 2010 trabalhou nas áreas dos reassentamentos, mesmo identificou pendências no tocante a documentação.

Para Santos (2016), após dez anos de mudança, os atingidos ainda esperam pelo documento da terra e entendem que não são donos dela, além da insegurança crescente a partir de rumores da construção de novas barragens hidrelétricas. A obra que prometia gerar emprego, energia e acesso a água para população, acarretou muitas violações de direito das populações atingidas, violações essas que aumentam cada vez mais, uma vez que muitas famílias ainda não possuem os documentos dos terrenos para os quais foram reassentados e enfrentam problemas na justiça.

Essas situações marcadas por diferentes relações de poder expõem esses sujeitos a processos de sofrimento social, evidenciando os medos, as dores e os sofrimentos suportados por sujeitos que são violentados nas diferentes situações produzidas. Assim, a desconfiança e o medo sempre estavam presentes nas falas dos entrevistados e por mais que tenha sido um dificultador desta pesquisa se mostraram como mais uma das novas formas de resistência dos atingidos.

Autoras, como Oliveira (2007) e Magalhães (2007), pesquisaram em suas teses os processos de sofrimento social, de lamento e dor, ocasionados pelo processo de deslocamento compulsório, gerados pelas incertezas e pelos constrangimentos aos quais os sujeitos atingidos por uma barragem hidrelétrica são expostos. O medo aqui colocado é uma das formas de fazer com que a memória do passado se coloque no presente, é uma necessidade como afirma a entrevistada “[...] *hoje você sabe que a gente precisa ter medo*” (Marta. 34 anos, atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso).

Em uma das entrevistas, Maria, de 60 anos, atingida pela UHE de Irapé, afirmou que muita gente pesca na barragem, mesmo sendo proibido, pois tem muito peixe que a CEMIG “*soltou*”. Conforme ela, a CEMIG também “*soltou*” pelas redondezas da barragem muitas onças, muita gente já viu e ela morre de medo.

O medo produz incerteza, faz com que os sujeitos que já foram tão violentados permaneçam inseguros e resilientes, em uma invisibilidade e possam assim continuar resistindo. Tuan (2005) pontua que os medos são experimentados por indivíduos e, nesse

sentido, são subjetivos; alguns, no entanto, são, sem dúvida, produzidos por um meio ambiente ameaçador, outros não. O autor na obra “paisagens do medo” coloca que para ele o medo é:

[...]claramente dois componentes: sinal de alarme e ansiedade. O sinal de alarme é detonado por um evento inesperado e impeditivo no meio ambiente, e a resposta instintiva do animal é enfrentar ou fugir. Por outro lado, a ansiedade é uma sensação difusa de medo e pressupõe uma habilidade de antecipação. Comumente acontece quando um animal está em um ambiente estranho e desorientador, longe de seu território, dos objetos e figuras conhecidas que lhe dão apoio. A ansiedade é um pressentimento de perigo quando nada existe nas proximidades que justifique o medo. A necessidade de agir é refreada pela ausência de qualquer ameaça (TUAN, 2005, p.11).

Nesse sentido, ele coloca o medo como algo que existe na mente humana, e quanto mais se conhece, mais se vive, mais medo se tem, uma vez que, para sobreviverem, os seres humanos devem ser sensíveis aos sinais de perigo, é preciso conhecer o medo. Em suma, o medo é, sobretudo, resposta subjetiva aos acontecimentos do passado, a um deslocamento forçado e uma estratégia para continuarem a reconstruírem suas vidas.

Outra dificuldade relatada pelos atingidos foi a distância, uma vez que foi uma das diferenças sentidas nos reassentamentos, nos depoimentos, tanto a distância de uma casa para outra, quanto a distância dos parentes, vizinhos e amigos que se mudaram para reassentamentos estiveram presentes nas falas:

**Victoria:** *Do que mais sente saudade?*

**Maria:** *Ah, a gente sente assim né, porque lá onde a gente morava os vizinhos era tudo unido, tinha muito vizinho perto, mas teve vizinho da gente que foi morar longe que a gente nem viu mais, nunca mais viu. Teve vizinho que foi para longe que a gente não encontrou mais não. (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Nesse sentido, a distância é vista aqui como obstáculo para que os modos de vida pudessem serem reconstruídos, pois antes da implantação da barragem existia toda uma lógica de organização, como afirma Brandão (1995), é costume que os estudos sobre as relações entre as pessoas na sociedade camponesa saltem da família para a vizinhança, ou seja, anterior ao processo de construção da barragem, existia uma lógica de compadrio, vizinhança e solidariedade que não foram consideradas ao pensarem os reassentamentos. A fala de Marta ilustra essa situação:

**Victoria:** *Mas você sabe para onde os seus vizinhos foram?*

**Marta:** *A maioria sabe, tem uns que já morreu que a gente não viu assim quando morava lá nessa origem lá (Marta, 34 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Os sujeitos que ouvimos ao longo desse trabalho enchem os olhos de lágrimas ao lembrarem-se daqueles que nunca mais viram, aqueles com quem brincavam debaixo do pé de manga ou aqueles com que jogavam conversa fora. As notícias e contato, às vezes mantidos por internet e telefone, são mais comuns com aqueles que são mais novos, os mais velhos que ouvimos para este estudo pediram que eu enviasse lembranças e que depois se possível, voltássemos com notícias. “...*Para lá foi um mocado de gente que a gente conhecia, mas para lá um mocado de pessoa, nunca mais tive notícia não, queria até saber como anda...*” (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)

A UHE de Irapé “*ispinicou*” sujeitos para vários municípios, quando perguntamos, os sujeitos que ouvimos nesta pesquisa não sabem dizer todos os municípios que tem reassentamentos, só identificam ou apontam aqueles que tem vizinhos mais próximos e parentes morando. Dessa forma, fica claro que não é de conhecimento de todos a quantidade de municípios onde há reassentamentos. No intuito de elencar os municípios, os reassentamentos e a distância em relação a UHE de Irapé, elaboramos a Tabela 1.

**Tabela 1** – Distância dos Reassentamentos da UHE de Irapé

<b>Municípios</b>	<b>Reassentamentos</b>	<b>Distância da UHE de Irapé (Grão Mogol)</b>
Cristália	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nova vida de Irapé</li> <li>• Nova vida Sussuarana</li> <li>• Serrana</li> <li>• Boa Esperança</li> <li>• União Nova Vida</li> </ul>	22,1km
Botumirim	<ul style="list-style-type: none"> <li>• José Antônio</li> <li>• Renascer</li> <li>• Nova Bela Vista</li> </ul>	94,9km
Francisco Sá	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Araras</li> </ul>	98,2 km
Itacambira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nova Esperança Itacambira</li> </ul>	102,9km
José Gonçalves de Minas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• União de Todos</li> <li>• Coração de Maria</li> </ul>	115,6km
Montes Claros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curral do Meio</li> </ul>	148 km
Leme do Prado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coração de Jesus</li> <li>• Conj. Mandassainha</li> <li>• Quilombo Boa Sorte</li> <li>• Fazenda Boa Esperança</li> </ul>	132,4 km
Janaúba	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nova Esperança</li> <li>• Terra Nova</li> </ul>	168,1 km
Turmalina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peixe Cru</li> </ul>	205 km
Francisco Dumont	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazenda Rio Preto</li> </ul>	206,4km
Capelinha	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fatura</li> </ul>	245,7 km
Angelândia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boa Esperança</li> </ul>	284,7km
Água Boa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novo Horizonte</li> </ul>	309 km.
Diamantina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recanto Feliz</li> </ul>	372,2km
Itamarandiba	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amigos para sempre</li> <li>• União do Povo</li> </ul>	403,7 km

Fonte: Pesquisa direta, 2017 Org. GODINHO, Victoria Pinho e. 2018

Os reassentamentos mais distante ficam em Itamarandiba-MG a 403,7 km em relação a UHE de Irapé, já os reassentamentos mais próximo estão no município de Cristália -MG, apenas 22,1km, aspecto que justifica a frase de uma das entrevistadas “[...] *todos queriam ir para Cristália, mas não tinha terra para todo mundo que queria*” (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé), ou seja, existia uma preferência em ficar próximo aos locais de origem.

Brandão (1995), pontua que, quando há vizinhos por perto, parentes ou não, esses se constituem como os primeiros espaços extrafamiliares de convivência e socialização. Nesse sentido, quando se rompem essas relações a partir de uma distância imposta, seja entre as casas no mesmo reassentamento ou na distância que um reassentamento tem do outro, rompe-se as relações de partilha da vida, que foram estabelecidas ao longo do tempo e, mesmo com outras formas de contato ou notícias, essas são perdidas, sentidas e jamais são reestabelecidas como eram.

Esse rompimento é uma forma de violência, pois desestrutura as famílias, rompe laços de compadrio e de solidariedade entre vizinhos, provoca a quebra de hábitos e ritos que fazem parte da cultura. O técnico da EMATER pontuou que a cultura em alguns aspectos se configura diferente, como já apontamos neste trabalho, então, quando os atingidos chegaram, eram sempre vistos como “os de fora”, os diferentes.

*“Eu não conhecia ninguém... Foi difícil chegar na escola sem conhecer ninguém”  
(Ester., 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

As palavras de Ester exemplificam que chegar em um lugar novo é algo que não é simples, ainda mais quando se é visto como diferente, “de fora”. Os atingidos pela UHE de Irapé, precisam chegar aos novos lugares e criarem laços com os novos vizinhos, os novos colegas de escola, buscar por trabalho e emprego nas fazendas próximas permeados por estigmas e olhares, juntamente com as cicatrizes ocasionadas pelo processo de rompimento dos laços anteriores.

### **A água e as transformações nos modos de vida**

Durante as entrevistas, foi possível perceber que a água é um elemento que perpassava as transformações nos modos de vida das famílias atingidas, uma vez que nos tempos anteriores a barragem a água era livre, passava na porta de alguns dos entrevistados e, após a

construção da UHE de Irapé, a água passou a representar inúmeros desafios, como a falta d'água e a seca, que transformaram os modos de vida, pois foi preciso criar e estabelecer novas estratégias.

Diegues (2007), assevera que a água é um dos elementos centrais para reprodução dos modos de vida das comunidades tradicionais, presente desde a criação do mundo, e o seu desaparecimento significa o fim da própria sociedade. Assim, primeiramente, essas famílias se estabelecem em locais onde é possível encontrar água e através dela manter seus meios e modos de vida e quando são obrigatoriamente deslocadas para outros lugares, a água passa a ser um obstáculo maior do que antes e muitas vezes torna-se fator de expulsão e dos novos deslocamentos.

Galizoni (2005), coloca que a água é um recurso único e insubstituível, que se configura como base da vida, visto como uma segunda natureza, portanto, é algo indispensável e tão essencial à sociedade que há dificuldades para refletir sobre ela, isto só ocorre quando sua ausência provoca danos para a pessoa e/ou coletividade. Como vemos na fala da nossa entrevistada, diversas são seus usos e diversos também são os campos onde sua ausência é sentida.

*[...] te contar que meus filhos têm vez que já falhou de aula porque não tinha roupa limpa para ir para escola... (Marta, 34 anos, UHE de Irapé)*

A escassez da água vem sendo sentida em vários locais da sociedade, e não é diferente nos reassentamentos os quais visitamos, por isso ela vem sendo pensada e tem norteado debates e discussões, uma vez que:

A possibilidade crescente de escassez de um recurso natural que se acreditava copioso produziu novos olhares sobre a água. Ao deixar de ser percebida como abundante, a água passa a ser considerada por uma parcela das sociedades como um recurso, que afirmam alguns, deve deixar de ser um bem livre para torna-se cada vez mais um bem econômico, ganhar preço para que o comportamento de seus usuários seja alterado (GALIZONI, 2005, p.11).

Desta forma, a água tem um enorme valor econômico, pois, a produção de inúmeros bens de consumo depende dela, assim com a energia e a manutenção de grandes indústrias. Então, se subentende que quanto maior o desenvolvimento econômico, maiores são as variedades da utilização dos recursos hídricos.

Galizoni (2005), coloca que a escassez está, na maioria das vezes, relacionada com um campo de relações que diferentes grupos sociais estabelecem com vistas à apropriação dos

mananciais. A partir dessa reflexão, podemos também compreender que a falta de acesso a água potável está diretamente relacionada a desigualdades entre classes sociais, onde a população mais vulnerável, ao contrário dos que possuem mais conhecimento e dinheiro, nem sempre tem água disponível.

Diegues (2007), assevera que as populações e comunidades tradicionais atribuem valores distintos à água que se diferem daqueles utilizados pela sociedade capitalista de produção, portanto, a mudança do curso do rio gerou inúmeras implicações na vida dos atingidos.

Em suma, algumas questões e a principal dificuldade nos reassentamentos encontradas nas falas dos nossos entrevistados tem sido a água. Existem dois tempos, o primeiro em que a água era livre e segundo após a água represada, que em paradoxo a abundância de águas que inundaram as casas e terras antes habitadas, trouxe grandes dificuldades no tocante ao acesso a água. Agora vivenciam bombas que queimam e precisam de manutenção, novas barragens, caixas d'água enormes que “enfeitam” as fachadas das casas e contas de água com valores altos. Como podemos verificar nas palavras de Marta:

*Se tivesse feito uma coisa boa pros povos principalmente da água eles não fez lá onde que eu moro mesmo eu moro lá em cima se eles tivessem posto uma água encanada para família mesmo lá tem umas oito família. Já tinha resolvia o problema dos povos só que eles ficou foi aproveitando o serviço que gastava menos **tá todo mundo sem água.** (Marta, 34 anos, atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso)*

Como resultado do deslocamento compulsório, em decorrência da construção de barragens hidrelétricas, trouxe diversas questões relacionadas a água.

*E eu já reclamei da CEMIG sobre água sabe que que a CEMIG fala pra mim? Que ia abrir um poço artesiano é muito caro para eles que tem dinheiro é caro e coitada de mim que não tem nenhum salário vive é da roça planta quando não perde a roça tudo que que a gente vai fazer? **Ultimamente a gente passando sede se eu falar com você os bicho da gente tá morrendo tudo é de sede... Tudo é preciso da água então eu mesmo sou revoltada que eu gostaria de falar com o chefe mesmo que eu reclamo com os empregado deles e eles fala assim eu não posso fazer nada eu sou empregado tem um poço artesiano lá em casa que eu tenho certeza pra CEMIG era pra ter abrido outro poço artesiano porque o poço artesiano lá dentro para água jogar coloca a bomba lá dentro a bomba queima pois não tem água agora mesmo foi a bomba lá pra cima para eles comprar outra já tem seis meses que essa bomba não volta.** (Marta, 34, atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso)*

Buscamos compreender o sistema de abastecimento de água através das bombas, um manual da CEMIG(s/d) coloca que os sistemas de abastecimento de água dos reassentamentos



possuem conjuntos de motor e bombas (motobombas) e necessitam de energia elétrica para seu funcionamento. Uma vez que, para o motor levar a água até o reservatório, é necessário que ele faça a bomba funcionar, a essa força, chamamos potência elétrica. E o que determina a potência do motor é a distância e altura existentes entre a bomba e o local onde a água precisa chegar.

Conforme o documento da CEMIG(s/d), para que as bombas funcionem adequadamente, alguns cuidados fazem-se necessários: limpar as caixas de sucção existentes nas barragens; verificar se existe ar na tubulação; observar se o pescoço da bomba e os tubos estão quentes: caso estejam, é porque a bomba não puxou água, então será necessário retirar o tampão da bomba e completar a água da tubulação; verificar se o registro está totalmente aberto e fechar o registro da bomba reserva e verificar se a válvula de pé não está travada.

Nesse sentido, o sistema de abastecimento de bombas mostra-se complexo, mesmo que tenham sido feitas orientações quanto ao uso da bomba em modo manual ou automático, as dificuldades em relação ao uso desse sistema são inúmeras e são sempre relatadas pelos entrevistados, como vemos:

*Victoria: A bomba sempre queimou?*

*Marta: Sempre queimou. Olha se essa bomba funcionou um ano foi muito eu mesmo fico mais é sem água quando está chovendo a gente pega água do rio mas quando não tá chovendo fazer o quê se eu falar com vocês que meus filhos tem vez que já falhou de aula porque não tinha roupa limpa para ir pra escola... É difícil e tem um dizer problema dos outros ninguém quer resolver né? A CEMIG tá desse jeito e quando agora mesmo que o menino não tá pagando a conta de água e **pagar como a gente não tá usando água** e ainda chega a conta todo mês a conta tá lá, a conta é cara, mas porém esse eles liberaram pra não pagar a conta de água mas não tinha que pagar mesmo não a gente não tá usando água essa fazenda aqui mesmo essa fazenda é a fazenda (...) eles fez uma barragem ali colocou duas bomba não tá funcionando porque a barragem agora tem água empoçada mas a barragem seco como que a gente vai jogar água colocar uma bomba pra jogar água se a barragem secou não tem como (Marta, 34, atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso)*

Outra questão que é sempre pontuada nas entrevistas dos sujeitos que ouvimos é no tocante as diferenças em relação ao acesso a água, a saudade do rio que passava na porta, e mesmo aqueles que moravam longe do rio já tinham construído estratégias para lidar com a falta d'água, estratégias essas que tiveram que ser repensadas.

*Victoria: Do que mais sente saudade?*

*Marta: Do rio né foi uma coisa assim que eles falavam que era água suja mas é uma coisa que ajudou muito o rio tinha muita água e hoje não nós fica aqui nesse lugar aqui e fica aqui precisando de água. Ele eles falaram assim que ia ter abastecimento de água limpa e eu não vi isso eles fizeram uma barragem ali que a barragem secou. As bombas queimaram. Tanto que eu tô com um poço artesiano lá em casa que tá uns seis meses parado precisando água. E **antes tinha o rio** a água suja suja na verdade mas eu nunca ouvi falar que aquela água matara alguém. (Marta, 34 anos. Atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso)*

**Victoria:** *Então a água é diferente?*

**Maria:** *Nós não morávamos perto do rio, nós morávamos longe do rio, lá nós pegávamos água era num córrego ai depois o córrego secou, nós encanou na água, tinha um poço artesiano no cabra, ai nós encanou a água do cabra ai juntou os vizinho tudo e comprou o cano e pôs a água, ai cada ai um tinha uma gaia d'agua no terreno, porque o córrego secou. Era encanada, porque nós pegávamos no córrego, mas teve um tempo que o córrego secou, muita pouca chuva né?*

**Victoria:** *E aqui tem a caixa e tem a barragem?*

**Maria:** *Tem a barragem, só que a barragem secou. Nossa água aqui nos pagou com nossas custas. A barragem que a CEMIG fez pôr no córrego que pula ali, a barragem não secou não? Nos ficou aqui todo mundo aqui sem água sem saber o que fazia, porque o rio aqui, o Itacambira também secou, secou, os córregos secaram tudo e a barragem que a CEMIG fez para nós ali em riba torrou. Ai nós juntou os vizinho aqui, comprou cano e pegou a água de cima da cabeceira do (...) de dentro de uma reserva, mas foi duro, foi sofrimento minha filha. **Aqui os vizinhos nós reunimos, porque todo mundo ficou sem água e todo mundo pôs a água.** (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé, grifo nosso)*

De tal maneira, os entrevistados sempre relatam as dificuldades encontradas em relação ao acesso a água nos reassentamentos, os córregos secos, as bombas queimadas e principalmente o descaso da CEMIG (como vemos no depoimento abaixo). Dentre as estratégias para o enfrentamento dessa questão, uma delas foi através da união de alguns vizinhos, no refazer dos laços, para que por conta própria fizessem um sistema de encanamento da água que, mesmo assim, seca, enquanto aqueles que não tiveram condições ficam à espera das chuvas, de políticas públicas eficazes e de promessas feitas anteriormente a construção da UHE de Irapé.

*Meu marido ligou lá na CEMIG para poder abrir um poço artesiano aqui para nós que nós estava tudo sem água o rapaz falou com ele assim nós vamos terça ou quarta, até hoje... E nós fica sem água, quando a barragem seca lá nós ficamos sem água... Está difícil, não tem onde buscar. (Maria, 60 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Os atingidos pela UHE de Irapé construíram estratégias para lidar com as questões relacionadas a água. Zhouri; Oliveira; Laschefski (2012) enumeram algumas delas: o uso comum das vazantes; acordos familiares para manutenção das vazantes; encaminhamentos das demandas para as administrações municipais; entre outras. Estratégias essas que estiveram presentes nas falas dos sujeitos escutados da pesquisa.

Em suma, acreditamos que a partir das discussões acerca das águas, das mesmas águas que ao mudarem seus ciclos modificaram modos de vida e de trabalho e que agora continuam transformando modos de vidas, não mais ao inundar terras, mas através da sua falta, da sua escassez, é que se faz possível pensar um fio condutor para este estudo. O enchimento da

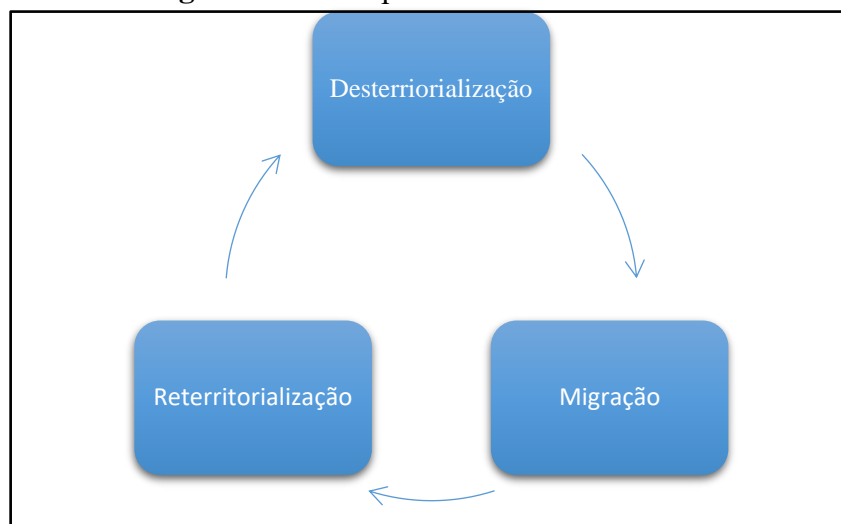
barragem expulsou obrigatoriamente famílias e agora a “falta” d’água é dos fatores que continua a expulsar. A vida continua-se a *ispinicar*.

### ***O Ispinicar Continua: As novas migrações como estratégia de resistência e permanência***

*Mas se pegar do jeito que tá essa crise sem água a gente tem que sair né uá e procurar um rumo (Marta, 34 anos, atingida pela UHE de Irapé).*

A construção da barragem “*ispinica*” famílias e sujeitos em nome do “desenvolvimento”, o que ocasiona a desterritorialização. Nos novos lugares, esses sujeitos buscam a reterritorialização e diversas são as estratégias, uma delas, a migração, fazendo com que assim o ciclo continue, que o “*ispinicar*” continue (Figura 12).

**Figura 12** – O “*ispinicar*” torna-se um ciclo



Fonte: Org. GODINHO, Victoria Pinho e. 2018

Assim, compreendemos que não se tem para onde retornar, o lugar de identidade já foi inundado, mas nem sempre é possível continuar nas novas terras, em decorrência da falta de acesso à água, ao trabalho, pelo medo e/ou diversas outras razões já apontadas. Quando não é possível criar raízes nos novos lugares, os atingidos pela UHE de Irapé migram novamente em busca da reterritorialização.

Nesse sentido, buscamos compreender esses novos lugares a partir da perspectiva de Massey (2000, p.32), visto que “[...] para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo [...]”, assim, se o espaço é vivo, é que se têm lugares. Portanto, o espaço das novas

migrações são pensando como produtor de inter-relações, como possibilidade de existência da multiplicidade e está sempre em construção.

E nessa construção, a migração vem sendo uma estratégia. Migrar, como argumenta Woortmann (1990), abrange várias dimensões de um mesmo fenômeno, não se migra simplesmente porque se deseja migrar, migra-se em decorrência dos processos de expulsão, para permanecer ou em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Da mesma forma, Araújo (2016), afirma que a migração representa eterna possibilidade, uma vez que com a mecanização do campo e a expropriação de terras, o espaço rural não oferece oportunidades de trabalho para a maior parte da população, assim as migrações se concretizam como possibilidades de melhoria de vida.

Martins (2002), enfatiza que devemos pensar na migração como processo que ultrapassa o deslocamento espacial, configurando-se como um deslocamento social, cultural e político, de forma que a migração não deve ser vista como um problema, mas como resultante de problemas sociais, o migrante, consoante ao autor, é uma vítima dos contextos históricos e sociais.

As barragens hidrelétricas são geradoras de migração definitiva, pois expulsam as pessoas das áreas que viviam dando lugar as águas e não se tem para onde retornar, os seus filhos e netos não vão conhecer as árvores, os campos de futebol e a igreja daquele lugar.

Conforme o técnico da EMATER, questões de relacionamento e aspectos sociais fazem com que os atingidos saiam das suas terras, provocando novas migrações. Quando perguntamos sobre o reassentamento de Araras<sup>16</sup>, ele nos respondeu que o resultado não havia sido bom, muitas pessoas haviam vendido as terras.

Como se a permanência fosse medidor do sucesso dos reassentamentos, contudo, vale frisar que esses dados, a quantidade de vendas e abandonos podem sim indicar que houveram falhas no processo de reassentamento, na assistência dada aos atingidos, na compra das terras e na construção das casas sem levar em consideração a voz do sujeito, ou seja, fracasso de um sistema que fez de tudo para escrever uma nova história para os sujeitos, predestinada a um mesmo final, ou seja, processos resultados de políticas públicas pensadas de fora. O que não se pode é culpabilizar o sujeito pelo fracasso dos reassentamentos, uma vez que sair para tentar de novo e para recomeçar deve e pode ser uma escolha.

Pereira (2012), em sua tese, aponta o número de famílias que tinham alguns membros como migrantes temporários (Tabela 2).

---

<sup>16</sup> O reassentamento de Araras está localizado no município de Francisco Sá, no Norte de Minas - Minas Gerais.

**Tabela 2 - Ocorrência de migração nos reassentamentos pesquisados de atingidos pela UHE de Irapé, 2011**

Reassentamento	Nº total de famílias reassentadas	Nº total de famílias migrantes	Percentual
Nova Esperança, Janaúba	18	0	0,0
Nova Esperança, Francisco Dumont	20	12	60,0
Nova Esperança, Itacambira	9	6	66,7
Novo Horizonte, Água boa	19	3	0,0
Piedade, Cristália	11	3	18,18
Bela Vista, Botumirim	40	3	7,5

Fonte: PEREIRA (2012, p.214) Org. GODINHO, Victoria Pinho, 2018.

Ao analisar o percentual de migrantes por reassentamento podemos concluir que não existe relação da migração com a distância da UHE, uma vez que Nova Esperança (Janaúba) fica mais distante da Usina e apresenta 0%, já Bela Vista (Botumirim), mais próximo apresenta 7,5%. Dessa forma, acreditamos que a qualidade do solo para cultivo pode ser um dos fatores que colabore para um menor número de migração.

Foi a partir desse trabalho e do primeiro estudo de campo realizado no decorrer dessa pesquisa que observamos que a migração era algo recorrente na vida dos atingidos. No início desse estudo, tínhamos como hipótese que as novas migrações, as decisões de sair de novo, eram mais fáceis, uma vez que não era possível construir vínculos com os novos lugares que foram impostos a esses sujeitos. E é o que se percebe nas entrevistas, os sujeitos que saem para as cidades grandes, motivados pela busca de novas oportunidades de melhores condições de vida e trabalho, por já terem sido obrigados a migrarem no passado, após a construção da barragem, relatam a segunda partida como mais fácil.

*Ester: Acostumei ficar me deslocando de um lugar para o outro, porque tem gente que sofre tem gente que chora eu sentia assim to saindo não conheço ninguém mas cheguei aqui conheci a cidade*

*Victoria: Quando você saiu agora foi mais fácil do que quando saiu das terras de onde nasceu?*

*Ester: Foi mais fácil a única falta que eu sinto é dos meus pais minha irmã família mesmo mas de (...) eu não sinto falta eu vou lá porque eu tenho meu pai minha mãe minha irmã se eu não tivesse eu não ia não (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

**Victoria:** *Mudar-se pela segunda vez foi mais fácil?*

**Rute:** *São coisas diferentes, aqui estou mais próxima dos meus pais. Sempre vou lá. Onde eu morava foi mais difícil, porque eu sabia que não podia mais voltar. (Ruth., 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

Nesse sentido, é como se o deslocamento compulsório tivesse preparado esses sujeitos para as migrações, uma vez que eles já deixaram para trás a casa, o rio, as árvores, a proteção que sentiam, portanto, fazer isso pela segunda, terceira ou quarta vez se torna algo mais simples e é sempre relatado como algo menos doloroso e menos triste, a saudade agora é somente dos familiares, não mais da casa e do lugar, corroborando que os reassentamentos nem sempre se tornaram um lugar.

Mesmo aqueles sujeitos com quem conversamos que não haviam migrado, demonstram um interesse em migrar, como vemos no depoimento abaixo:

**Victoria:** *Já saiu para trabalhar em outra cidade? Se não, tem vontade de sair para trabalhar fora?*

**Marta:** *Ainda não...*

**Victoria:** *Você tem vontade de ir para algum lugar?*

**Marta:** *Vontade não... É precisão né (Marta, 34 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

No relato acima, a migração é relatada como condição a qual estão fadados pela falta de oportunidade, de emprego e pelas questões relacionadas à falta d'água, não como um desejo pessoal, mas uma necessidade. Contudo, a entrevistada pontua:

**Victoria:** *Você tem algum parente que mora fora pra trabalhar?*

**Marta.:** *Eu tenho uns parentes que mora em Ribeirão Preto, eu não sei nem dizer para vocês o que eles fazem, mesma hora que tá num serviço tá noutro.*

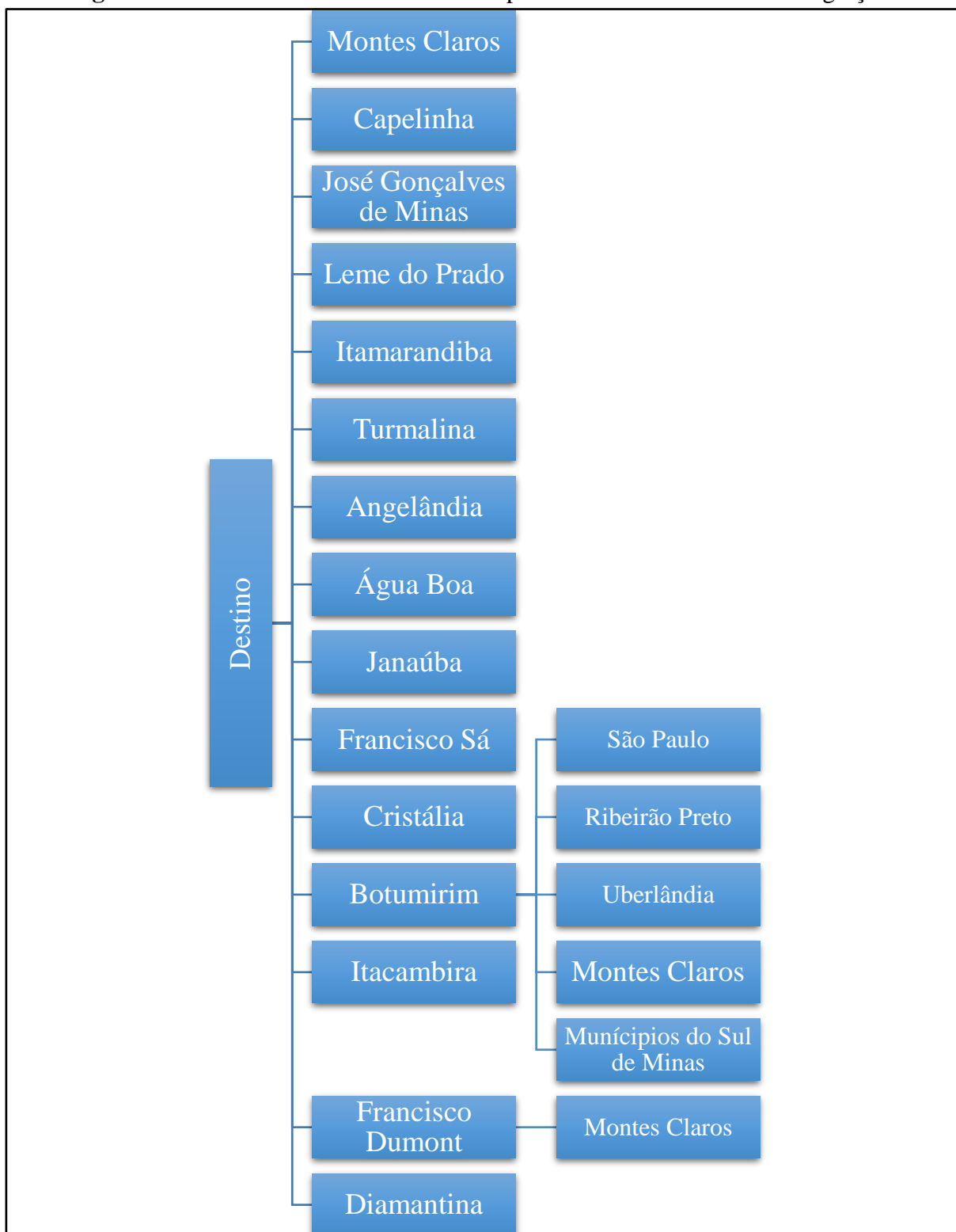
**Victoria:** *Se fosse para você ir você ia pra lá?*

**Marta:** *Não... Outro lugar mais fácil procurar um lugar mais perto. Imagina a gente sai para um lugar e não tem nem dinheiro pra voltar pra origem da gente (Marta, 34 anos atingida pela UHE de Irapé)*

O retorno aos reassentamentos, mesmo que não mais para residir, está sempre presente na fala dos entrevistados, a volta para rever os familiares, para as festas de final de ano e/ou nas férias do emprego, ou na ocasião de morte de algum parente. Dessa forma, a possibilidade de retorno, assim como as oportunidades de emprego, motiva a escolha dos municípios de destino.

Os migrantes e familiares de migrantes com quem conversamos relatam os seguintes destinos em Minas Gerais e São Paulo (Figura 13).

**Figura 13** – Locais citados nas entrevistas para onde ocorrem as novas migrações



Fonte: Org. GODINHO, Victoria Pinho e, 2018.

Outra questão pontuada pelos entrevistados é a escolha por locais que já tem familiares morando e trabalhando, ou seja, o sucesso de migração anterior também é um fator

que contribui para a escolha do destino. Assim, reduz os obstáculos, já se conhece previamente as dificuldades enfrentadas e é possível encontrar ponto de apoio, uma vez que “[...] as relações pessoais constituem canais de transmissão da informação e determinam quem terá qual trabalho” (SAQUET; MONDARDO, 2008, p. 123)

A migração para lugares onde tenham conhecidos, amigos ou parentes, reforçando laços de solidariedade anteriores, como pontua Durhan (1984), esta rede de relações primárias, dentro da qual se efetua a migração, está estruturada do mesmo modo que em uma comunidade rural.

Durante a migração, na travessia, o sujeito vai criando estratégias, acumulando saberes e vão surgindo as redes de relações sociais para a manutenção do processo, “os migrantes produzem territórios e redes, através da interação ao mercado de trabalho, sua força de trabalho, da comercialização, da comunicação, das representações, das organizações políticas, das viagens” (SAQUET; MONDARDO, 2008, p.123)

O trecho abaixo indica a existência dessa rede de troca de saberes:

*Victoria: Como é a decisão de sair?*

*Ester: Eu decidir ai uma pessoa me indicou para trabalhar na casa dessa pessoa, mas meio por conta própria não tive muita ajuda não eu mesmo correndo atrás (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

A indicação, os conselhos e as experiências de migrações anteriores, mesmo que apenas como pontapé inicial, são importantes para a decisão de migrar. Isso implica dizer que o deslocamento é um processo social e coletivo que não ocorre apenas a partir de decisões individuais. Tomemos como exemplo, a fala de Ester:

*Victoria: E sua irmã quer vim também? Quantos ela tem?*

*Ester: Minha irmã tem 14 anos ainda falta um pouco. Igual eu falei aqui tem muita dificuldade igual eu falo com ela se você quiser ir pra Montes Claros se eu tiver lá eu te ajudo no que puder mas Montes Claros aqui é muito bom pra estudar tem faculdade muito boa mas só que meus pais são trabalhadores rurais eles não tem condição de me manter aqui ai eu tenho que trabalhar e estudar e não é fácil (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé)*

O processo vivido pela entrevistada, Ester de 21 anos, evidência todas as questões aqui tratadas sobre a migração, as manutenções das redes sociais e a acumulação de saberes durante o processo. Ela migrou pela primeira vez aos nove anos, compulsoriamente, quando foi obrigada a sair da sua casa e deixar para trás não só os pés de manga e as flores, como também as amigas que nunca mais viu. Quando ela conclui o ensino médio, foi preciso partir em busca dos sonhos, estudo e oportunidades de trabalho. A dor aqui sentida não é mais pela



ausência da casa e das terras, mas sim dos familiares (dos pais e da irmã). Inúmeras foram as dificuldades encontradas, a falta de emprego, de dinheiro para se manter, mas ainda assim ela relata que não queria voltar. “*Olha as vezes vinha esse pensamento porque aqui não dá pra se manter sem dinheiro, mas a minha vontade não era de voltar.*” (Ester, 21 anos, atingida pela UHE de Irapé).

Atualmente, em 2018, ela trabalha de babá e quando perguntamos sobre o retorno para próximo dos pais, ela afirma que volta sempre que dá para as festas e para visitar. Nos seus planos, ela almeja cursar nível superior e futuramente ir para outros lugares, como Uberlândia ou Sul de Minas Gerais, uma vez que sempre escuta das amigas nesses locais é mais fácil conseguir emprego.

Enfim, a migração é um processo que vai dando bagagens e saberes para o migrante. E é assim, que as redes vão sendo tecidas no decorrer da travessia e nesse sentido as novas migrações vão se tornando possíveis. Na fala dos migrantes com quem conversamos, mesmo aqueles que só migraram compulsoriamente e ainda permanecem nos reassentamentos, a migração quase sempre é colocada como *necessidade e uma vontade*.

Mergulhamos não só em histórias e memórias de resistência e luta, mas também em histórias permeada por sonhos, seja de estudar, de trabalhar, de buscar uma vida melhor, e a migração que antes havia sido forçada, agora é vista como uma alternativa, uma estratégia de resistência, uma forma de lutar e de escrever uma nova história.

## **A expropriação continua**

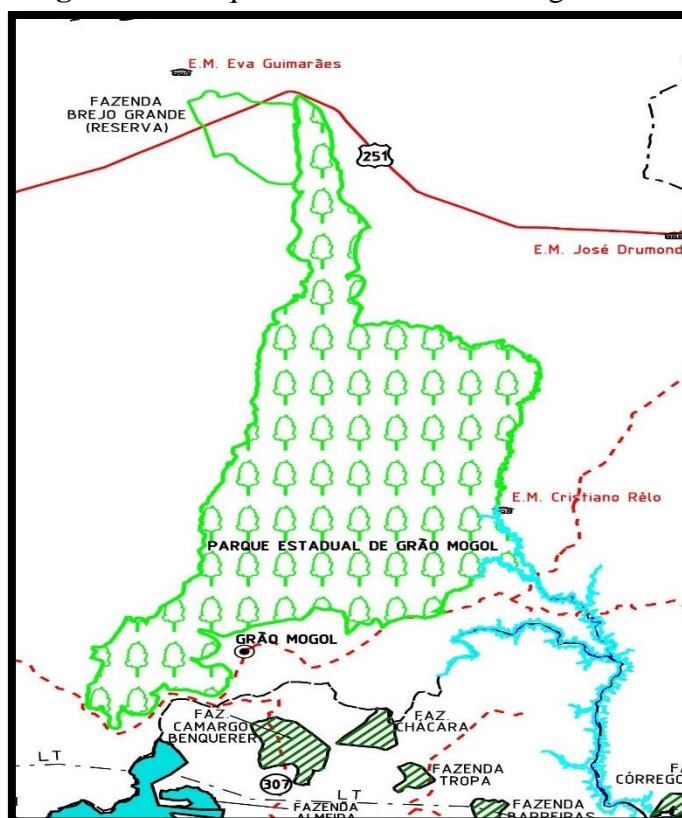
Como vimos, a UHE de Irapé *ispinicou* gente para diversos municípios e continua *ispinicando*, não só através da migração, como estratégia de resistência camponesa, mas também através da expropriação que ainda continua ocorrendo na região.

Uma das propostas da CEMIG para minimizar os impactos da UHE de Irapé foi a construção de unidade de conservação. Conforme a representante do MAB nos relatou, uma das pautas do movimento é em relação aos atingidos que vivem dentro da área do Parque Estadual de Grão Mogol - PEGM, criado em 1998, como compensação ambiental da hidrelétrica. No passado, foram feitos acordos e negociações com estas famílias sobre reassentamento e indenização, todavia não foi cumprido. Atualmente, em 2018, as famílias

não querem sair do local, mas vivem sob pressão do Instituto Estadual e Florestas - IEF e da CEMIG, recebem multas, não podem roçar, nem construir casas para os filhos.

Conforme o IEF (s/d)<sup>17</sup>, o PEGM, que foi criado em 22 de setembro de 1998 através do Decreto 39.906/98, abrange área de mais de 28.000ha da Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha (Figura 13).

**Figura 14-** Parque Estadual de Grão Mogol



Fonte: CEMIG (2005)

Anaya (2012), afirma que quando os parques são reconhecidos como áreas prioritárias de conservação, iniciam-se um processo de restrição e expropriação dos grupos de seus territórios.

Os geraizeiros, conforme pontua Nogueira (2009), são os camponeses que vivem no cerrado na Mesorregião Norte de Minas, bem como em outras localidades sobre as quais se estendem os gerais. São sujeitos políticos que disputam os sentidos atribuídos ao cerrado, utilizam dos frutos, das plantas medicinais e das espécies de madeiras nativas. Eles têm seus modos de vida ligados ao extrativismo, a criação de gado e a caça. O cerrado foi

<sup>17</sup> Disponível em <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protetidas/202> Acesso em janeiro de 2018.

devastado, as espécies vegetais foram transformadas em carvão para abastecer as siderúrgicas, no processo de reflorestamento foram introduzidas espécies de eucaliptos, que encurralaram os geraizeiros, assim como também o PEGM tem acarretado a expropriação devido as restrições postas aos seus modos de vida.

Conforme o Mab (s/d), em novembro de 2016, 120 famílias atingidas das comunidades geraizeiras ocuparam uma área da Fazenda Buriti Pequeno, que fica no entroncamento que dá acesso à barragem da UHE de Irapé, a demarcação do seu território tradicional, contra a criminalização das lideranças das comunidades que vivem nesta área e pelos direitos dos atingidos pela UHE de Irapé. O acampamento recebeu o nome de Alvimar Ribeiro (Figura 15).

**Figura 15** - Atingidos do Vale das Cancelas



Fonte: MAB (s/d). Disponível em << <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-vale-das-cancelas-avan-am-processo-retomada-terras-em-gr-mogol> >>

Conforme o MAB(s/d), o Ministério Público Federal realizou um parecer técnico reconhecendo a identidade e o modo de vida tradicional das comunidades geraizeiras que habitam nesta área. Deste modo, as comunidades geraizeiras vêm construindo a autodemarcação de seu território, denominado Território Tradicional Geraizeiro de Vale das Cancelas, com o objetivo de resguardar seu modo de vida, como a criação do gado à solta e o agro extrativismo do cerrado.

A UHE de Irapé, ao mudar os ciclos das águas mudou os ciclos da vida e o PEGM, que prioritariamente tinha o objetivo de ser uma compensação ambiental, vem expropriando pessoas, fazendo com que a mudança dos ciclos da vida continue. Assim, continua-se a *ispinicar* em nome de um desenvolvimento e é somente através das lutas e dos modos de vida que se relacionam de maneira diferenciada com natureza, como exemplo dos geraizeiros, ou seja, através de outras racionalidades que alternativas ao modelo desenvolvimentista podem ser pensadas e propostas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, vimos que a implantação da UHE de Irapé serviu ao modelo desenvolvimentista que trazia com ela promessas de um futuro melhor, de geração de emprego e energia que, conforme os relatos dos entrevistados, não foram cumpridos, o “desenvolvimento” prometido não chegou. Assim, entendemos que se faz necessário e urgente pensar em outros modelos de desenvolvimento, tal como priorizar novas formas de geração de energia.

E é somente na organização e nas lutas que esses novos moldes podem ser construídos, a partir de outras racionalidades, oriundas dos movimentos sociais, das lutas, da organização e da relação que os povos e as comunidades tradicionais mantêm com a natureza, ou seja, outras formas de se organizar e conviver com a natureza que se diferem do modo capitalista atual.

O desconhecimento técnico, social e econômico das condições de implementação do empreendimento, bem como das disputas econômicas envolvidas, provoca desigualdades de toda ordem para as famílias atingidas. Importante ressaltar, que a própria categoria atingida encontra-se em disputa .

Quando nos propusemos a compreender o processo de deslocamento compulsório acarretado pela a construção a UHE de Irapé, sabíamos que teríamos que lidar com memórias e lembranças difíceis de serem expressadas, de tal maneira, a busca por compreender o processo anterior a construção da barragem, foi um misto de lágrimas, histórias e lembranças que não merecem ser esquecidas, pelo contrário, devem ser sempre lembradas como forma de fortalecimento das novas lutas.

Consideramos que as áreas inundadas por barragens hidrelétricas são como um mundo acabado, enquanto modo de vida, uma vez que não é possível volta a ser o que era, assim os modos de vida nunca mais serão os mesmos.

Após o processo de resistência e luta, as famílias partem para os reassentamentos, levando todos os pertences possíveis no caminhão, como as galinhas e os objetos pessoais, mas, ainda assim, muita coisa é deixada para trás, os sonhos de verem seus filhos e netos crescendo ali, a casa, as árvores que costumavam brincar, o rio de “*água suja*” que matava a sede de muita gente.

As “*terras de lá*” são sempre apontadas como melhores, mesmo mais elevadas e de difícil acesso, os tempos de antes são lembrados como de alegria e felicidade, com casas de boa qualidade, espaçosas e água de mais fácil acesso.

Quando chegam aos reassentamentos, as casas vazias e a falta de plantas e flores, mostraram como o caminho de reterritorialização seria longo e que algumas vezes não seria possível. Foi possível observar que o retorno, mesmo que não mais possível para moradia, faz parte da vida dos atingidos. Na fala de todos os entrevistados o retorno esteve presente, eles sabem onde moravam mesmo que agora tudo esteja coberto por águas. Voltar desperta lembranças, saudade e noções de pertencimento que ora são alternados pela desconfiança e pelo medo, porque os atingidos sabem dos perigos para atravessar a barragem, os melhores horários e acreditam que a CEMIG tenha soltado onças pela região.

O medo e a desconfiança, por mais que tenha sido dificultadores desta pesquisa, também se mostraram como novas formas de resistência dos atingidos, é preciso ter medo, para que mais nada lhe seja tirado. Medo não significa covardia, mas atenção aos processos e aos “de fora”. Também serve de alerta para não assinar mais nada sem ler ou sem que alguém de confiança tenha lido.

A visibilidade tão importante para os quilombolas e muitas outras comunidades tradicionais com quem tivemos contato durante o mestrado, é deixada de lado, a invisibilidade é então alternativa e estratégia. Invisibilidade para que possam existir, embora o movimento social de atingidos seja uma representação forte e importante estratégia na luta.

As “*terras de cá*” não são tão férteis quando as anteriores, não é possível mais plantar tudo que se plantava antes. Nos novos lugares impostos as famílias, diversas são as formas que os atingidos pela UHE de Irapé vêm encontrando para continuarem resistindo, as ações dos reassentados passam pela solidariedade, reforçando e/ou restabelecendo novos laços. Assim, como também as novas cores e flores que agora enfeitam as casas dos reassentamentos vão rompendo com os padrões pré-estabelecidos e com a história que havia sido escrita de cima para baixo.

Durante a pesquisa, as falas dos atingidos levantaram questões acerca da água, de como elas acarretaram transformação nos modos de vida, não somente ao inundar “*terras de lá*”, mas através da sua falta, da sua escassez nas “*terras de cá*” e em todos os assuntos referentes ao enfrentamento da falta d’ água, os poços artesianos, as barragens, a manutenção das bombas, os atingidos se colocam como “*esquecidos*” e por isso, vão criando novas estratégias, onde se juntam com os novos vizinhos e, muitas vezes, também partem para as novas migrações.

A migração, então, vai dando forma a esses novos lugares, seja motivada pela falta d’água ou pela busca de melhores condições de vida e de emprego. Como vimos neste estudo, vários são os motivos que levam os sujeitos a optarem pela migração, frisamos que esses não

são de origem apenas individual, mas frutos de processos históricos, como o deslocamento compulsório ao qual os atingidos de Irapé foram inseridos.

As novas migrações são retratadas pelos atingidos como uma forma de resistência e permanência nas novas terras dos reassentamentos. Sair pela segunda, terceira ou quarta vez é narrado como processo bem menos difícil que os deslocamentos compulsórios aos quais foram submetidos, como se nenhuma partida pudesse se comparar a anterior.

Entre as famílias pesquisadas, a migração é um processo que vai dando bagagens, saberes para o migrante e vai produzindo redes que vão sendo tecidas no decorrer da travessia. A migração não foi uma escolha quando os atingidos obrigatoriamente tiveram que deixar suas casas e terras, mas em contrapartida as novas migrações vão se mostrando como uma escolha, uma forma de resistência nos novos lugares a eles impostos, como uma forma de reescrever a própria história.

Algumas questões que ficam da pesquisa realizada: e precisariam de maior análise: Podemos compreender os atingidos por barragens hidrelétricas como “refugiados ambientais”? Uma vez que são vítimas de processos violentos de grandes empreendimentos, caracterizado enquanto um “efeito derrame” mais violento que um deslocamento compulsório.

Assim como também se seria possível pensar os reassentamentos como não lugares? Uma vez que muitas das famílias entrevistadas não reconhecem os reassentamentos enquanto lugares de pertencimento. As questões mostram-se como complexas e merecem melhor aprofundamento em trabalhos posteriores.

Enfim, os sujeitos que fazem parte dessa história podem até se perguntar se os caminhos teriam sido outros se as suas vidas não tivessem se cruzado com a UHE de Irapé, de certo, as memórias teriam sido outras. No entanto, o fim que havia sido escrito pelos empreendedores vem sendo transformado através do enfrentamento nos novos lugares, no instante em que plantaram frutas, flores, enfeitaram as casas, e que resolveram partir para as novas migrações em busca de melhores condições de vida e emprego.

No decorrer da pesquisa, a categoria nativa *ispinicar* foi várias vezes citada e aos poucos fomos compreendendo a importância dessa categoria para o entendimento do processo vivido pelas famílias atingidas, fazendo com que a nossa interpretação dessa denominação enquanto uma categoria de análise sociológica para a compreensão do esparramar da vida, dos sonhos, dos lugares, das pessoas através do aprisionamento das águas e o *ispinicar* da vida.

*Ispinicou* tudo, pessoas, vidas, famílias, modo de vida, cultura, água, terra, bichos, entre outros. *Ispinicar* nomeia a expulsão das famílias dos seus lugares de vida. O *ispinicar*

que primeiro ocorreu frutos da expulsão acarretada pela implantação da UHE de Irapé em nome de um “desenvolvimentismo” e que como vimos continua a ocorrer, seja pela inoperância de políticas públicas, pela falta d’água, em função do Parque Estadual de Grão Mogol e nas novas migrações partindo dos reassentamentos. *Ispinicou* tudo e o *ispinicar* agora é uma forma de resistir e reexistir!



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner de Almeida. **Terras Tradicionalmente Ocupadas**: processos de territorialização e movimentos sociais. R.B. Estudos Urbanos e Regionais. Vol 6, n 1/maio 2004.

ANAYA, Felisa Cançado. **De encurralados pelos parques a vazanteiros em movimento**: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. Tese Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: 2012.

ANAYA, Felisa Cançado; PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de Paula. Di-Visões sobre Desenvolvimento Sustentável: Concepções e Críticas. In: **Revista Argumentos**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 87-106, set. 2017. ISSN 1806-5627. Disponível em: <<http://www.periodicos.unimontes.br/argumentos/article/view/499/368>>. Acesso em: 04 janeiro de 2018.

ARAÚJO, Ana Flavia Rocha de. **Por caminhos de águas e terras**: o processo migratório de pescadores artesanais no sertão nordestino. Dissertação de Mestrado. Unimontes: PPGDS, 2016.

ASCELRAD, Henri. **Movimentos por Justiça versus Senso Comum Ambiental**: a degradação Ambiental não é democrática. In: O Que é Justiça Ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dará, 2004. Pg 13-34.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERMANN, Célio. Impasses e controvérsias da hidreletricidade In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 21, n. 59, p. 139-153, apr. 2007. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10211>>. Acesso em janeiro de 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. In.: **Revista Sociedade e Cultura**, Vol. 10, n.1, p. 11-27. 2007.

\_\_\_\_\_. **A partilha da vida**. São Paulo: Gei; Cabral, 1995.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 1ª ed.. Brasília: Aneel, 2008.

BOSI, E. Cultura e desenraizamento. Em BOSI, Alfredo, org. **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo, Ática, 1987.

BURTSZTYN, Marcel. Políticas Públicas para o Desenvolvimento (Sustentável). In: **A difícil Sustentabilidade** – Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos ou como escapar das armadilhas do método. in R. Cardoso (org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 p. 95-105.

CASTELLS, Manuel. **Paraísos Comuns**: identidade e significado na sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, J.; DAVID, P.; MOTTA, P. **Paisagem Submersa**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CEMIG. Companhia Energética do Estado de Minas Gerais. **Boletim Informativo**. 2000. Disponível em <[https://www.cemig.com.br/pt-br/A\\_Cemig\\_e\\_o\\_Futuro/sustentabilidade/nossos\\_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo\\_Usina\\_Irap%C3%A9\\_BOLETIM%20INFORMATIVO\\_NOVEMBRO2000.pdf](https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo_Usina_Irap%C3%A9_BOLETIM%20INFORMATIVO_NOVEMBRO2000.pdf)> Acesso em 02 de Agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. **Boletim Informativo**: número 04 ano 02. 2004. Disponível em <[http://www.cemig.com.br/pt-br/A\\_Cemig\\_e\\_o\\_Futuro/sustentabilidade/nossos\\_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo\\_Usina\\_Irap%C3%A9\\_ANO2\\_N%C2%BA4\\_JULHO2004.pdf](http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo_Usina_Irap%C3%A9_ANO2_N%C2%BA4_JULHO2004.pdf)> Acesso em 03 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Boletim Informativo**: número 01 ano 03. 2005. Disponível em <[https://www.cemig.com.br/pt-br/A\\_Cemig\\_e\\_o\\_Futuro/sustentabilidade/nossos\\_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo\\_Usina\\_Irap%C3%A9\\_ANO3\\_N%C2%BA1\\_JANEIRO2005.pdf](https://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Informativos%20Irap/Informativo_Usina_Irap%C3%A9_ANO3_N%C2%BA1_JANEIRO2005.pdf)>. Acesso em 02 de Agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre a Usina de Irapé**. 2016. Disponível em <<[http://www.cemig.com.br/pt-br/A\\_Cemig\\_e\\_o\\_Futuro/sustentabilidade/nossos\\_programas/ambientais/Irape/](http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/)>>. Acesso em 05 de maio 2017

\_\_\_\_\_. **Reassentamentos de Irapé**: Apoio à manutenção e melhoria da gestão dos sistemas de abastecimento de água. (s/d). Disponível em <[http://www.cemig.com.br/sites/Imprensa/en-us/Documents/Cartilha%20reassentamento%20Irape\\_net.pdf](http://www.cemig.com.br/sites/Imprensa/en-us/Documents/Cartilha%20reassentamento%20Irape_net.pdf)> Acesso em 20 de janeiro de 2018.

CTP. **Conflitos no Campo**. CPT Nacional – Brasil, 2015. Disponível em <[https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com\\_jdownloads](https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads)> Acesso em novembro de 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos S. Água e cultura nas Populações Tradicionais Brasileiras. In: **Anais ..... I Encontro Internacional: Governança da Água**, São Paulo, novembro 2007. Disponível em <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/simbolagua.pdf>> Acesso em dezembro de 2017.

DRUMOND, José Augusto. Conceitos Básicos para a Análise de Situações de Conflito em Torno de Recursos Naturais. In: **A difícil Sustentabilidade** – Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Suely. **Manual para a Elaboração de Monografias e Projetos de Pesquisas**. 2. ed. Montes Claros: UNIMONTES, 2002.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. Editora Perspectiva, 1984.

ESCOBAR, Arturo. "Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências". In: DE SOUSA SANTOS, B. (Org.) **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**, 'Um Discurso sobre as Ciências' revisitado, p.639-666. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FOOTE-WHITE, William. Sobre a evolução de Sociedade de Esquina – Anexo A. in **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.p. 283-363.

FROTA, Ivaldo. O Setor Hidrelétrico e seus Conflitos: Os novos e os velhos desafios. In: **A difícil Sustentabilidade** – Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida**: população rural, cultura e água em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas**: no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2010.

GOMES, Maria Carmen Aires. Ambivalência Político- Discursiva: O entrecruzamento dos Gêneros Discursivos – Relatório de Impacto Ambiental e Audiência Pública. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas Alagadas**: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG. UFV, 2008.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso: Maio/2017.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LITTLE, Paul E. **Espaço, memória e migração**: por uma teoria da reterritorialização. Textos de História, Brasília, v. 2, n.4, p. 5-25, 1994.

\_\_\_\_\_. Territórios sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Anais** Simpósio “Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológico para a antropologia”. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado-RS, 19 de junho de 2002.

**MAB. Dossiê -Ditadura Contra as Populações Atingidas por Barragens Aumenta a Pobreza do Povo Brasileiro.** Brasília – DF, (s/d).

MAGNANI, José Guilherme C.. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2002 vol. 17, n. 49: 11-29.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar.** In: Arantes, Antonio A. (org). O espaço da diferença. SP: Papius, 2000.

MARTINS, José de Souza. A vida entre parênteses In: **A sociedade vista do abismo:** estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, 2004.V.30, n. 2,

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora:** identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado). Brasília – DF: UNB, 2009.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **TRAVESSIAS - Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais.** Tese (doutorado) UFU, 2009.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia.** Série Antropologia, 130. Brasília: UNB, 1992.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”.** Texto datilografado, s/d. 26 p.

PEREIRA, Viviane Guimarães. **Como a vida se refaz:** os caminhos da reterritorialização de atingidos pela Barragem de Irapé do Alto Jequitinhonha. Tese Doutorado. Universidade Federal de Lavras. Lavras: UFLA, 2012

POLANY, Karl. **A grande Transformação** – As origens políticas e econômicas do nosso tempo. Edições 70: Lisboa/ Portugal. 2001.

ROCHA, Fábio Amorim da. **Temas Relevantes no Direito de Energia Eletrica. Tomo III.** Rio de Janeiro: Synergia, 2012.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão:** Veredas. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas Alagadas:** Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG. UFV, 2008.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento:** Guia para o Conhecimento como Poder. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um Migrante? In: **A migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SANTOS, Vera Lúcia dos. Impactos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos. In: **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, 2002.v. 12, n.19, p. 35-48.

SANTOS, Renata Cristina. **Entre “territórios”**: uma análise cultural e política de uma comunidade atingida pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha-MG. Dissertação (mestrado). Diamantina, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 11, nº. 13. 2008

SCOTT, Parry **Negociações e resistências persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado/ Parry Scott. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **As relações de trocas materiais e simbólicas no Mercado Municipal de Araçuaí MG**. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1983.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, 2005.

VAINER, Carlos. Como temos lutado e como continuaremos lutando contra as barragens. Texto base para discussão. In: **I Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens**. Relatório. Curitiba, 1997, p. 11-15.

\_\_\_\_\_. **A violência como fator migratório**: silêncios teóricos e evidências históricas. Travessia: Revista do migrante: deslocamentos compulsórios & restrições à migração. Ano IX, n. 25, 1996, p. 5-9.

\_\_\_\_\_. Conceito de “Atingido”. Uma revisão do Debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas Alagadas**: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG. UFV, 2008.

VEIGA, José Ely da, **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI / Rio de Janeiro: Garamond, 2008 3º ed.

VIEIRA, Ubiratan Garcia. **Limites do poder comunicativo e da argumentação técnica no licenciamento ambiental de hidrelétricas em Minas Gerais**. Dissertação de mestrado. Viçosa: UFV, 2000.

\_\_\_\_\_. Paradoxos do Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas em Minas Gerais: O Licenciamento Prévio de Irapé e Pilar. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG. UFV, 2008.

WALLERSTEIN, Imanuel. **O capitalismo Histórico**. Brasiliense: 1985.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do Local ao Global. Trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Sua articulação em Redes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG. UFV, 2008.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas v. 7, n.1, p. 35 – 53, 1990.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Damsanddevelopment: a new framework for decision-making**. London. EarthscanPublications, 2000.

ZHOURI, Andréa, OLIVEIRA, Raquel. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: Conflitos Socioambientais em Projetos Hidrelétricos. In: **Insustentável Leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: editor UFMG, p.11-31, 2010.

ZHOURI, Andréa. OLIVEIRA, Raquel; LASCHEFSKI, Klemens. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha-MG. In: Zhouri, Andrea (org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. Brasília - DF: ABA, 2012.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma. (org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir - Limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte UFMG 2013.

ZHOURI, Andrea; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. Vozes da Resistência: Mapeando os conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. In: **Anais 32º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2008. Disponível em < <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/05/ZHOURI-A.-e-ZUCARELLI-M.-Vozes-da-Resist%C3%Aancia-mapeando-os-conflitos-ambientais-no-estado-de-Minas-Gerais.pdf>> Acesso em dezembro de 2017.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental das hidrelétricas**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

## **APÊNDICE I - ROTEIRO DE PESQUISA: “A VIDA ISPINICADA”: O Processo de Deslocamento de Famílias Atingidas Pela Barragem de Irapé**

### **□ OBJETIVOS:**

- Entender como eram os modos de vida antes da construção da UHE de Irapé;
- Apontar quais são as estratégias de reconstrução nas novas terras;
- Identificar as novas emigrações e se ocorrem abandonos das terras dos reassentamentos;

### **ANTES DA USINA DE IRAPÉ:**

- Qual seu nome?
- Qual sua idade?
- Quando e onde nasceu?
- É casado? Tem filhos?
- Se lembra do que sentiu quando começaram a falar sobre a Usina de Irapé? Quando soube que teria que sair de onde morava?
- Como foi?
- O que os fiscais da CEMIG falavam?
- O que era prometido com a construção da Usina Hidrelétrica? Você acredita que foi cumprido?

### **RESITÊNCIA**

- Houveram processos de resistência antes da construção da Usina de Irapé? Você se lembra? Participou de algum movimento?
- Aconteciam reuniões? Como elas eram? Quem participava?
- O que você entende como atingido? Você se considera um atingido?

### **DESLOCAMENTO**

- Como foi o dia em que vocês saíram de onde moravam?
- Quem estava com você?
- Teve alguma despedida? Levou alguma coisa?
- O que foi mais difícil de deixar para trás?
- Do que mais sente saudade?
- Como foi o processo de escolha das terras do reassentamento?
- Para onde foi e porque escolheu esse lugar?
- Decidiu sozinho ou com ajuda de alguém?
- Como foi a trajetória até chegar nesse lugar? Foi de carro? Quem levou você?
- Qual foi a sua sensação quando chegou?

### **NOVAS TERRAS/NOVOS LUGARES**

- Em algum momento arrependeu-se da escolha da dessa nova terra? Porque?
- Como era o trabalho que tinha antes?
- E o trabalho que tem agora?
- Como era a casa que você vivia?
- E a casa no reassentamento como é?
- Existia muita diferença entre as terras de cá e as terras de onde vivia antes? Quais?
- Você ainda tem contato com seus vizinhos, parentes?
- Como se dá o contato com essas pessoas? (Telefone, internet)
- Você já visitou outros reassentamentos?
- Conhece os lugares para onde as pessoas que eram mais próximas de você foram?
- Sabe me dizer quais as cidades que também tem reassentamentos?
- Você já voltou alguma vez na região próximo a barragem? No lugar onde vivia?
- Como foi? O que sentiu?

### **ABANDONO DE TERRAS/ MIGRAÇÃO**

- O que você entende por migração? Você se considera um migrante?
- Você já pensou em sair dessas terras por algum motivo? Quais?
- Conhece pessoas que abandonaram as novas terras? Sabe os motivos?



- Já saiu para trabalhar em outra cidade? Se não, tem vontade de sair para trabalhar fora?
- Conhece pessoas que saíram para trabalhar ou estudar fora?

### **CASO A PESSOA TENHA MIGRADO**

- Como era o trabalho no lugar?
- Quem te levou? (Gato?)
- Como era o lugar que ficou instalado? Dividia com mais alguém?
- No lugar de trabalho tem pessoas de outros reassentamentos?
- Quais diferenças sentiu entre o trabalho do lugar de origem com o do lugar de destino?
- Mantém contato com alguém do lugar de destino para onde foi (trabalho, vizinhança, igreja, etc)?
- Como você avalia sua saída para a cidade grande?
- Como está sua vida agora? Os objetivos que tinha foram alcançados?
- Pretende sair de novo?

**APÊNDICE II - TERMO DE CONCESSÃO DE INFORMAÇÕES**

Estou ciente dos objetivos do trabalho de pesquisa realizado pela discente VICTORIA PINHO E GODINHO, portadora do RG 18.169.533 /MG, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), tendo como orientadora a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula. Autorizo a gravação das informações por mim prestadas nesta entrevista. Concordo com a divulgação dos resultados de tais informações para utilização científica em congressos, encontros, debates, textos, artigos, entre outros. Autorizo ainda a divulgação de minha imagem e/ou informações por mim prestadas.

---

**Assinatura do Entrevistado (a)**